



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS – CC0BSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LOHANA GABRIELA SIMÕES DE OLIVEIRA RAMOS

**ASCENSÃO CHINESA E O MITO DO DECLÍNIO NORTE-AMERICANO:
INVESTIGANDO A NÃO-CAUSALIDADE IMPLÍCITA**

João Pessoa-PB

2017

LOHANA GABRIELA SIMÕES DE OLIVEIRA RAMOS

**ASCENSÃO CHINESA E O MITO DO DECLÍNIO NORTE-AMERICANO:
INVESTIGANDO A NÃO-CAUSALIDADE IMPLÍCITA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha
Leite

João Pessoa-PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R175a Ramos, Lohana Gabriela Simões de Oliveira.
Ascensão Chinesa e o mito do declínio norte-americano
[manuscrito] : investigando a não-causalidade implícita / Lohana
Gabriela Simões de Oliveira Ramos. - 2017.
111 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa , 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

"Coorientação: Prof. Dr. Cristina Carvalho Pacheco ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA.""

1. China. 2. EUA. 3. Economia política internacional. I.
Título

21. ed. CDD 338.9

Elaborada por Kléber T. de Sousa - CRB - 15/472

UEPB

BSC5/

LOHANA GABRIELA SIMÕES DE OLIVEIRA RAMOS

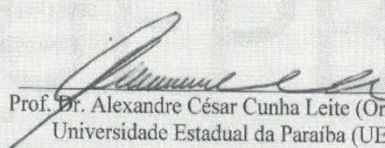
ASCENSÃO CHINESA E O MITO DO DECLÍNIO NORTE-AMERICANO: INVESTIGANDO A NÃO-CAUSALIDADE IMPLÍCITA

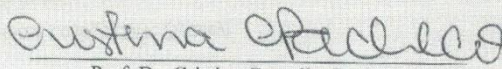
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

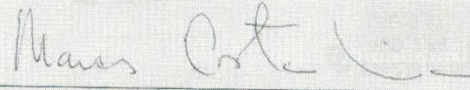
Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Aprovado em: 08/05/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Cristina Carvalho Pacheco
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Marcos Costa Lima
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ser o meu fôlego em tudo o que faço.

Adicionalmente, agradeço aos meus pais por todo o apoio e compreensão durante, não só esses dois anos de pesquisa, mas como em todos os momentos no qual precisei de suporte e compreensão. Eu sem dúvida não chegaria aqui sem o apoio de vocês – palavras de gratidão sempre parecerão poucas perto do que vocês me ofereceram.

Aos demais professores do PPGRI/UEPB, que foram de indescritível importância e são responsáveis por desempenhar um valioso papel na formação acadêmica dos que passa pela instituição.

Agradeço ao meu orientador Alexandre Leite pelo comprometimento, seriedade, excelência acadêmica e por toda disposição de sempre ajudar. Exemplo de profissional a ser seguido.

Agradeço à professora Cristina Pacheco pelos meses de dedicação e todo o empenho no pensar meu projeto de pesquisa. Por todas as conversas, reuniões e observações que foram de grande valia para o resultado final desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora de qualificação pelas valiosas contribuições feitas.

Agradeço aos meus colegas de turma, que dividiram comigo grandes momentos de alegria, mas também de trabalho árduo nesses dois anos. Em especial, menciono Daniel Colom, Hugo Agra, Maria Eduarda e Valter Ângelo, que fizeram o fardo mais leve e divertido.

Por citações nominais serem mais complexas, optarei pela generalidade. Agradeço aos amigos mais próximos da graduação e também aos amigos da conexão, por terem me ouvido por inúmeras vezes e acreditarem no meu potencial quando eu não acreditava. Em especial, agradeço à pessoa que me lembrou nos momentos mais difíceis que a excelência deveria ser algo a se buscar sempre.

RESUMO

Esta dissertação trata da relação implícita de não-causalidade entre a ascensão chinesa e um sugerido declínio norte-americano. A presente dissertação buscou analisar a ascensão chinesa frente ao argumento de simultâneo declínio norte-americano, tendo como sustentação teórica a contribuição de poder estrutural e o arcabouço da Economia Política Internacional a respeito do conceito de poder. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, afim de melhor observar o desenvolvimento de ambos os países e, conseguinte, averiguar se há uma relação de causalidade entre as dinâmicas. Para cumprir tal objetivo, a presente dissertação é composta por três capítulos, divididos em suporte teórico, análise da ascensão chinesa, e em seguida, debate sobre declínio norte-americano. Para os fins de estruturação da pesquisa foi delimitado como recorte temporal o intervalo que se inicia na década de 1970 até o ano de 2013. A primeira data justifica-se devido às importantes medidas e resultados de desenvolvimento na China e por ser um período de reestruturação do poder norte-americano. E 2013, pela facilidade de dados referentes a ambos os Estados.

Palavras-chave: China; EUA; Economia Política Internacional; Não-causalidade.

ABSTRACT

This thesis addresses the implicit relation of non-causality between the Chinese rise and a suggested American decline. The present thesis sought to analyze the Chinese rise against the argument of simultaneous American decline, having as theoretical support the contribution of structural power and the framework of the International Political Economy regarding the concept of power. For this, a bibliographical review was carried out to better observe the development of both countries and, consequently, to investigate if there is a causal relationship between the dynamics. To fulfill this objective, the present thesis is composed of three chapters, divided into theoretical support, analysis of the Chinese rise, and then debate on American decline. For the purposes of structuring the research, the time interval between the 1970s and the year 2013 was delimited as a temporal cut. The first date is justified due to the important measures and results of development in China and because it is a period of restructuring of American power. And 2013, by the ease of data referring to both States.

Keywords: China; USA; International Political Economy; Non-causality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Zonas Econômicas Especiais da China

Figura 2: Maiores exportadores de mercadorias em %

Figura 3: Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação

Figura 4: Séculos Longos e Ciclos Sistêmicos de Acumulação

Figura 5: Variações de Preço do Óleo Bruto Importado & Recessões Econômicas (1970-2000)

Figura 6: Fluxos de IED na economia chinesa (1980-2006)

Figura 7: Taxa de desemprego (1970-2000)

Figura 8: Crescimento do PIB em % anual (1970-2000)

Figura 9: PIB norte-americano em US\$ (1970-2000)

Figura 10: PIB *per capita* norte-americano (1970-2000)

Figura 11: Evolução do Índice de Preços dos Imóveis nos EUA (1997-2008)

Figura 12: Divisão dos gastos militares mundial dos 15 países com os maiores gastos em 2015

Figura 13: Produção Industrial dos EUA em % (2000-2012)

Figura 14: PIB dos EUA em US\$ (2000-2012)

Figura 15: PIB *per capita* dos EUA (2000-2012)

Quadros

Quadro 1: Cronograma das 6 semanas de manifestações de 1989

Quadro 2: Gastos e despesas dos EUA (1970-2000)

Gráficos

Gráfico 1: Taxa de crescimento anual do PIB chinês em % (1978-1988)

Gráfico 2: PIB chinês em dólares (2010-2013)

Gráfico 3: Produção Industrial da China (2001-2015)

Gráfico 4: Produção Industrial dos EUA (1990-2000)

Gráfico 5: Gastos militares dos EUA (2000-2012)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A DINÂMICA DE QUEDA E ASCENSÃO: UMA VISÃO TEÓRICA E ANALÍTICA	
1.1 Considerações Iniciais	16
1.2 Ressalvas sobre poder	17
1.3 Antecedente britânico	23
1.4 Bases do poder norte-americano	29
1.5 Considerações Parciais	38
2 O VÔO DO DRAGÃO: O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS, SUA INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO MUNDIAL	
2.1 Considerações Iniciais	40
2.2 Década de 1970 a 1989: Reformas pós-Mao	41
2.3 Final da década de 80 e anos 90: abertura para reinserção	50
2.4 Século XXI: o estabelecimento chinês como <i>global player</i>	58
2.5 Considerações Parciais	67
3 HÁ REALMENTE UMA CRISE DO PODER ESTRUTURAL DOS ESTADOS UNIDOS?	
3.1 Considerações Iniciais	68
3.2 O declínio que se transformou em ascensão: estabelecimento do poder estrutural norte-americano	70
3.3 Década de 1990: período de estabilidade	84
3.4 O retorno dos questionamentos	92
3.5 Considerações Parciais	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

O sistema internacional é caracterizado por diversos momentos de estabilidade de poder e de transição hegemônica, marcado pela ascensão e declínio de grandes potências. Desde o estabelecimento do sistema de Estado-nações, diversos países ascenderam como grandes potências em suas respectivas épocas. Poderes estes que variavam de acordo com o que era compreendido como poder, já que cada hegemonia apresentou características particulares. Seja pelo destaque no que se refere ao grande poderio advindo pela acumulação de metais preciosos, ou pela capacidade naval, econômica e/ou bélica.

É necessário notar que o que se entende por nação poderosa foi modificando-se com o passar do tempo, baseado no desenvolvimento de diversos fatores, a citar o tecnológico, a expansão para mercados internacionais e a adoção de diferentes estratégias econômicas em busca de poder. Ao abordar queda e ascensão de grandes nações, seria irresponsável não fazer menção a obra “Ascensão e Queda das Grandes Potências” do historiador britânico Paul Kennedy, lançada em 1987. Dono de uma produção extensa que abarca esse movimento de declínio e ascensão de poder no período de 500 anos (do ano de 1500 a 2000), a obra é referência às pesquisas que se propõe a estudar tal dinâmica que ocorre no sistema internacional.

Diferentemente do que foi feito por Paul Kennedy na sua obra *The Rise and Fall of the Great Powers* (1987), o presente trabalho não tenciona fazer uma recapitulação histórica dessa dinâmica vetorial, mas partirá das dinâmicas do espaço internacional a partir do século XX, uma vez que suas diretrizes constituem base mais recente para o que se configura hoje como sistema internacional. Nesse período, a Grã-Bretanha era a grande potência a beira de enfrentar um poder ascendente disposto a desafiar sua posição de primazia. Assim, no cenário das duas Guerras Mundiais, as relações entre Grã-Bretanha e Alemanha ilustram como se davam as relações de poder na Europa, baseadas no equilíbrio de poder europeu.

Com o advento dos dois grandes confrontos mundiais, houve uma reconfiguração da distribuição de poder. Além disso, no mesmo período os Estados Unidos da América (EUA) ascendiam não só como potência regional, mas como potência mundial.

Conforme definido por Giovanni Arrighi, esse evento foi importante no que concerne a redistribuição dos bens britânicos para os EUA, havendo o que o teórico italiano denomina de “deslocamento da liderança dos processos sistêmicos de acumulação de capital” (ARRIGHI, 1996, p. 17).

Desta forma, desde o século XX, os Estados Unidos têm conquistado uma posição de destaque como grande potência no sistema de Estados, ao exercer um papel crucial na conjuntura posterior às duas Guerras Mundiais e ocupar o posto de maior protagonismo em diversos setores. Apesar disso, após o cenário da Segunda Guerra Mundial, não foi estabelecida uma ordem unipolar norte-americana, mas sim um sistema bipolar, no qual estavam distribuídos em dois polos de poder os Estados Unidos capitalista contra uma União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) comunista.

Dentro deste contexto, Estados Unidos e URSS travaram uma disputa de influência que perpassou algumas décadas, com momentos de pico – a exemplo da Crise dos Mísseis, em 1962 – e que perdurou até o início dos anos 90, com um acontecimento prévio, a citar, a queda do muro de Berlim, em 1989, e o consequente colapso da URSS em 1991. A partir deste momento, os EUA passaram a ser a única superpotência (NYE, 2015).

Entretanto, a primeira década do século XXI foi de grandes acontecimentos com consequências significativas não só para o sistema internacional como um todo, mas também para a nação norte-americana. Os ataques ao World Trade Center em 2001 que redirecionou as atenções no que se refere à segurança não só interna – a exemplo das diversas medidas de segurança nacional tomada após o episódio –, mas também internacional dos Estados Unidos – resultando nas guerras no Oriente Médio: no Afeganistão e no Iraque contra atores transnacionais responsáveis pelos atos de terrorismo em território norte-americano.

Além disso, somam-se a crise financeira de 2007-2008, com início nos EUA e que teve efeitos nos mais diversos países. Estes foram acontecimentos que delinearão a política nos âmbitos domésticos e internacionais dos Estados Unidos e levantaram questionamentos a respeito do poderio do país e seu possível declínio no sistema internacional.

No mesmo ano da grande crise financeira, o ex-presidente russo Dmitri Medvedev chegou a afirmar que a crise era um sinal de que a liderança norte-americana estava findando. Ademais, há autores, a exemplo de Mearsheimer (2006), que prevêem o choque entre os Estados Unidos e outra nação ascendente, no caso específico a China, para a manutenção da sua posição hegemônica – regional - no sistema de Estados, ao alegar que a China seria uma grande ameaça ao poderio norte-americano.

Essa desconfiança a respeito da China dá-se pelo motivo de que concomitantemente a esses eventos, o país se encontra no cenário internacional como

grande potência mundial em ascensão (LYRIO, 2010). O país alcançou o posto de segundo maior PIB¹, fundamentado em diversos fatores, como o fluxo de comércio, o crescimento da produção de bens e serviços finais, além do elevado volume de investimentos e da participação estatal estruturada e planejada na geração de capacidade.

Características como seu extenso território, grande população, desenvolvimento econômico, o aumento de sua participação, tanto em âmbito político internacional como ator ativo em diversas organizações e tratados, sua grande representatividade na economia e no comércio mundial, sua riqueza de recursos humanos e físicos, não podem ser características destituídas de relevância ou dispensadas no que tange o *status* de grande potência.

Tais conquistas são resultado de um planejamento estabelecido desde a década de 1970, estrategicamente pensado por etapas e que perpassou diversas lideranças. É importante destacar que antes mesmo desse período, a China já apresentava, a despeito dos excessos do Maoísmo, taxas por volta de 6% de crescimento de seu produto (LYRIO, 2010, p. 36). Então, as medidas voltadas para seu crescimento e desenvolvimento foram estabelecidas em um ambiente fértil e que rendeu à China a posição de destaque que ocupa no século XXI.

Destarte, com a ascensão chinesa o debate a respeito do declínio norte-americano ganha mais um argumento em prol da corrente a favor do fenômeno. Tem sido tópico comumente tratado pelas Relações Internacionais a discussão acerca dos efeitos desse desenvolvimento da China no possível declínio relativo dos Estados Unidos. Ao seguir com o discurso de “ascensão pacífica” no século XXI, a China defende que seu crescimento não representa um desequilíbrio da ordem do sistema internacional. Consequentemente, não configuraria uma ameaça direta à Washington.

Portanto, o presente trabalho, longe de esgotar o assunto, tem como objetivo principal investigar se há relação de causalidade entre a ascensão chinesa e o eventual declínio norte-americano. Uma vez que não há discordância a respeito do acelerado crescimento chinês – o que não quer dizer que não haja debate sobre o impacto desse crescimento e se questione a capacidade de manutenção do mesmo -, a proposta procura responder se tal ascensão está provocando, de alguma forma, o declínio do poder norte-

¹ O relatório do *World Bank* de 2010 apontou um crescimento de 10,4% do PIB chinês, apresentando uma diferença de 5,7% na taxa de crescimento anual em relação ao Japão, país este que até então ocupava o segundo lugar no ranking de desempenho econômico global. Em 2010, o PIB da China alcançou a marca de US\$ 5,930,502,270,317, ultrapassando o valor do PIB japonês de US\$ 5,495,387,182,996. Essa distribuição no ranking de PIBs Mundiais permanece ainda hoje (2016).

americano ou se são dois eventos isolados que ocorrem simultaneamente. Com o cenário internacional vigente marcado pela interdependência entre os Estados, muito se discute acerca do impacto que o crescimento chinês possui nas relações sino-americanas. Entretanto, como a presente dissertação se volta para o impacto no sugerido declínio da grande potência norte-americana, a visão deve envolver uma quantidade maior de elementos, ultrapassando a ideia de que se volta meramente de ultrapassar os EUA nos dados de PIB mundial.

É preciso ressaltar que não é o escopo dessa pesquisa abordar especificamente as relações entre os dois países, apesar de ambos serem objeto do presente estudo, mas sim analisar os dois Estados e tentar identificar uma ligação na ascensão de um e no debatido declínio de outro.

Para que esse objetivo se concretize, tem-se como proposta um trabalho organizado em três capítulos. O primeiro capítulo abordará conceitos importantes de poder para a compreensão de declínio e ascensão de grandes potências. Vale destacar que não é o objetivo do trabalho perpassar pelos diversos conceitos de poder debatido pelas correntes das Relações Internacionais e muito menos tratar da evolução do debate, por se tratar de um conteúdo extenso e em alguns casos, não abarcar a ideia de ascensão e declínio de grandes potências.

Um dos pontos a ser salientado diz respeito à literatura a ser utilizada para este capítulo. Apesar de ser um debate muito presente, principalmente nas correntes *mainstream* das Relações Internacionais, o referido estudo utilizará uma subdivisão do campo das RI: a Economia Política Internacional. Do mesmo modo que defendido por Susan Strange, é importante que haja a conexão entre a visão política e a visão econômica, de forma que não haja nem inocência política ao se tratar de questões econômicas e nem desconsiderações da importância da economia em fatores políticos (STRANGE, 1970). Em conformidade com o que Anna Jaguaribe aponta

Um dos pontos em comum entre economistas e analistas políticos das relações contemporâneas é a construção de explicações abrangentes sobre a diversidade de modelos de crescimento no mundo capitalista e as assimetrias entre poder econômico e político nas relações internacionais (2011, p. 40).

Desta maneira, a primeira parte buscará abordar no que consiste essa dinâmica presente nas unidades do sistema internacional. Abordar como esse vetor de crescimento ocorre, quais são os fatores que deixam claro que um Estado está em ascensão através da lente de diversos autores, tanto de Relações Internacionais como para os que se direcionam para o campo de Economia Política Internacional. Desta forma, buscar

esclarecer quais são os fatores que implicam na afirmação de declínio ou queda de uma grande potência, dado que diferenciar se um período de estabilidade ou de pouco crescimento pode representar um desses fatores ou apenas um momento de manutenção de poder natural do Estado.

O primeiro capítulo não será apenas teórico. Conterá também com a explanação de como ocorreu o declínio britânico assim como se deu a ascensão dos Estados Unidos após a Segunda Guerra para melhor vislumbre das modificações do que consiste o poder no decorrer do tempo.

Posteriormente, no segundo capítulo o foco se volta para o crescimento chinês. Nesse caso será feito uma análise sobre o período que compreende a década de 1970 até o ano de 2013. Recorte temporal este escolhido devido a importância da década de 1970 com a implementação do início dos planos de longo prazo executado pelos chineses, indo até 2013, devido ao fim do período da quarta geração a frente do PCC (Partido Comunista Chinês), além da maior facilidade de acesso aos dados até esta data.

É importante notificar que o propósito desta segunda parte é demonstrar quais foram os principais fatores que levaram a China a alcançar o patamar no qual se encontra e não comparar sua ascensão com outros países. Assim, comprovar que a China ascendeu em grandes proporções em diversos setores mediante as estratégias adotadas.

O capítulo se divide por marcos temporais específicos da história chinesa, atrelado à sua abertura gradual e reinserção ao sistema internacional. Trata-se de avaliar a posição chinesa e os lugares ocupados pelo país, a fim de responder se os espaços ocupados foram tomados dos Estados Unidos ou se eram espaços vazios.

No terceiro capítulo, parte-se do pressuposto que os Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XX estabeleceu-se como a maior potência do sistema internacional, à frente dos outros países em diversos aspectos. Com o reaparecimento do debate da década de 1970 sobre o início da queda do império norte-americano e que ressurgiu com os atentados do onze de setembro, o terceiro capítulo buscará responder se essa hipótese de declínio é verdadeira.

Caso seja, buscar-se-á entender se tal declínio tem relação causal com o desenvolvimento chinês. Caso falsa – podendo os Estados Unidos estarem passando por um momento de estagnação ou de baixa taxa de crescimento –, comprovar-se-á que a ascensão chinesa não constitui como um motivo de declínio, uma vez que o mesmo não é um fato inquestionável.

Logo, este capítulo tratará do que aconteceu após seu estabelecimento como hegemonia, uma vez já elucidado no primeiro capítulo como se deu a ascensão norte-americana no século XX. Desde a década de 1970, diversos teóricos levantaram questionamentos a respeito de um possível declínio norte-americano e nos anos 1980 tais questionamentos foram respondidos.

Entretanto, outras indagações surgiram na primeira década do século XXI e perduram até hoje. Posto isto, o terceiro capítulo trará tanto a parte teórica quanto conjuntural. Ao analisar a situação do poderio norte-americano, atrelado ao suporte teórico do primeiro capítulo e o objeto de análise – o crescimento chinês – é capaz de chegar a inferência necessária para responder se há causalidade entre o sobe e desce das duas grandes potências.

Vale ressaltar que, apesar de aparecerem na literatura outros países como potenciais ameaças ao poderio norte-americano, a presente pesquisa se restringirá apenas a investigar quais são os efeitos do crescimento chinês no suposto declínio do poder dos Estados Unidos, ao trazer os autores “declinistas” e os que se opõe a essa ideia.

Quanto à metodologia do trabalho será utilizado o instrumental exploratório somado à revisão de literatura, por meio de trabalhos acadêmicos que abordam o assunto, com a finalidade de aprofundamento na temática abordada. Além disso, o segundo e o terceiro capítulo serão lastreados por uma pesquisa bibliográfica, com foco na bibliografia histórica, artigos e livros sobre desenvolvimento chinês e o debate acerca do declínio norte-americano, tratados por muitos autores da Ciência Política e Relações Internacionais.

1 DINÂMICA DE QUEDA E ASCENSÃO: UMA VISÃO TEÓRICA E ANALÍTICA

1.1 Considerações Iniciais

Para entender se, de fato, a ascensão chinesa apresenta impacto no poderio norte-americano a ponto de fazer uma hegemonia mundial declinar, faz-se necessário, em um primeiro plano, apreender a natureza desse poderio.

Diferentemente das análises genéricas de poder utilizadas para avaliar os atores do sistema de Estados apenas através de suas capacidades militares e/ou econômicas, a presente pesquisa trará um debate que abarca algumas correntes que defendem um conceito um pouco mais detalhado a respeito do que seria poder.

Desta maneira, o primeiro capítulo objetiva dar base teórica para a análise acerca da existência - ou não - de causalidade dos fenômenos de declínio e ascensão do poder estadunidense e chinês. O foco se voltará, nesse primeiro momento, aos EUA, visto que o país já passou pelo período de ascensão e é a respeito dele que paira a dúvida central da pesquisa: se ele tem declinado, e caso sim, se tem relação direta de causalidade com a ascensão chinesa.

Posto isto, a explanação a respeito do capitalismo como base sistêmica torna-se indispensável para entender o estabelecimento dos Estados Unidos como ator mais poderoso. Sem a pretensão de versar detalhadamente sobre a história do capitalismo global, o presente capítulo se propõe tão somente a compreender o processo de estabelecimento de suas bases, dado que as raízes do poder norte-americano estão intrinsecamente relacionadas ao desenrolar do capitalismo.

É através desse panorama histórico que se pode inferir como a lógica de poder não é algo que se transforma apenas com a mudança do Estado hegemônico. A escolha da estratégia a ser utilizada por cada grande potência varia de acordo com a evolução do tempo. Pode-se concluir essa diferença a partir do momento que se analisa como ocorreu o estabelecimento de cada hegemonia e comparar os critérios necessários para o alcance desse *status*.

A lógica de poder escolhida como estratégia pelos Estados Unidos está baseada na concepção de que poder não se sustenta apenas em capacidade militar ou como poder em recursos, mas sim de que a gestão das bases do sistema internacional é primordial para a expansão e manutenção de poder. O uso dos recursos das bases define uma infinidade de coisas, inclusive quem sobe e quem desce nesse sistema.

É partindo desse pressuposto que o primeiro capítulo será dividido em três tópicos. O primeiro abordará algumas visões do que versa o conceito de poder, abarcando certas divergências entre as correntes selecionadas.

Logo após, num segundo momento, será apresentado como a lógica de poder se alterou com o passar do tempo, até a lógica aplicada pelos norte-americanos para o seu estabelecimento como hegemonia. O ponto de partida como referência será a hegemonia inglesa - anterior aos EUA- e como seu poder estabelecido alterou as bases da lógica de poder no século XIX e XX.

No terceiro tópico será apresentado o estabelecimento norte-americano como grande poder abrangendo suas bases. A partir dessa percepção, a terceira parte apresentará as formas de compreensão da ascensão e da queda de grandes potências presente no sistema internacional, por conseguinte, apresentando quando é possível afirmar que uma nação ascendeu e quando ela declinou, em conformidade com a atual estrutura do sistema internacional.

Posto que essa dinâmica envolve a área tanto política quanto econômica das nações, abarcar-se-á ambas as áreas de conhecimento para melhor compreensão desse fenômeno. Depreende-se, do mesmo modo que Susan Strange (1970), que é essencial a relação entre a visão política e a econômica, haja vista que a separação de ambas torna-se prejudicial para a concepção desse movimento de ascensão e declínio. Então, antes de partir para a discussão que debate se há causalidade entre os dois eventos supracitados, é primordial compreender o que consiste em ascensão e declínio de um Estado.

A discussão de causalidade será o ponto central dos capítulos seguintes, analisando os casos das duas nações em foco. Portanto, este primeiro capítulo servirá como base teórica e analítica da relação causal de ascensão e queda no que diz respeito os EUA e a China no século XXI.

1.2 Ressalvas sobre poder

O estabelecimento de um Estado como hegemonia na história mundial trata-se de um período no qual o poder de uma nação se sobressai perante os outros. Muito se debate no que consiste esse poder e quais são os elementos necessários para a sua permanência por maior tempo possível, desde que não comprometa o *status quo* do Estado em questão. Conforme Nye defende (2008, p. 05), o conceito de poder é contestado devido ao fato das definições e as escolhas das mesmas partirem de uma escolha que reflete os próprios interesses e valores.

O debate existente possui certas divergências. A primeira concerne à incerteza da possibilidade de mensurar poder. O filósofo britânico Bertrand Russell já associou comparativamente poder ao conceito de energia da física. Todavia, dado que energia é

perfeitamente precisa e mensurável na área da física, a comparação não foi efetivada.

Outro caso comum nas tentativas de mensurabilidade está ligado à medição da capacidade militar de um Estado ou à capacidade econômica, que são setores de possível medição, mas, ainda sim, é provável que haja variação dos parâmetros de um cálculo para o outro. Um exemplo a ser citado com relação ao cálculo de poder é o caso de Ray S. Cline. Um oficial de alto escalão da *Central Intelligence Agency* (CIA) que realizava um trabalho responsável por mensurar a balança de poder entre os EUA e a URSS durante o período da Guerra Fria. Ray S. Cline buscou quantificar esses fatores na seguinte fórmula de poder percebido:

$$Pp = (C + E + M) \Sigma (W + S)$$

Desse modo, Cline reuniu os fatores em um grupo mais geral, os cinco grandes fatores, subdivididos em três fatores concretos e dois intangíveis. Os elementos concretos são:

- a- Massa Crítica (C), que se refere à área territorial e ao tamanho da população do Estado.
- b- Capacidade Econômica (E), composto pelo Produto Nacional Bruto (PNB), pela obtenção de energia, de minérios críticos não-combustíveis, pela produção industrial, pela produção alimentícia e pelo comércio exterior.
- c- Capacidade Militar (M), arranjada pela capacidade militar convencional, pelas armas estratégicas, além do alcance estratégico e o esforço militar que surgem como um tipo de bônus nos cálculos do autor.

Já os intangíveis - fatores que partem das percepções dos componentes psicossociais - são:

- a- Vontade Nacional (W) é constituída pelo nível de integração nacional, pela força da liderança nacional e pela relevância da estratégia para o interesse nacional.
- b- Estratégia Nacional (S).

Em conformidade com os cálculos desta fórmula, a URSS teria o dobro do poder dos Estados Unidos. Contudo, a URSS colapsou algum tempo depois, demonstrando que a fórmula não era um bom preditivo de resultados (NYE, 2011, p. 24).

Apesar da tentação de quantificar² poder pela possibilidade de classificar os Estados pelo poder que eles têm, a quantificação requer mensuração e comparação das

² A respeito das tentativas de mensurar poder, vale citar que a Academia Chinesa de Ciências Sociais trabalha com o chamado “poder nacional abrangente”, ou, “*Comprehensive National Power*”, uma vez que

mais diversas dimensões que o poder possui, além do problema de não haver um acordo de como realizar essa tarefa (BALDWIN, 2012, p. 08).

Além disso, as tentativas de quantificação excluem fatores de difícil medição, que são mais subjetivos para analisar como um Estado se estabiliza como mais poderoso que outros, comprometendo uma melhor análise das fontes de poder. De acordo com Rochman (1999, p. 126), “uma vez que se reforça constantemente quais os fatores de poder relevantes a uma unidade política, consolida-se na literatura a idéia de mensuração efetiva do poder, assim como que elementos considerar neste processo”.

Não é algo raro, principalmente nas correntes *mainstream* das Relações Internacionais, a grande ênfase para os recursos materiais. Há autores que colocam o poder militar como protagonista na definição de poder.

Para Claude Jr (1962, p. 06), o conceito de poder “(...) denote what is essentially military capability – the elements which contribute directly or indirectly to the capacity to coerce, kill, and destroy”. Salvo a ênfase no setor bélico em seu entendimento de poder, Claude deixa explícito que apesar de reconhecer a variedade de fatores que constitui o poder, o que dá maior peso é o poder físico militar. Essa afirmação é baseada no que o autor chama de “poder inerente e irremovível de matar”. Para o autor,

Power exists in states. It may be used in competitive struggle, producing intolerable destruction. It may be used unilaterally, producing enslavement and degradation of its victims. In short, both survival and freedom, both existence itself and the higher values that enrich existence, are implicated in the problem of power (CLAUDE, 1962, p. 05).

Da mesma forma que Claude, Wight defende que o que resolve as grandes questões na política internacional é o poder concreto e não a influência (WIGHT, 1962, p. 05). Inclusive, para Wight, influência não significa poder. Segundo o autor, o termo política de poder “é uma tradução da palavra alemã *Machtpolitik* que significa a política da força, ou seja, a condução de relações internacionais por intermédio da força ou da ameaça do uso da força, sem consideração pelo direito ou pela justiça” (WIGHT, 1962, p. 08).

apenas o poder militar ou somente o econômico não é responsável por definir o poderio de um país. Geralmente é dividido em oito grandes áreas, a saber: I) recursos naturais; b) economia interna, c) economia externa, d) ciência e tecnologia, e) assuntos militares, f) capacidade de governo, g) capacidade de relações exteriores, h) desenvolvimento social (PILLSBURY, 2000). Tais elementos derivam de um número maior de variáveis.

De maneira semelhante à visão de Claude e a de Wight, Mearsheimer também dá grande peso ao poder militar³: “o poder, como defino, representa apenas que ativos específicos ou recursos materiais se encontram à disposição de um Estado” (MEARSHEIMER, 2001, p. 68).

Há outras definições de poder voltadas não só para o poder material, mas também para o relacional. Por exemplo, para Dahl, “o poder é a capacidade de levar os outros a fazer o que, de outro modo, não fariam” (1957, p.202). Ainda sobre poder relacional, Nye alega que “para medir ou julgar poder, você tem de saber até que ponto são fortes as preferências iniciais da outra pessoa ou da nação e o quanto elas foram modificadas por seus esforços” (2011, p. 33).

Isto posto, no que se relaciona ao conceito de Dahl, vale sublinhar que não é possível saber até que ponto o outro não queria fazer o que é proposto pelo Estado poderoso, de forma que não há como saber a essência das escolhas dos outros. Em outras palavras, poder trata-se de fazer com que seu interesse seja aceito.

Para Nye, apesar dos recursos militares continuarem sendo um dos principais aspectos constituintes de poder de um Estado, “o mundo não está mais tão sem regulamentação como a Europa do século XIX quando os historiadores podiam definir um ‘grande poder’ como um poder capaz de prevalecer na guerra” (NYE, 2011, p. 25).

Desta forma, poder está intrinsecamente ligado à capacidade de produzir os resultados preferidos. Divergente ao que é defendido por Claude, não basta apenas a capacidade de prejudicar, mas sim a capacidade de alcançar os resultados preferidos, que do ponto de vista política, é o almejado (NYE, 2011, p. 28). Neste sentido, julga-se poder conforme os resultados obtidos.

Seguindo a linha do poder relacional, o autor ressalta três aspectos – ou faces - diferentes do poder relacional: o comando da mudança, o controle das agendas e o estabelecimento das preferências (NYE, 2011, p.32). O conceito de poder que aborda apenas o conseguir fazer com que os outros façam algo que inicialmente não desejava, defendido por Dahl, é a primeira face do poder. Esta, mais perceptível, é a base do *Hard Power*. Entretanto carece das “outras faces do poder”.

³ De acordo com o autor realista ofensivo, para entender o que é poder, é necessário fazer a distinção entre o que ele chama de poder potencial e poder real. O primeiro consiste na dimensão da população e o nível de riqueza que um Estado possui. Já o poder real, é composto pelo exército e pelas forças áreas e navais que oferecem apoio direto ao país. Entretanto, os componentes do poder potencial são os dois ativos principais da força militar, assim, são feitas para ficarem a serviço do poder real, uma vez que um país rico e com grande população possui força militar ameaçadora (MEARSHEIMER, 2001, p. 56).

Inicialmente, nos anos 1960, Peter Bachrach e Morton Baratz (1963) notaram a ausência do que eles afirmavam ser “a segunda face do poder”, ignorada por Dahl, que se refere ao poder do controle das agendas. Neste ensejo, vale evidenciar uma característica indispensável para a identidade do poder americano, principalmente no contexto pós Segunda Guerra Mundial. De acordo com Ikenberry (2006), esse poderio se amparou em uma rede de instituições que, por um lado, limitavam a potência norte-americana, mas que, por outro, elevou o poder de ação em conjunto do país. Essa face do poder, para Nye (2011, p. 40-41), é a mais importante do sistema internacional, principalmente no que diz respeito ao poder americano e ao poder chinês.

Na década seguinte, Steven Lukes (2005) referiu-se à outra modalidade não abordada nem na primeira face e nem a segunda: o poder de moldar as preferências iniciais dos outros (NYE, 2011, p. 34). A diferença nesta terceira face é a competência, não de mudar bruscamente o desejo inicial do outro, mas sim moldar suas preferências iniciais (NYE, 2011, p. 35).

Conquanto a validade do poder relacional, segundo afirma John Glenn, “*these three dimensions do not fully encompass the power of political framing, which should be considered to be somewhat distinct from agenda setting and the shaping of preferences—because it is the ability to actually establish the order of things*” (GLENN, 2016, p. 15). Nesse sentido, Susan Strange traz uma perspectiva diferente para discutir poder.

Em conformidade com a autora, em Economia Política Internacional, o mais importante não é saber quem tem mais poder, mas sim saber quais são suas fontes (STRANGE, 1994, p. 23). Seguindo uma linha diferente, conforme argumenta Susan Strange, existem dois tipos de poder: o estrutural e o relacional. Apesar disso, a autora utiliza-se do primeiro tipo para analisar o contexto dos jogos competitivos do atual sistema internacional⁴ (STRANGE, 1994, p. 24). Por poder estrutural entende-se a capacidade de moldar e determinar as estruturas da economia política mundial nos quais outros Estados, instituições políticas, empresas, cientistas e profissionais operam.

Utilizando o campo econômico, a autora destaca que, apesar da diminuição da participação do PIB norte-americano no PIB mundial, o controle das empresas do país nos principais mercados globais é elevado, e dependendo do setor, como o de serviços, apresenta crescimento. Nesse sentido, o controle e o tipo de participação tornam-se centrais no que concerne ao poder norte-americano. Além disso, não se limita meramente

⁴ Strange (1994) parte da mesma definição de poder relacional elaborada por Dahl (1957), cuja fonte é, por sua vez, weberiana.

em determinar a agenda de discussão ou de definir os regimes internacionais de regras e costumes, mas envolve também outros recursos (STRANGE, 1994, p. 25).

Apesar das diversas concepções do que se trata poder, e, conseqüentemente, o que constitui uma hegemonia, autores com focos distintos concordam, de uma maneira ou de outra, que a existência de um Estado com grande poder é necessário para garantir a ordem e a paz do sistema, além do bom funcionamento da economia internacional, ainda que seja transitório⁵ (FIORI, 2004, p. 13).

Posto isto, pode-se notar que o debate é deveras extenso e merece uma recapitulação do processo histórico, isto é, do *background* do sistema internacional e de suas bases. Os elementos para a manutenção de poder no sistema internacional apresentam-se como um organismo vivo que passa por diversas mudanças em conformidade com a conjuntura internacional (HURREL, SENGUPTA, 2012). Destarte, o candidato apto a assumir a condição hegemônica é aquele que atende a tais elementos.

A presente pesquisa compreende que o poder estrutural possui uma base analítica mais concreta e tangível, o que torna uma categoria mais apropriada para analisar esse movimento de declínio e ascensão no sistema internacional. Desta forma, pretende-se voltar a atenção não só para a ascensão, mas também para o possível declínio, posto que *“In reality, the break-up of empires, the decline of a former great power, opens up more possibilities of misperception and thus of unintended conflict than the usually slower and more gradual rise of new powers”* (STRANGE, 1994, p. 51).

Por isso, o próximo subtópico discorrerá sobre o declínio britânico e a ascensão norte-americana, a fim de entender como a lógica de poder evoluiu, e em seguida, abranger as bases e as fontes do poder norte-americano a partir da Segunda Guerra Mundial.

1.3 Antecedente britânico

⁵ Nesse grupo, destacam-se, principalmente os defensores da teoria da estabilidade hegemônica. A teoria elaborada por Charles Kindleberger (1981) alega que uma economia mundial liberal necessita da presença de uma potência dominante ou hegemônica. Nesse sentido, Keohane – outro autor dessa corrente – argumenta que as estruturas criadas pela hegemonia tendem a promover o desenvolvimento de regimes internacionais fortes. Portanto, caso essas estruturas estejam em declínio, este significa um presságio do declínio da hegemonia (Keohane, 1980, p. 132). Desta forma, Gilpin explana que “um sistema econômico liberal não poder ser autossustentável”, portanto, “precisa ser mantido no longo prazo pelas ações da economia dominante” (2002, p. 95).

Segundo Giovanni Arrighi, períodos de crise, reestruturação e reorganização – também chamado de “mudanças com descontinuidade” - não são raros na história do capitalismo. Esses períodos culminaram na reorganização da economia capitalista a nível global, firmados em outras bases, estas mais amplas (ARRIGHI, 1996, p. 01). O autor parte da alegação de Fernand Braudel⁶ de que o capitalismo, durante toda a sua existência não foi marcado por bases concretas assumidas pelo próprio sistema, mas sim por duas características: a flexibilidade e o ecletismo do capital (ARRIGHI, 1996, p. 04).

Dessa maneira, para entender a dinâmica capitalista em longo prazo, Arrighi traz a fórmula geral de Marx para o capital⁷ não como mera representação da lógica de investimentos capitalistas individuais, mas sim como um “padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 06).

De acordo com o autor,

O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadorias); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD') (ARRIGHI, 1996, p. 06).

Vale destacar que os ciclos de Arrighi são considerados pelo autor como fenômenos inerentes ao capitalismo (ARRIGHI, 1996, p. 08) e tratados não como algo individual, mas como uma dinâmica da economia mundial (ARRIGHI, 1996, p. 09). Assim, o autor traz esse conceito a fim de descrever a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes que integraram a história da economia mundial capitalista (ARRIGHI, 1996, p. 10). Um padrão que é apontado nos períodos de expansão material como um importante elemento é que não se trata apenas de possuir grande poder para se manter forte perante os competidores, mas sim também manter o controle da competição (ARRIGHI, 1996, p. 13).

Destarte, é possível vislumbrar que não se versa apenas de expansão material. Ter influência torna-se um relevante item dessa etapa de crescimento estatal, dado que essa expansão não se tratava apenas do capital circulante, mas também da formação e do

⁶ Fernand Braudel é defensor do conceito histórico de pesquisa que se baseia na ênfase na longa duração.

⁷ A fórmula é representada por DMD': “O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade da liberdade de escolha” (ARRIGHI, 1996, p. 05).

domínio das estruturas políticas com maior capacidade de controle social e político dos meios de acumulação de capital em nível global.

Arrighi destaca que “tem havido mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação de capital” (ARRIGHI, 1996, p. 01). De acordo com o economista político italiano,

Nos últimos quinhentos anos, essas duas condições fundamentais da expansão capitalista foram continuamente recriadas em paralelo. Todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos numa dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal, durante os quais o Estado que controlava ou passou a controlar as fontes mais abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior. Em geral, a conquista dessas aptidões organizacionais resultou muito mais de vantagens de posicionamento, na configuração espacial cambiante da economia capitalista mundial, do que da inovação em si (ARRIGHI, 1996, p. 14).

Deste modo, essa vantagem de gerência é parte fundamental que constitui o conceito de hegemonia defendido por Arrighi. Para o autor, hegemonia “refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas (...)” (1996, p. 27). Vale salientar que hegemonia não compete puramente à dominação, mas sim ao exercício do papel de líder nas mais diversas estruturas do sistema, sejam elas intelectual ou moral, como defendido por Gramsci⁸.

É interessante notar que a leitura feita por Arrighi envolve elementos tanto de Maquiavel quanto de Gramsci. Ao unificar os argumentos e as proposições, cria-se uma base de entendimento sobre liderança, hegemonia e poder mais complexa que simplesmente determinada pela capacidade militar. Nesse sentido, poder é produto de uma fusão de dois elementos advindos da concepção de poder de Maquiavel: coerção e consentimento, sendo o primeiro relacionado ao uso da força e o segundo como liderança moral (1996, p. 28).

No que tange o conceito de liderança, o autor esclarece que há dois sentidos do termo. O primeiro envolve a liderança desejada, levando à crença de que essa liderança busca um interesse geral. Enquanto o segundo sentido diz respeito à liderança que leva ao convencimento e consentimento, numa “via de desenvolvimento”, podendo acarretar em uma concorrência por poder, e não uma expansão do poder do Estado líder.

Segundo Arrighi (1996, p. 29), apenas a primeira forma de liderança é considerada

⁸ GRAMSCI, Antonio (1971) *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, New York, International Publishers.

como hegemônica. Ainda, a ascensão de uma hegemonia a nível mundial deve-se ao fato do Estado buscar e expandir seu poder, sendo que o segundo aspecto deve ser entendido como um interesse geral dos outros Estados (ARRIGHI, 1996, p. 29-30).

A fim de traduzir melhor essas ideias, Arrighi trata das três hegemonias do que ele chama de capitalismo histórico. A primeira refere-se às Províncias Unidas, responsáveis pela condução de uma coalizão de Estados dinásticos em direção ao estabelecimento do sistema moderno interestatal, em substituição ao sistema de governo medieval (ARRIGHI, 1996, p. 43).

Entretanto, apesar de seu destaque, os holandeses nunca conseguiram gerenciar o sistema que foi de sua própria autoria tornando sua hegemonia, nas palavras de Arrighi, efêmera e desfeita em pouco tempo. Com isto, beneficiou alguns países, dentre eles, a Inglaterra, a próxima hegemonia a se estabelecer e que segundo Karl Polanyi, representaria a grande transformação do sistema moderno de Estados.

A partir do período de preponderância britânica, e, em seguida, sua ruína, Karl Polanyi⁹, ao buscar compreender o funcionamento das transformações no contexto do início do século XX, explana sobre o fracasso do sistema de economia de mercado do século XIX. Em sua obra, o historiador econômico austríaco refere-se à ruína de uma civilização posto que a saída do sistema de mercado e a instituição do liberalismo teriam efeitos diretos na sociedade:

Não se percebeu que a verdadeira natureza do sistema internacional sob o qual vivíamos senão quanto ele entrou em colapso. Quase ninguém compreendeu a função política do sistema monetário internacional, e a terrível rapidez da transformação toou o mundo completamente de surpresa. E, no entanto, o padrão-ouro era o único pilar remanescente da economia mundial tradicional; quando ele ruiu, o resultado teria que ser imediato. Para os economistas liberais, o padrão-ouro era uma instituição puramente econômica; eles se recusavam a vê-lo, sequer, como parte do mecanismo social (POLANYI, 2000, p. 36).

De acordo com Polanyi, a civilização do século XIX era baseada em quatro instituições: I) sistema de equilíbrio de poder - que impediu por um longo tempo (100 anos) a eclosão de uma grande guerra entre as Grandes Potências, evento esse sem precedentes na história mundial. Esse período de estabilidade não tinha como motivação o bem-estar social, mas sim o foco na lucratividade nesse período de não guerra entre os países desenvolvidos; II) padrão internacional do ouro como única organização na economia mundial para trocas internacionais; III) mercado auto-regulável, executor do

⁹ É importante esclarecer que em termos de cronologia, a obra de Polanyi (1944) antecede a de Arrighi (1996). Apesar disso, preferiu-se mesclar ambos a fim de demonstrar a cronologia histórica e não a cronologia das obras.

equilíbrio da economia, baseado no mecanismo de preços. O mercado auto-regulável também era responsável pelo bem-estar material e IV) Estado liberal, encarregado de não interferir na economia (POLANYI, 2000, p. 17)¹⁰.

Destarte, Polanyi defende que a grande transformação - título de seu livro – ocorreu nessa expansão do sistema de mercado para cada área da vida social, sendo regidas pela lei da oferta e da procura e pela determinação no que concerne a remuneração dos fatores de produção, a citar a terra e o trabalho (POLANYI, 2000, p. 151). Nesse sentido, é necessário compreender como a concorrência interestatal e interempresarial estão ligadas, posto que ambas se modificam com o passar do tempo, uma vez que

Só desse modo podemos apreciar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenhado por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema, a fim de solucionar a contradição recorrente entre uma “interminável” acumulação de capital e uma organização relativamente estável do espaço político (POLANYI, 2000, p. 33).

Devido à importância das transformações que sucederam com o decorrer do tempo em relação à lógica de poder, Arrighi traz dois conceitos que ilustram exatamente essa expansão: os conceitos de “territorialismo” e “capitalismo”. O que o autor trabalha são as lógicas de acumulação e geração de poder que, dependendo de sua aplicação, tornam-se base de uma hegemonia.

A primeira definição considera poder como extensão e densidade populacional, devido à riqueza gerada por essa expansão territorial. Em contrapartida, a lógica capitalista deduz poder como a expansão de seu controle sobre recursos escassos, enquanto as aquisições territoriais são consideradas como um meio e um subproduto da acumulação de capital. De acordo com essa lógica, a tendência é acumular riqueza sem obrigatoriamente expandir seu território (ARRIGHI, 1996, p. 33)¹¹. Logo, “o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio” (ARRIGHI, 1996, p. 34).

A partir disso, Arrighi argumenta que a formação do moderno sistema de Estados deve-se à oposição dessas duas lógicas e à resolução de suas contradições (ARRIGHI,

¹⁰ Aqui vale pontuar que há críticas pertinentes a respeito dessas instituições, a exemplo do que Chang argumenta em seu livro intitulado Chutando a escada. O autor destaca que algumas instituições não funcionavam de forma correta: 1) o sistema democrático tão propagado apresentava problemas em relação ao sufrágio universal, marcado também por uma corrupção endêmica; 2) a burocracia duvidosa contribuía para um sistema de favorecimento de determinados cargos e para o nepotismo 3) o regime de propriedade privado também se apresentava com falhas, bem como as instituições financeiras e 5) o estabelecimento tardio de instituições que regulassem o trabalho infantil, além das instituições que tratassem da jornada de trabalho adulto (CHANG, 2004).

¹¹ Vale ressaltar que ambas as lógicas podem coexistir em um espaço temporal.

1996, p. 36). Como abordado por Polanyi, que trata da origem do sistema tendo como berço a Inglaterra na virada dos séculos XIX para o XX, Arrighi cita em sua análise da evolução desse sistema, as mutações que ocorrem na estrutura do sistema: “historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema” (ARRIGHI, 1996, p. 27).

Neste período, a Inglaterra estabeleceu-se como hegemonia¹², visto que “passou a governar o sistema interestatal e, assim fazendo, empreendeu uma grande reorganização desse sistema, com vistas a acomodar as novas realidades de poder criadas pela contínua sublevação revolucionária” (ARRIGHI, 1996, p. 53). Um exemplo dessa gerência global de poder refere-se ao Concerto Europeu:

A Grã-Bretanha (...) ressuscitou a dominação imperial numa escala que o mundo nunca tinha visto até então. Esse surgimento da dominação imperial constitui, de fato, a principal razão para se designar a hegemonia mundial da Grã-Bretanha no século XIX pela expressão *imperialismo* de livre comércio – expressão que usamos não apenas para enfatizar o domínio britânico sobre o sistema mundial, mediante a prática e a ideologia do livre comércio, como fazem Gallagher e Robinson, mas também e especialmente para sublinhar as bases imperialistas do regime britânico de governo e acumulação em escala mundial com base no livre comércio (ARRIGHI, 1996, p. 54).

Nesta perspectiva, a Grã-Bretanha é um exemplo claro de como as lógicas de poder territorialista e capitalista concomitantemente foram essenciais para a expansão do poderio britânico. A contínua expansão do poder inglês, tendo Londres como sede da *haute finance*¹³ e a suplantação do Sistema de Vestfália foram marcadas por uma nova característica de governo: a presença do mercado com leis que vigoravam, dentro e entre os Estados, mediante o imperialismo do livre comércio por parte dos britânicos.

Desta maneira, o Reino Unido apresentou-se como a própria “encarnação dessa entidade metafísica”. O regime de livre comércio, associado a lógica territorialista e capitalista, seria marca registrada e inovadora do poderio mundial estabelecido pelo Reino Unido, além de sua expansão territorial e seu crescimento econômico por meio do desenvolvimento do ramo industrial de bens de capital. Conforme explana Arrighi,

Esse controle do mercado mundial, combinado com o domínio sobre o equilíbrio global de poder e com um estreito relacionamento, mutuamente interessante, com a *haute finance*, permitiu ao Reino Unido governar tão eficazmente o sistema interestatal quanto um império mundial (ARRIGHI, 1996, p. 56).

¹² Segundo Arrighi, pelo fato de ter liderado uma vasta aliança contra as violações ao direito de governo e em favor da restauração do Sistema de Vestfália, concluída com o Tratado de Viena e pelo Congresso de Aix-la-Chapelle.

¹³ Vale destacar que tanto a *haute finance* quanto o Concerto Europeu eram instrumentos de governo.

Assim sendo, o Reino Unido possuía grande poder militar - com sua armada e exército – e econômico. Entretanto, não são esses fatores, apenas, que o tornaram uma grande hegemonia do século XIX, mas sim a capacidade de reestruturar o sistema de Estados, com a ideia propagada de buscar um interesse geral, e não apenas de expansão de poder nacional. Isso foi possível devido à estratégia das duas lógicas de poder como vias de desenvolvimento, estratégias já existentes, mas, nunca utilizadas simultaneamente (ARRIGHI, 1996, p. 57). Nesse sentido, a economia internacional tinha seu novo império que “permitiu que o governo britânico dirigisse com grande eficiência um espaço político-econômico muito maior” do que os impérios de outrora e estendendo esse poderio por mais de um século (ARRIGHI, 1996, p. 58; FERGUNSON, 2004).

Portanto, com o declínio britânico, outro ator ocuparia sua posição de *hegemon*, e esse ator seria os Estados Unidos. Transportando as categorias de Polanyi – como um exercício - para o contexto pós Segunda Guerra Mundial, é possível observar como os Estados Unidos se encaixam em cada uma delas: I) a primeira refere-se ao equilíbrio de poder alcançado pós estabelecimento norte-americano como grande poder do sistema internacional; II) já no que concerne ao padrão monetário e financeiro internacional, o dólar tornou-se a moeda de reserva de tal meio. Inclusive, de acordo com o defendido pelo vice *chairman* do comitê de negócios estrangeiros do Congresso Nacional do Povo, Zha Peixin, a moeda chinesa não superará o dólar no papel de moeda reserva do mundo, apesar do papel ascendente da moeda no mercado internacional (ESTADÃO, 2010); III) na terceira categoria, a ideologia neoliberal tornou-se marca registrada do poderio dos EUA e IV) Estado liberal.

Posto que é possível vislumbrar que a lógica de poder se alterou com o passar do tempo – como ocorreu da Holanda para a Grã-Bretanha- no tópico seguinte, tratar-se-á do estabelecimento norte-americano como grande poder, abrangendo suas bases e como ocorreu esse processo, que também contou com um outro tipo de estabelecimento e de estratégia para seu estabelecimento como *hegemon*.

1.4 Bases do poder norte-americano

No início do século XX, o papel de *hegemon* tornou-se demasiado para um Estado como o Reino Unido. Com o decorrer do tempo, houve certo desequilíbrio de poder europeu – concorrência entre países - e outros Estados passaram a ascender, a exemplo da Alemanha. Consequentemente, a competência britânica de ser o eixo da economia global foi minada com a ascensão de um novo ator com recursos inclusive maiores que

os seus: os Estados Unidos (ARRIGHI, 1996, p. 59). Vale destacar que o efeito das Guerras Mundiais e que o custo do padrão monetário financeiro concomitante com a ascensão norte-americana em uma posição mais confortável são características importantes desse cenário.

O poderio inglês foi estabelecido mediante a combinação do territorialismo e do capitalismo. Diferentemente do século anterior, a luta pelo poder do século XX pulou a fase de buscar incorporar o principal Estado capitalista como aliado. De forma distinta, os Estados Unidos utilizaram a lógica territorialista não para fora, mas sim internamente.

Desta forma, ambas as estratégias se misturaram no estabelecimento do poder norte-americano (ARRIGHI, 1996, p. 60). Conforme alega Arrighi, “no correr do século XIX a vantagem decisiva na luta pelo poder mundial havia-se convertido no tamanho e no potencial de crescimento comparativo do mercado interno” (ARRIGHI, 1996, p. 61). Desse jeito, a ascensão de um Estado com um mercado interno maior e mais dinâmico que o do Reino Unido descentralizou o mercado mundial.

Ainda no contexto da Primeira Grande Guerra, os Estados Unidos já detinham características expressivas. Como expõe Fiori, seu poder já era confirmado em todo o continente americano, além de possuir posições sólidas na região asiática. No cenário da Primeira Guerra, defenderam sua neutralidade até 1917¹⁴ (FIORI, 2004, p. 81). Mesmo depois disso, respaldados nos Quatorze Pontos de Wilson, visavam à paz que fosse justa a todos os participantes do conflito. Além do mais, durante a Primeira Guerra Mundial, o país passou da posição de devedor, para a de maior credor dos países do conflito (FIORI, 2004, p. 83).

Por sua vez, no contexto da Segunda Guerra, conforme divide Fiori, o conflito pode ser vislumbrado por dois momentos. O primeiro abarca os anos de 1939 a 1941, envolvendo apenas as nações europeias, com vitória alemã. Já a segunda, de 1941 a 1945, tratou-se, além de outras particularidades, de uma fase de negociação das “bases hierárquicas, funcionais e competitivas da nova ordem política mundial” da próxima conjuntura da “Guerra Fria com a União Soviética, e da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos dentro do mundo capitalista” (FIORI, 2004, p. 85). Em vista disso, nesse segundo momento também foram negociadas as bases da nova organização monetário-financeira do sistema econômico mundial, representada pelos Acordos de Bretton Woods (FIORI, 2004, p. 88).

¹⁴ Ano em que declarou “estado de guerra” contra o Império Alemão.

Por volta de 1944, a instabilidade econômica causou impacto na economia global, desestimulando os investimentos e impedindo gradativamente o crescimento econômico das nações envolvidas de forma direta ou indireta nos conflitos. No contexto pós duas Guerras Mundiais, a fim de evitar os erros cometidos anteriormente, notou-se a necessidade da criação de uma nova ordem econômica financeira internacional que fosse

capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, o comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requeridos pelas transações em expansão (BELLUZZO, 1995, p. 11-12)

Assim, a decisão das negociações de Bretton Woods voltava-se para o estabelecimento de um sistema fixo, mas ajustável, coadunado ao padrão-dólar. Incluíram nessas negociações o Fundo Monetário Internacional (FMI) com a função de regular trocas financeiras internacionais sob o dólar americano e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) - que mais tarde se tornaria o Banco Mundial -, para investimentos estrangeiros e reconstrução das economias dos países em ruínas devido a guerra (KARNAL, 2007, p. 227).

Desta maneira, com os Estados Unidos na função de país emissor da moeda, incorporado ao benefício de *seignorage*, o mesmo passou a influenciar outros países a adotarem a políticas keynesianas de ajustes macroeconômicos (NETO, 2014, p. 157). Conforme aponta Belluzzo, havia três objetivos.

- a) objetivos estratégicos: os americanos suportaram a maior parte dos custos da aliança militar formalizada no tratado do Atlântico Norte e puderam fazê-lo, em grande medida, graças à condições de emissores da moeda reserva internacional;
- b) objetivos econômicos: a *seignorage* permitiu a expansão da indústria americana e de seu estilo tecnológico (o fordismo), sobretudo através do investimento direto;
- c) objetivos financeiros: a posição de ‘banqueiro internacional’ dos Estados Unidos concedeu um enorme espaço para o crescimento dos bancos americanos (BELLUZZO, 1995, p.14).

No que concerne à estratégia, os Estados Unidos mudaram sua posição quanto aos países derrotados. Investiram em sua reconstrução e desenvolvimento, como por exemplo, da Alemanha, da Itália e do Japão, que representava a “pedra angular da engenharia econômico-financeiro do pós-II Guerra Mundial”. Em médio e em longo prazo, foi constituída uma “zona de co-prosperidade” com esses países, além de uma articulação estratégica com outros países asiáticos, criando um “cinturão de segurança”, com a instalação de bases militares norte-americanas além de seu território:

Nesse período, portanto, se pode dizer que os Estados Unidos expandiram seu poder político através da competição militar com a União Soviética, uma potência com quem não mantinham relações de complementaridade econômica, e que, portanto, poderia ser destruída em caso de necessidade, sem ônus para a economia dos Estados Unidos. E, ao mesmo tempo, os Estados Unidos expandiram sua riqueza através de relações econômicas complementares e dinâmicas, com competidores desarmados e incapazes de enfrentar militarmente os Estados Unidos. Uma fórmula absolutamente original, com relação à experiência histórica passada do sistema mundial, que acabou se transformando na chave do sucesso da hegemonia mundial norte-americana, que durou duas décadas (FIORI, 2004, p.89).

O estabelecimento dos EUA como hegemonia deu-se de forma similar ao Reino Unido pela capacidade de reestruturar o sistema com a credibilidade de ser um interesse geral. O país foi responsável por direcionar o sistema ao respeito aos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália, e consequentemente, reformular e governar o sistema restabelecido (STRANGE, 1994, p. 65). Baseado na ideologia de bem-estar geral, os Estados Unidos propagaram essa ideia como objetivo de sua ideologia liberal a partir do século XX.

Desta forma, a organização de Bretton Woods, o FMI, o Bird, e a ONU foram grandes instrumentos da reestruturação de grandes centros econômicos de interesse norte-americano, e consequentemente, na expansão de seu poder (STRANGE, 1994, p. 68). Destarte, a hegemonia norte-americana possuía diversas particularidades: I) moeda mundial regimentada pelo *Federal Reserve* dos Estados Unidos; II) o sistema do dólar regulamentado pelo Estado, promovendo uma maior autonomia por parte dos Estados Unidos e, consequentemente, III) maior controle sobre a liquidez mundial, que serviu como mecanismo de expansão do comércio mundial (STRANGE, 1994, p. 72).

Tal como assinalado por Terence Hopkins, Arrighi (1996, p. 75) defende que as hegemonias são momentos contínuos do desenvolvimento do capitalismo mundial. É capaz observar que o status de hegemonia tornou-se cada vez mais complexo com cada momento desses, devido “a escala, o alcance e a eficiência da gestão norte-americana do mundo, bem como a concentração de meios militares, financeiros e intelectuais exibidos para esse fim, ultrapassaram em muito as finalidades e recursos da hegemonia britânica no século XIX” (1996, p. 76).

Porém, deve-se destacar que essa eficiência norte-americana é produto de um longo processo de formação do sistema capitalista perpassando diversas hegemonias e ciclos sistêmicos de acumulação de capital.

Para Arrighi (1996), o sistema mundial moderno está sempre em duplo movimento, no qual alguns estão movendo-se para frente e outros para trás

simultaneamente. Nesse contexto, ocorre a ascensão e a queda de hegemonias. O último episódio dessa dupla movimentação no sistema foram os passos para trás do Reino Unido e o estabelecimento dos EUA como sucessor. Sendo assim,

(...) a hegemonia britânica reconstituiu o moderno sistema de governo em bases especiais e sociais mais amplas, revivendo sob formas novas e mais complexas alguns aspectos da dominação imperial que fora suplantada quando da hegemonia holandesa. A hegemonia norte-americana, por sua vez, reconstituiu o sistema em bases espaciais e sociais mais amplas, revivendo sob formas novas e mais complexas alguns aspectos do capitalismo de corporações que tinham sido superados quando da hegemonia britânica (ARRIGHI, 1996, p. 80).

Portanto, cada mudança no processo representa uma característica importante da organização das estratégias e nas estruturas de cada hegemonia da história do capitalismo no sistema internacional (ARRIGHI, 1996, p.15).

Todavia, apesar dessas vantagens, o ônus de perder sua autonomia com o sistema de Bretton Woods começou a pesar. Deste modo, em 1971, os Estados Unidos, em uma decisão unilateral, decretaram o fim do padrão ouro-dólar. De acordo com Neto (2014, p. 161), a finalidade dessa ação estava relacionada à ampliação da capacidade de ajustes macroeconômicos e à tentativa de recuperar a economia norte-americana. Além disso, segundo o autor,

Na verdade, o que o governo de Nixon pretendia era mostrar ao mundo o poder que ainda emanava do dólar- e, portanto, da economia norte-americana-, se desvinculando do constrangimento das constantes trocas dólar/ouro, que começavam a esvaziar as reservas Fort Knox. Essa verdadeira demonstração de poder é completada com a manutenção do dólar como unidade de referência monetária internacional (NETO, 2014, p. 161).

Desde então adotou-se o sistema de taxas de câmbio flutuantes, com o dólar como referência monetária para o sistema internacional. Faz-se perceptível que a constituição do poder norte-americano trata da utilização de uma combinação diferente como lógica de poder, que se afasta da ideia de império, com uma habilidade de preservar por mais tempo o seu poder no sistema internacional.

Conforme Bertonha (2009) ressalta, “pela hegemonia, os Estados Unidos superaram o medo de dominação dos outros Estados e criaram uma ordem estável que, espantando a muitos, sobreviveu até ao fim da Guerra Fria” (BERTONHA, 2009, p. 117-118). Tanto que Fiori pontua que com a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria, o número de acordos militares que os Estados Unidos possuíam chegava a aproximadamente a 130 dos 194 países do sistema internacional, além de 300 mil soldados fora do território norte-americano “mantendo o controle militar de todos os oceanos e do próprio espaço” (FIORI, 2004, p. 88).

Como já foi citada, a presente pesquisa entende que o poder estrutural dá uma base mais concreta para analisar a possível causalidade entre a ascensão chinesa e o propagado declínio norte-americano. Destarte, como anunciado, poder estrutural,

(...) in short, confers the power to decide how things shall be done, the power to shape frameworks within which states relate to each other, relate to people, or relate to corporate enterprises. The relative power of each party in a relationship is more, or less, if one party is also determining the surrounding structure of the relationship (STRANGE, 1994, p. 25).

Portanto, o poder estrutural possui quatro fontes: I) controle sobre segurança; II) controle sobre produção; III) controle sobre crédito e IV) controle sobre conhecimento, crenças e ideias (STRANGE, 1994, p.26). Todas as fontes estão interligadas - uma vez que cada uma está ligada necessariamente as outras três e interagem entre si - e nenhuma delas domina a outra. Um fator em comum entre as quatro tange à capacidade que ator que possui grande poder nessas quatro áreas tem de mudar a gama de escolhas - que são abertas aos outros -, sem à primeira vista estar pressionando diretamente a tomar tal decisão ou escolha (STRANGE, 1994, p. 31).

Aqueles que possuem o controle sobre a segurança, obtêm certo tipo de poder ligado à capacidade de determinar, e até mesmo limitar, a quantidade de opções de escolha dos outros. No exercício desse poder, pode-se adquirir incidentalmente vantagens na produção, ou consumo de riqueza e direitos especiais ou privilégios nas relações sociais. Assim, “*the security structure inevitably has an impact on the who-gets-what of the economy*” (STRANGE, 1994, p. 45).

Vale destacar uma evidência da Economia Política Internacional: a estrutura de segurança é posta em perigo não pelos Estados fortes ameaçadores, mas sim quando há um desafio à autoridade e aos direitos do Estado detentor desse poder, e o desafio é aceito pelo mesmo¹⁵. Logo, o risco no sistema não está na coexistência dos Estados em si, mas sim de seus resultados, a exemplo da incerteza da ambição de expansão da autoridade do Estado mais forte e, conseqüentemente, até onde um Estado mais fraco se sente na responsabilidade de resistir a essa expansão e desafiá-la. Nesse sentido, Strange afirma

¹⁵ Todavia, vale destacar opiniões distintas, a exemplo das de Organski, Gilpin e Ikenberry. Para Organski (1958) e a sua teoria da Transição de Poder, eventualmente, um país ascende em termos de poder. Com isso, duas situações podem ocorrer, variando com a satisfação do Estado ascendente em relação à ordem internacional vigente. Na hipótese do país ascendente desafiar a ordem do país dominante que pode-se assumir a possibilidade de um conflito entre as duas potências. Entretanto, conforme Gilpin (2002) e Ikenberry (1985), defensores da teoria da estabilidade hegemônica, é a resposta do *hegemon* que se sentir ameaçado que vai determinar se ocorrerá um conflito ou um reajuste econômico. Deste modo, “*the outcome depends on a crucial calculation by the challenger in the first place and the challenged in the second of the gains that might be achieved, the risks of loss involved if conflict does ensue and the costs of defending their respective authority*” (STRANGE, 1994, p. 49-50).

que “*This of course is why the security structure of the world economy has been weakened as much by the decline of empires or of formerly powerful states as by the rise of aggressive new states*” (STRANGE, 1994, p. 50).

Já no tocante à estrutura de produção, depreende-se como a somatória das disposições que determinam o que é produzido, quais métodos são utilizados, em quais termos, por quem e para quem. Em suma, essa estrutura é responsável pela criação da riqueza, pelo papel da produção como base de quase todas as economias políticas (STRANGE, 1994, p. 64) ¹⁶. A autora destaca duas grandes mudanças de importância global: a primeira refere-se ao triunfo do sistema capitalista europeu de produção sobre todos os outros rivais. E a segunda concerne ao desenvolvimento de um sistema de produção global, gradualmente, assumir e suplantando as estruturas de produção nacionais separadas (1994, p. 73).

É nesse contexto que os Estados Unidos avançam em poder estrutural de produção. Conseguiu ultrapassar a líder da economia, a Europa, ainda na metade do século XX. Além disso, manteve uma posição permissiva relativa aos negócios, principalmente com as grandes corporações¹⁷. Nesta acepção, os Estados Unidos avançaram na produção industrial, devido a três fatores que criaram a base do crescimento econômico norte-americano: débito, dominância e demanda, permeando o período das duas Guerras Mundiais (STRANGE, 1994, p. 73).

Outro fator significativo para o acelerado crescimento norte-americano está presente na mudança de papel de devedor a credor. O país passou pelas duas Guerras com certa neutralidade e principalmente por possuir uma segurança diferenciada dos outros países participantes da guerra quanto a invasões dos rivais. Desta maneira, “*World War I had turned the United States from a major international debtor into a major creditor, owed vast war debts by Britain and France and able to let capital flow to Europe, especially to Germany in the 1920s*” (STRANGE, 1994, p. 74).

No que tange à estrutura financeira, torna-se uma notável fonte devido à sua importância, visto que o alcance da confiança dos outros em relação a sua capacidade de criar crédito, trará o poder de controlar uma economia capitalista (ou até mesmo uma economia socialista) (STRANGE, 1994, p. 30). Deste modo, a capacidade de criar crédito significa o poder de dar permissão ou de negar aos outros a possibilidade de gastar hoje

¹⁶ A estrutura de produção é mutável.

¹⁷ Que foram as primeiras a emergirem com uma natureza transnacional, assim, projetando bens para o mercado global, produzindo em diversos países suas estratégias financeiras e de marketing não somente para a economia norte-americana, mas para a economia mundial (STRANGE, 1994, p. 73).

e pagar no outro dia. Representa permitir que os outros exerçam o poder de compra, consequentemente, influenciar os mercados e também o poder de administrar a moeda, tendo uma maior influência sobre as taxas de câmbio com o crédito em outras moedas (STRANGE, 1994, p. 90).

Conforme alega Strange, o crédito é literalmente a força vital de uma economia desenvolvida (STRANGE, 1994, p. 91). Nos Acordos de Bretton Woods,

As a system of rules governing the relations of national currencies, Bretton Woods only really worked for one short decade, from the end of 1958 to March 1968. That was when, with the introduction of the two-tier gold price, the first break was made in the anchoring of exchange rates to the price of gold (via the convertibility of dollar reserves in other central banks into gold). It was then, too, that the US Treasury effectively stopped allowing the Germans, the Canadians and others to draw on US gold reserves. By 1971, the system was thrown into total disarray by President Nixon and was finally abandoned when the dollar was floated and exchange rates were left to market forces in 1973 (STRANGE, 1994, p. 105).

Sendo assim, o ganho mais importante com o fim dos Acordos de Bretton Woods tem cunho político: *“It was not in fact a 'breakdown' in the sense of mechanical or structural failure but a deliberate decision not to make all the difficult adjustments necessary to keep to a fixed-rate system (...)”* (STRANGE, 1994, p. 107)

Segundo Neto,

Os vários ciclos históricos de acumulação mundial, que refletem as alterações nessas hegemonias e em sua ordem, repercutiram nas sucessivas alterações do sistema de equivalência monetário vigente em cada época. Nelas, as mudanças em seu mecanismo de relação entre moedas foram orientadas, tão somente, pela tentativa de garantir vantagens isoladas dentro da corrente dos países envolvidos, onde se destacaria a figura de um país hegemônico, patrono e promotor do sistema monetário ali assumido. Portanto, o sistema monetário apresenta-se como uma poderosa via de acumulação de riqueza dirigida a determinado desenvolvimento comercial e financeiro de um período histórico (NETO, 2014, p. 151).

Vale sublinhar que essa capacidade de criação de crédito deve-se ao fato do compartilhamento dessa função entre o Estado e os bancos privados nas economias capitalistas, como é o caso óbvio dos EUA, e mais atualmente, o Estado *“merely delegated its credit-creating powers to the state banks. It was they who carried out, not the dictates of the market as they perceived them, but the commands of the state planners”* (STRANGE, 1994, p. 92).

E por último, a quarta fonte de poder diz respeito à estrutura do conhecimento, crenças e ideias. Apesar de negligenciado e subestimado, não se torna menos importante que as outras estruturas (STRANGE, 1994, p. 119). Conforme argumenta a autora, essa negligência deve-se ao fato dessa estrutura não ser tão bem compreendida quanto às outras, por se tratar de um poder difuso. O poder que advém das outras estruturas revela-

se positivamente, seja em proporcionar maior segurança, seja na organização da produção ou na capacidade de fornecer crédito.

Diferentemente da estrutura do conhecimento, que pode vir de forma negativa, de maneira a excluir os outros ou até mesmo negar conhecimento (STRANGE, 1994, p. 119). Além de difuso, apresenta-se como um poder não quantificável: *“The indicators that can be found are only the roughest of guides, for the authority accorded to people and institutions operating in the knowledge structure is necessarily much more subjective”* (STRANGE, 1994, p. 119).

Nesse sentido, Strange elenca três mudanças atuais importantes: I) alterações no controle dos sistemas de informação e comunicação; II) mudanças no uso da língua e dos canais não-verbais de comunicação; III) variação nas percepções e crenças fundamentais em referência à condição humana que afetam diretamente os julgamentos de valor e, por meio deles, decisões e políticas e econômicas (STRANGE, 1994, p. 120).

É fundamentado nessas quatro estruturas de poder que a presente pesquisa vai se basear para analisar a China como poder em ascensão no sistema internacional e avaliar a situação dos EUA, a fim de responder duas grandes questões:

- 1) É possível afirmar que há um declínio norte-americano?
- 2) Caso sim, esse declínio tem relação causal com dinâmica de ascensão chinesa?

Com esses pormenores expostos, a estrutura de conhecimento é composta pelo poder de determinar qual conhecimento é descoberto, seu armazenamento e quem será o responsável pela comunicação, bem como sua forma. O poder e a autoridade nessa estrutura são daqueles que ocupam uma posição fundamental no processo de tomada de decisão nessa estrutura (STRANGE, 1994, p. 121). A estrutura do conhecimento tem, como já citado anteriormente, direta ligação com as outras estruturas.

A fim de ilustrar isso, Strange ressalta que a disputa pela liderança se deslocou primeiro da competição por território, em seguida passou a ser pela estrutura produtiva. Entretanto, atualmente dá-se principalmente na estrutura de conhecimento: *“Today, the competition is for a place at the 'leading edge' (as the jargon has it) of advanced technology”*. Isso se deve ao fato dessa estrutura prover a superioridade econômica e militar de um Estado, bem como diminui sua vulnerabilidade e as chances de ser dominado (STRANGE, 1994, p. 136).

Para ilustrar a relevância de deter poder nessas quatro estruturas, a autora traz os Estados Unidos no contexto do pós Segunda Guerra Mundial. Apesar de possuir armas

nucleares, dispor apenas desse tipo de poder estratégico não era capaz por si só de fazer com que a fonte econômica aumentasse.

Se não fosse pelo poder produtivo, no que se refere ao fornecimento de alimentos e bens de capital para a reconstrução de diversos setores essenciais na Europa, a citar o setor industrial, e se não fosse pelo poder financeiro de oferecer crédito em dólares universalmente aceitáveis, os Estados Unidos não poderiam expandir seu poder com as ajudas do Plano Marshall.

E por fim, seu poder se fazia presente no controle sobre conhecimento, crenças e ideias, uma vez que foi propagada a crença de que os Estados Unidos pretendiam usar seu poder para criar um mundo melhor no pós-guerra para os outros, bem como para o seu próprio povo (STRANGE, 1994, p.32).

Sendo assim, como observado, os Estados Unidos são detentores de grande poder nas quatro estruturas, instituindo um poder de gerenciamento das estruturas do poder mundial nunca vista na história do capitalismo do sistema de Estados. O entendimento de poder, pelo viés do poder estrutural, está intrinsecamente relacionado à compreensão de declínio e ascensão de um grande poder. Afinal de contas, não são apenas alguns indicadores por si só, a exemplo do poder militar ou econômico, que estabelecem se um determinado ator ascende – a citar o exemplo do Japão, que após os anos 1950 e seu alinhamento com os EUA, conseguiu no decorrer da década de 1970 alcançar um PIB correspondente ao PIB da França e do Reino Unido juntos, ou seja, até próximo à metade do PIB norte-americano (KENNEDY, 1989). Apesar de o país ter se reinserido no sistema internacional como potência econômica, o Japão não possuía grande participação nas questões políticas e nas de segurança internacional.

A partir dessa percepção de poder estrutural como algo característico de predominância, percebe-se que uma potência está em ascensão posto que ela busca e consegue grande poder nos quatro alicerces de poder do sistema mundial. Não se trata apenas de grande crescimento do PIB. Um exemplo que ilustra a incapacidade do PIB, por si só, de fazer um grande poder se remete ao Japão na década de 1990, e seu rápido declínio. Trata-se de um conjunto de fatores bem articulados que são capazes de fazer com que o poder de determinado Estado não só se mantenha, mas se expanda.

1.5 Considerações Parciais

São diversos os conceitos que tentam explicar o que é poder e quais são as suas fontes de manutenção e expansão. Apesar de algumas terem ênfase em determinados

setores – geralmente o econômico e/ou militar -, o presente capítulo buscou apresentar uma visão diferente do poder relacional, baseado no poder de gerência das estruturas das fontes de poder do sistema internacional.

Diante dessa concepção, pode-se observar quando um país está exercendo uma posição hegemônica – quando ele é predominante nas quatro estruturas -, quando ele está declinando – a partir do momento em que essa gerência das estruturas não é mais possível – e quando uma potência está em ascensão – quando ela consegue representatividade (não dominância) nessas quatro estruturas.

Nesse sentido, vale ressaltar que crises não são fatores determinantes de declínio de um Estado. Todavia, conforme esclarece Chesnais (2005, p. 50-58), as crises são parte da própria dinâmica do capitalismo a instabilidade. Desta maneira, os próximos capítulos buscarão avaliar, por meio dessa visão, o poderio tanto chinês quanto norte-americano.

Para desenvolver esse objetivo, o próximo capítulo visa, especificamente, explicar como o desenvolvimento chinês ocorreu, tomando como ponto de partida a década de 1970, observando o seu poder nas quatro estruturas supracitadas. A partir disso, inferir se esse crescimento e desenvolvimento chinês têm relação causal, ou seja, está provocando o que muitos classificam como “declínio” norte-americano.

2 O VÔO DO DRAGÃO: O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS, SUA INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO MUNDIAL

2.1 Considerações Iniciais

A atual posição de destaque ocupada pela China não é algo que surgiu repentinamente. Detentor de um extenso território – que corresponde a 9.596.961 km² - e responsável por um quinto da população mundial, com 1, 357 bilhões de habitantes, a China já possuía características de um gigante. Entretanto, tal posição de destaque foi resultado de um planejamento bem articulado por parte do governo chinês a partir do final da década de 1970, especificamente em 1978 com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder¹⁸. O país passou a se desenvolver nacionalmente em setores com grandes capacidades, antes utilizado abaixo de seu potencial, aplicado por meio de um regime diferenciado para tal estratégia de desenvolvimento.

Em um intervalo de 30 anos, tornou-se uma potência na região com características de um global *player* no sistema internacional: possui assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), obtido em 1971; alcançou o segundo maior PIB mundial em 2010 – posto mantido até hoje¹⁹ -; é uma potência nuclear e uma potência na área militar com um investimento elevado nesse setor²⁰, além disso,

¹⁸ Deve-se destacar uma característica primordial para compreender o desenvolvimento chinês: o sistema político da China, liderado pelo Partido Comunista Chinês (PCC), apresenta em seus mecanismos uma complexidade distinta dos sistemas políticos Ocidentais.

¹⁹ De acordo com dados do Banco Mundial, os oito maiores PIB's mundiais são compostos, em ordem, por: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Índia e Itália.

²⁰ Segundo dados do SIPRI de 2014, os gastos militares da China alcançaram US\$ 216 bilhões de dólares.

vem participando de diversas mesas multilaterais de negociações, onde sua presença se torna requisitada por sua importância nas mais diversas temáticas.

Desta forma, para compreender a base desse desenvolvimento chinês, é indispensável versar a respeito da história recente da China, desde a década de 1970, apresentando como e quais eram os objetivos desse ciclo interno de crescimento e externo de inserção.

Destarte, o presente capítulo propõe-se a discorrer acerca de como ocorreu esse crescimento e desenvolvimento, bem como tratar da abertura e inserção internacional do país – dentro dos moldes de planejamento chinês - até os patamares atuais. Vale destacar que não se trata meramente de uma descrição ou um contexto da história da China, mas sim de uma base argumentativa para discutir se o caminho percorrido pelo país no cenário internacional nos últimos 30 anos tem efeito causal no suposto declínio norte-americano.

Para cumprir tal objetivo, este capítulo seguirá uma ordem cronológica, abarcando em um primeiro momento o final da década de 1970 até 1989. O ponto de partida temporal deve-se ao fato da importância das reformas implementadas em 1979, no contexto do final da era Maoísta e a entrada de Deng Xiaoping no cenário político.

Na segunda parte, será abordado o final da década de 1980 e toda a década de 1990, para melhor observação da continuidade desses planos, que resistiu obstante as mudanças de liderança e eventos ocorridos durante esse período.

Em seguida, a terceira parte abará o século XXI, até o ano de 2013. Durante esse período ocorreu a entrada da China na OMC, momento pontual de grande importância para a economia do país, o alcance de segundo maior PIB mundial em 2010 e a maior participação do país nas mesas de negociações internacionais. Esta parte abrangerá até o ano de 2013, com o fim do governo de Hu Jintao. O encerramento nesse recorte temporal se justifica pela maior disponibilidade de informações, haja vista que a dificuldade ao acesso a dados conclusivos do governo de Xi Jinping torna-se afanoso para a presente pesquisa.

2.2 Década de 1970 a 1989: Reformas pós-Mao

Nos anos anteriores a 1970 foram implementados os dois primeiros Planos Quinquenais²¹. Segundo Zheng (2004, p. 77), estes Planos foram guiados por uma busca

²¹ O Primeiro Plano, (1953-1957), tinha como principal foco o avanço da indústria pesada. Já o Segundo Plano (1958-1962) visou o aprofundamento do setor industrial, somado com a estratégia do Grande Salto Adiante.

cega pela aceleração do ritmo de crescimento econômico mediante a adoção de metas impraticáveis. Além dos graves problemas naturais como secas e inundações que afetaram a agricultura, que provocaram a redução tanto de alimentos quanto de matérias-primas, os Planos tiveram problemas quanto à inexperiência técnica, deficiência na área de transporte ferroviário e transferência da mão de obra do campo para as indústrias.

Desta maneira, os resultados obtidos foram totalmente diferentes dos almejados. Conforme Fairbank (2008, p. 317), o período do Grande Salto Adiante (1958-1960) da mesma forma que a Revolução Cultural (1966-1976) são considerados como dois períodos desastrosos e de grande conturbação na história chinesa do século XX. Diversas foram as consequências, dentre elas a queda da taxa de crescimento do setor industrial, além da maior onda de fome ocorrida no país (KISSINGER, 2011, p. 189). De acordo com Fairbank (2008, p. 339), foram cerca de vinte a trinta milhões de mortos.

Porém, uma figura entraria no cenário político com mais influência e mudaria os rumos do planejamento econômico chinês. Ainda no cenário da Revolução Cultural, e com Mao no poder,

Embora a Revolução Cultural desejasse destruir Deng, ele era um veterano experiente muito bem relacionado, sobretudo dentro do Exército, e muito habilidoso e dinâmico para ser deixado de lado como fora feito com Liu Shaoqi. Pouco antes da realização do Quarto Congresso Popular Nacional o designou vice *premier*, o número 3 na hierarquia depois de Mao e Zhou, e Deng tornou-se também chefe do Exército (FAIRBANK, 2008, p. 370).

Neste sentido, em 1975, Deng Xiaoping passou a ter o controle do trabalho das autoridades centrais, reorganizando a economia chinesa com o objetivo de retomar a estabilidade econômica do país (ZHENG, 2004, p. 81). Assim, Deng logrou efeitos positivos no que concerne à produção industrial daquele ano, que apresentou um crescimento de 15% se comparado com o valor total do ano anterior²².

Apesar disso, o “Bando dos Quatro”²³ - no contexto da Revolução Cultural e da morte de Zhou Enlai em janeiro daquele ano - rejeitou as ideias de Xiaoping, o desempossando de seus cargos no partido e, conseqüentemente, no governo. Nesse sentido, como resultado do afastamento de Deng, a economia voltou a estagnar²⁴. No

²² Vale salientar que em 1967 e 1968, o valor total da produção industrial havia decrescido 13,6% e 5% respectivamente (ZHENG, 2004, p. 81).

²³ O “Bando dos Quatro” foi um grupo de quatro componentes do Partido Comunista Chinês, que foram responsáveis pela Revolução Cultural, que deu início em 1966 e perdurou até 1976, com a morte de Mao. O grupo era composto por Jiang Qing (terceira esposa de Mao Tse-tung), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e YaoWenyuan.

²⁴ A renda nacional decaiu 2,6% em relação a 1975 e o valor total da produção industrial regrediu 1,3% (ZHENG, 2004, p. 82).

mesmo ano, dois fatos foram decisivos para a volta de Deng Xiaoping: I) o primeiro refere-se ao grande terremoto de julho ocorrido em Tangshan, situado ao leste da capital chinesa que dizimou aproximadamente meio milhão de pessoas e fez com que milhares de cidadãos ficassem nas ruas e II) o segundo consiste na morte de Mao em setembro. Após esse grande evento, a “Gangue dos Quatro” foi presa e através de uma manobra política, Deng prevaleceu no final de 1978²⁵ (FAIRBANK, 2008, p. 371).

O período posterior a morte de Mao em 1976, pode ser considerado um marco na reorganização das instituições econômicas e políticas do país. De acordo com Karnow (1979) e Lyrio (2010, p. 88), nesse período a ala mais pragmática conseguiu contornar a situação em seu favor em relação aos seus adversários. Neste sentido, como defendido por Karnow (1979), a história chinesa tem sido marcada por diversos momentos decisivos, mas 1978 é considerado o clímax, tanto na dinâmica doméstica quanto internacional. Foi por meio da Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central, realizada no final de 1978 que Deng, juntamente com seus parceiros, assumiu o poder. De acordo com Leite,

acredita-se que Deng Xiaoping articulou um sistema de condução política que não estivesse centrado na sua figura, pelo menos sem uma centralização de cargo, a despeito de sua condução do processo de transformação e modernização da China, Deng Xiaoping habilmente soube cercar-se de aliados políticos que sustentassem sua condução sem estar necessariamente à frente de todos os cargos públicos fundamentais (2011, p. 25).

Goldman (2008, p. 372) argumenta que o crescimento econômico chinês sem precedentes na história deve-se às reformas econômicas tomadas a partir desse período. Como aborda Lyrio (2010, p. 88), a visão de Deng voltava-se para a necessidade da China se modernizar, por meio da adoção de reformas econômicas e de uma abertura ao exterior para incorporar tanto tecnologia como capital.

Vale ressaltar que o país estava passando por problemas críticos tanto na área econômica quanto social. A economia passava por sérias dificuldades, dado que a produção industrial era de baixa qualidade e a produção agrícola não crescia no ritmo que deveria a ponto de atender a necessidade da população, o que afetou grande parte da sociedade. Segundo Zagoria, um periódico controlado pelos comunistas em Hong Kong divulgou que um quarto da população rural vivia em "um estado de fome". Além disso, o

²⁵ Depois da retomada do poder por Deng Xiaoping após a morte de Mao, apesar de Deng ser apenas o presidente da Comissão Militar Central até novembro de 1989, o mesmo permaneceu como líder máximo da China até o ano de sua morte (1997) devido a sua participação desde o começo da geração revolucionária, bem como por sua estreita conexão com os diversos setores do partido e com os militares.

assédio contínuo dos intelectuais havia afetado negativamente a área de ciência e tecnologia e o sistema educacional (ZAGORIA, 1984, p. 880-81).

Foi com Deng Xiaoping que as reformas pós-Mao deram início, abandonando boa parte de seus preceitos:

Grande parte dos membros rejeitava não apenas as visões utópicas de uma sociedade igualitária e uma luta de classes sem fim, mas também o modelo stalinista do controle estatal da economia, coletivização da agricultura e a ênfase na indústria pesada que a China copiara da União Soviética durante dez anos de aliança na década de 1950 (GOLDMAN, 2008, p. 373).

Liseng (2004, p. 55) explana que a estrutura política chinesa no período anterior a Deng apresentava deficiências que afetavam diretamente o desenvolvimento econômico e social da China. Dentre elas, Liseng aponta quatro que funcionavam como obstáculo.

A primeira refere-se à superconcentração de poder que tinha efeitos diversos, como a tendência ao excesso de burocracia e ao erro, até chegar a ferir a vida democrática interna do partido.

Já o segundo impedimento é tomado como consequência do primeiro, a saber: com a superconcentração de poder, o gerenciamento do pessoal nas atividades do governo tornou-se ineficiente.

Enquanto a terceira voltava-se à concentração, em conjunto com o envelhecimento dos quadros dirigentes – que já não era tão eficiente quanto se esperava – que se tornava um incentivo para aqueles que possuíam habilidade para trabalhar na administração pública a voltar-se para ações corruptas ou a distanciar do partido. E por fim, a negligência em promover um sistema democrático no partido causou uma das maiores instabilidades da política chinesa: a Revolução Cultural²⁶.

Neste sentido, Deng buscou corrigir os erros da Revolução Cultural e os erros anteriores a ela, adotando uma estratégia política voltada para o desenvolvimento econômico, reforma política e abertura para o exterior (ZHENG, 2004, p.84). Uma vez que os sucessivos fracassos das iniciativas do Partido Comunista Chinês (PCC) fizeram com que gerasse insegurança e conflito tanto dentro do partido, como abalaram a credibilidade da população no que se refere sua eficiência, a estabilidade torna-se um requisito básico (LEITE, 2011, p. 26; LYRIO, 2010, p. 89).

²⁶ Conforme explana Fairbank (2008, p. 352), “um dos pontos de partida para o entendimento da RC é reconhecer que Mao Zedong adquiria algumas das prerrogativas de um imperador. O fato de Mao ter praticamente destruído o partido que construiu, arriscando, assim, todo o alicerce da revolução é uma questão complexa que demanda várias linhas de análise”.

Ao intencionar este objetivo, Deng notou a necessidade de mudanças a fim de maior legitimação do Partido em se firmar como competente em sua função perante a sociedade. Para lograr tal resultado, Xiaoping visou iniciativas que melhorassem o padrão de vida da população chinesa (GOLDMAN, 2008, p. 373; LYRIO, 2010, p. 89). Seu programa intitulado “socialismo com características chinesas” tornava-se a estratégia de transformar a China em uma economia de mercado internacional, mas com o PCC presente (GOLDMAN, 2008, p. 374; LYRIO, 2010, p. 88).

A partir da ascensão de Deng, vem simultaneamente a percepção de que para manter o partido, pontos primordiais para culminar no desenvolvimento chinês estavam na aplicabilidade das “Quatro modernizações”, arquitetado no Terceiro Plano Quinquenal (1966-1970)²⁷. Consistiam na modernização dos setores da agricultura, defesa, indústria, ciência e tecnologia, além do replanejamento do seu comércio. Complementarmente, figurava no cerne da estratégia a adoção de um projeto de inserção internacional assertivo, presente principalmente na promoção e adoção da “Política de Portas Abertas”.

Todos os fatores pontuados, considerados em seu conjunto, proporcionaram um elevado e contínuo crescimento econômico chinês. Segundo elucida Goldman, “A liderança de Deng buscava restaurar o mandato do partido estimulando as fazendas familiares, as economias de mercado, o consumo de bens industriais e o envolvimento no comércio internacional com esses países (países do leste da Ásia)” (GOLDMAN, 2008, p. 374). A combinação de previsibilidade somada às reformas econômicas foi eficaz, conforme elucida Lyrio (2010, p. 89), visto que a partir de 1978 a China viveu seu período mais longo de continuidade no que remete ao seu crescimento econômico, bem como de estabilidade²⁸ (Gráfico 1).

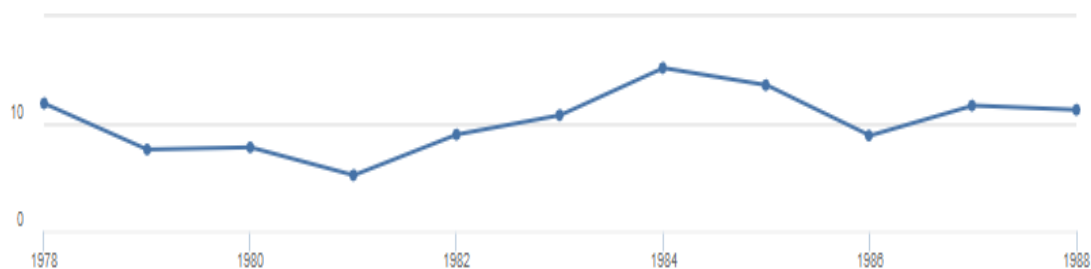
Vale destacar que, de acordo com Lyrio (2010, p. 91), tais reformas eram tidas como prioridade para a modernização chinesa, diferentemente das reformas políticas²⁹, deixando brecha para os simpatizantes a volta do Maoísmo - com consequências que serão vislumbradas no decorrer do capítulo.

Gráfico 1– Taxa de crescimento anual do PIB chinês em % (1978-1988)

²⁷ Lançado por Zhou Enlai no IV Congresso Nacional do Povo em 1975.

²⁸ Apesar de alguns eventos isolados no decorrer dos anos, a exemplo do ocorrido na Praça da Paz e alguns protestos na década de 1990.

²⁹ É necessário pontuar que o fato de não ser tida como prioridade não significa obrigatoriamente que não houve nenhuma reforma política.



Fonte: World Bank, (2016). Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=1988&locations=CN&start=1978>
Acesso em: 10 de outubro de 2016.

No que concernem às políticas de desenvolvimento chinesas do período, Leite (2011, p. 86) aponta quatro grandes eixos: I) o reconhecimento da força de uma economia global de escala crescente, assim, deveria mirar seu empenho de crescimento em um modelo intensivo no lugar do modelo extensivo de crescimento dos períodos precedentes. Seguindo esse eixo, viu-se como primordial a participação da China na economia global; II) o entendimento de que a população deveria ter um maior poder de compra, tal como um padrão de vida melhor que seria resultado de uma maior produção de mercadorias somada a admissão de princípios pragmáticos; III) a China deveria aderir as regras do PCC e IV) o país deveria adotar e nutrir uma diplomacia de paz, além de buscar uma inserção internacional pacífica.

Não é objetivo deste trabalho abordar de forma detalhada como ocorreu cada reforma desse período, mas sim perpassar as que contribuíram de forma ímpar para o crescimento e, posteriormente, permitiram à China alcançar um patamar superior de poder. Como defende Leite (2011, p. 147), antes dessas reformas, o isolamento econômico chinês relacionado ao mercado mundial afetava o resultado comercial do país:

Seu sistema de governo, além de autoritário, era fechado e concentrava decisões econômicas importantes nas mãos de pessoas com foco demasiado ideológico num projeto socialista. Passados um pouco mais de meio quarto de século, a China apresentava-se com maior grau de abertura econômica, menos centralizada em termos de decisões econômicas, com suas reformas no setor rural iniciadas – ao seu modo –, com um novo modelo de gestão das empresas estatais, com uma economia de mercado aceita pelos governantes e empresários nacionais, elevação da competitividade interna e externa (...) receptáculo de investimentos estrangeiros diretos e de inúmeras empresas multi-nacionais apresentando uma taxa de crescimento contínua acima dos 8 % ao ano (LEITE, 2011, p. 147).

Como sustenta Liseng (2004, p. 55), Deng foi responsável por mudanças profundas nas esferas da sociedade chinesa, entre elas a economia, a cultura e a política. Do mesmo modo que defendido por Jenkins (2015, p. 13), o crescimento chinês e a maior

abertura podem ser considerados um dos acontecimentos mais importantes para a economia global nos últimos 30 anos.

Posto isto, um dos pontos centrais na estratégia de progresso nacional de Deng estava relacionada à percepção da importância da zona rural e no seu crescimento, uma vez que a China é um país de população rural - onde a maioria dos chineses habitava - apesar de possuir uma parcela relativamente pequena de área cultivável. Deve-se salientar que as reformas foram realizadas de forma gradual e em etapas. A atividade rural e sua posterior mecanização e desenvolvimento afetaram o crescimento da China bem como constrange o PCC a ter atenção a este grande grupo populacional.

Conforme explana Goldman (2008, p. 376), diferente do que ocorreu na URSS, onde as reformas foram efetuadas pelo poder dirigente, na China tais reformas foram realizadas por iniciativas locais. Vale evidenciar que a base dessas reformas estava presente no que já estava acontecendo localmente. Na Era Mao, surgiu em algumas localidades o “sistema de responsabilidade familiar”. Tratava-se de iniciativas locais voltadas para o retorno às fazendas familiares. Apesar de apresentar alguns problemas e ter sido interrompida em 1962 por Mao, tal prática foi retomada no período da Revolução Cultural. Assim, o governo de Deng transformou tal sistema em um programa de escopo nacional (2008, p. 377).

Como resultado, entre os anos de 1980 a 1986,

(...) a produção bruta da sociedade rural mais do que duplicou (...). Esse aumento de riqueza da população rural estimulou o crescimento de uma indústria de bens de consumo para absorver os novos rendimentos dos camponeses e um afastamento concomitante da ênfase stalinista na indústria pesada e militar. Com a mudança para uma indústria leve, logo a China começou a vender bens de consumo relativamente baratos no exterior (...). Essas mudanças econômicas possibilitaram que milhões de camponeses se tornassem empresários de pequena escala envolvidos em serviços, indústria leve, assim como agricultura, e ofereceu-lhe o potencial para melhorar seu padrão de vida (GOLDMAN, 2008, p. 377).

Neste cenário, tal como o sistema de responsabilidade familiar tornou-se um programa que foi de alcance local para nacional, o desenvolvimento de empresas distritais - que no decorrer do tempo se transformaram em fábricas maiores de bens de consumo - também se converteu em um programa a nível nacional (GOLDMAN, 2008, p. 377). Com o passar do tempo, tais empresas cresceram a nível não só doméstico, mas também internacional.

Como aponta Leite (2011, p. 163), a substituição gerou o crescimento da produtividade dessas empresas além de iniciar o processo de adoção do livre mercado pelas demais empresas nacionais. Vale destacar que, assim como Guthrie defende (2006,

p. 78), com tais mudanças rurais houve também certa autonomia econômica cedida aos gerentes de empresas da mesma maneira que ocorreu com os oficiais locais dessas áreas industriais:

Em outras palavras, o governo chinês teria conseguido ceder, em algum grau, o controle econômico para as localidades, sem recorrer às privatizações. Este processo de descentralização, todavia, não extingui a planificação econômica, comandada ainda pelo governo central. Assim, enquanto o governo central manteve o controle político e legal, os governos locais obtiveram a liberdade de tomar decisões e fazer inovações econômicas (LEITE, 2011, p. 30).

Mediante o vislumbre desse crescimento no setor rural, em 1984, por meio da Terceira Sessão Plenária do 12º Comitê Central, foi expedido oficialmente o mercado da zona rural para a área urbana. Como Goldman (2008, p. 378) discorre, após reformas na área urbana, na metade da década de 1980, tal crescimento econômico superou o agrícola, que estava começando a estagnar. Como afirma Goodman (1994) o período entre 1979 e 1984 foi fundamental para o firmamento de bases fundamentais em prol das reformas responsáveis pelo desenvolvimento chinês. Tanto que, como Goldman (2008, p. 378) pontua, no período durante a segunda metade da década de 1980, o crescimento da economia da área urbana teria ultrapassado o da economia rural que, por sinal, estava estagnando.

Vale acentuar que o sistema centralizado de planificação do setor econômico chinês determinava a produção, bem como a distribuição e a venda dos produtos. Entretanto, houve uma mudança nessa prática, e passou a funcionar como um sistema dual no qual era papel do Estado estabelecer alguns preços para subsidiar determinados produtos (LEITE, 2011, p. 30). Tal prática acelerou a inflação tal como estimulou a corrupção. Apesar disso, a renda da população chinesa aumentou (LEITE, 2011, p. 85).

Outra reforma importante e basilar para explicar o destaque atual da China consiste numa ferramenta para a abertura chinesa para o mundo: as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), iniciadas especificamente em 1979. Essas Zonas são localizadas nas cidades costeiras³⁰ e perto de grandes rios chineses, como pode ser visto na Figura 1. As mesmas tinham como objetivo atingir mercados externos, já que seria eficaz um meio de utilização de sua economia de mercado - usar o que é válido no capitalismo, mas de maneira própria.

Consoante ao pontuado por Sanjuan (2006, p. 498), as Zonas deveriam fazer contraposição aos vizinhos capitalistas, uma vez que as atrações de investimento externo

³⁰ Principais cidades: Shantou, Shenzhen, Xiamen, Zhuhai e a região de Hainan.

direto eram um objetivo a se alcançar para mostrar que o país estava se inserindo na economia mundial. Essas regiões tornaram-se canais privilegiados de comunicação entre a China e a economia mundial. Ademais, vale pontuar que “as zonas econômicas e os consórcios empresariais eram controlados pelo governo e pelos empresários chineses” (GOLDMAN, 2008, p. 378). Deve-se observar que os empresários chineses, conforme indica Tsai (2007, p. 77), tem relação com o Estado chinês, inclusive sendo alguns deles membros do Partido Comunista Chinês³¹.

Figura 1 – Zonas Econômicas Especiais da China



Fonte: Understand China. Disponível em: <<http://understand-china.com/special-economic-zone-sez/>>
Acesso em: 13 de outubro de 2016.

Outra prática utilizada foi formação das *joint-ventures*³², aplicada de uma forma distinta, dado que o governo chinês, além de ser a instituição reguladora, era uma parte interessada na negociação, atuando como agente econômico (LEITE, 2011, p. 150).

³¹ Segundo o autor, esse perfil de empresários que são membros do PCC só vem aumentando: “In 1991 only 7 percent of surveyed entrepreneurs admitted to being party members; by 2003 over one-third were party members” (TSAI, 2007, p. 77).

³² Segundo o Ipea, as *joint-ventures* nada mais são que um tipo de associação entre suas empresas que se associam em prol de adquirir benefícios em determinado setor, mediante a alguma atividade. Vale destacar que essa associação não afeta a identidade de ambas as empresas. Ainda segundo o Instituto, “A China facilita a entrada no país para companhias que formem *joint-ventures* com empresas chinesas do mesmo setor, de modo a facilitar a transferência de tecnologia. Caso algum empreendedor queira se estabelecer na China sem se associar a nenhuma companhia local, enfrentará barreiras quase intransponíveis”. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=23>

Pode-se observar que a ascensão de Deng Xiaoping, no final da década de 1970, trouxe consigo diversas reformas - que abarcaram reformas agrárias, abertura econômica chinesa para o exterior, e consequentemente uma reinserção da China no sistema internacional – foram essenciais para o início de uma nova história econômica chinesa.

Segundo Lyrio (2010, p. 37), o crescimento econômico tem como maior base a utilização extensiva de fatores subutilizados – como mão de obra em abundância e insumos baratos - visto que tal fator supera, em importância, os ganhos de produtividade de fatores que já faziam parte da economia formal chinesa. Mas tal motivo não explica inteiramente esse progresso. Na percepção do autor, alguns fatores herdados da Era Mao devem ser incluídos, apesar da Revolução Comunista, como o nível de escolaridade da população bem como o fato da infraestrutura de transportes, comunicação e energia compor a base da produção industrial do país. Esses fatores diferenciam a China dos outros países que também possuem mão de obra e insumos baratos (2010, p. 38).

Wei-wei (2006) expõe diversos pontos-chave para o sucesso do modelo chinês iniciado por Deng, dentre eles:

- I) a estratégia social denominada “*people matter*”, o qual dava-se importância às aspirações populares: “*The architect of China's reform, Deng Xiaoping, argued that China could only ‘seek truth from facts, not from dogmas, and all reforms must take account of local conditions and deliver tangible benefits’*”;
- II) experimentação constante, a exemplo de programas que primeiro eram aplicados localmente, e depois de perceber seus resultados positivos, se transformavam em programas de escopo nacional;
- III) reforma gradual, uma vez que as reformas drásticas da era Mao não lograram bons resultados;
- IV) Estado pró-desenvolvimento;
- V) aprendizado seletivo, a citar o uso de sua economia de mercado, e
- VI) seleção sequencial correta, focando primeiro nas reformas mais fáceis, na reforma rural, áreas costeiras e reformas econômicas antes das mais complicadas como reforma urbana, mudanças no interior e reformas políticas (WEI-WEI, 2006)³³.

Nessa sequência, depois de expor as primeiras reformas feitas com a ascensão de Deng, estas primordiais para o início do desenvolvimento chinês mediante as reformas em diversos setores, o próximo tópico contemplará um momento de tensão vivido no país

³³ Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/11/01/opinion/01iht-edafrica.3357752.html>> Acesso em: 12 de setembro de 2016.

no final da década de 1980 e como o governo reagiu após esse fato na década seguinte com o aparecimento de outra grande figura responsável pelo desenvolvimento chinês.

2.3 Final da década de 80 e anos 90: abertura para reinserção

Em 1989, especificamente no dia quatro de junho, um evento ocorrido marcaria a nova história chinesa de estabilidade após a ascensão de Deng em 1978. Como foi explanada, uma das medidas tomadas por Deng foi de a maior abertura para inserção chinesa, posto que foi reconhecida a necessidade de se tornar um ator participante do sistema internacional. Com essa abertura, muitos valores Ocidentais propagaram-se dentro da sociedade chinesa. Conforme esclarece Kissinger (2011),

(...) sua visão de liberalização da economia e revitalização nacional não incluía um movimento significativo na direção do que seria reconhecida no Ocidente como democracia justa e pluralista. Deng buscava preservar a regra do partido único não tanto porque se deleitasse com as prerrogativas do poder (...) mas porque acreditava que a alternativa era a anarquia (KISSINGER, 2011, p. 329).

Deste modo, Deng Xiaoping estaria em uma armadilha com seu discurso de liberdade, o qual enfatizava o “pensar as coisas por si mesmo” e certa emancipação das mentes (KISSINGER, 2011, p. 329). Assim, de acordo com Goldman (2008, p. 389), por volta de 1985 e 1986, havia grupos de intelectuais chineses que reivindicavam uma revisão substancial da ideologia marxista-leninista e a admissão de um sistema político Ocidental de controle e equidade diferente do que havia sido adotado pela “democracia socialista”. Entretanto, os líderes mais antigos e conservadores do partido rejeitavam tais pedidos.

Segundo aponta Leite (2011, p. 37), na 3ª Conferência do Partido, realizada em setembro de 1985, ao visar suporte e aprovação de priorização de sua proposta de desenvolvimento econômico, bem como de modernização, Deng comprometeu-se com o grupo mais radical³⁴ de conter qualquer crítica ao PCC. Nesse contexto, como as manifestações estudantis emergiram e expandiram-se, esses membros do partido fizeram pressão para que Deng detivesse tais manifestações.

Nesse sentido, eles conseguiram demitir Hu Yaonong – devido ao fato do mesmo não tomar iniciativas agressivas de repressão a esses movimentos - e livraram-se de intelectuais relevantes que defendiam a reforma ideológica e institucional, que foram consideradas como responsáveis pelas manifestações (GOLDMAN, 2008, p. 389).

³⁴ O grupo mais radical do PCC ou conhecidos também como maoístas era baseado em ideais marxista-leninistas e disseminavam um sistema de governo voltado para o povo.

Ainda em concordância coma autora, o ápice envolveu o problema da corrupção, somado ao salto inflacionário produzido - em parte - pela reformulação de preços no final da década de 1980, culminando na evolução do que seria uma mera homenagem a Hu Yaobang, que faleceu dia 15 de abril de 1989, para manifestações populares na Praça Tiananmen³⁵ que duraram cerca de seis semanas, conforme o quadro a seguir descreve:

Quadro 1 – Cronograma das 6 semanas de manifestações de 1989

15 de abril	Morte de Hu Yaobang provocou as primeiras manifestações de estudantes na Praça da Paz
21 de abril	Assinatura de uma declaração de apoio partindo dos intelectuais aos estudantes
13 de maio	Início da greve de fome dos estudantes (com duração de 20 dias)
20 de maio	Proclamação da lei marcial
3-4 de junho	Exército avança em direção aos manifestantes

Fonte: Holzman, Marie. In: SANJUAN (2008), China Contemporânea.
Elaboração própria.

A formação do conjunto de manifestantes era composta por grupos diversificados da sociedade. Trabalhadores e cidadãos comuns aglomeravam-se em diversas cidades chinesas e requeriam o combate à corrupção e à inflação, além de pedir uma solução no que concerne ao fechamento das empresas estatais. Enquanto isso, os estudantes e a elite intelectual, sob a alegação da morte de Hu, reivindicavam reformas políticas, principalmente a liberdade de imprensa e de associações (GOLDMAN, 2008, p. 391). Além disso, deve-se salientar que alguns fatores no cenário externo podem ter servido como catalisadores, a exemplo dos sinais de dissolução da URSS e o fim do comunismo na Europa.

Como se pode observar no quadro anterior, as manifestações foram reprimidas com atos violentos em quatro de junho de 1989. A estimativa de mortos é de aproximadamente 800 a 1,3 mil e entre 10 a 30 mil presos (LEITE, 2011, p. 38). Goldman (2008, p. 391) explica que em meados de maio, Deng decidiu que tais manifestações precisavam ser detidas por meios violentos, uma vez que representavam grande ameaça ao Partido. Vale destacar que Zhao Ziyang, secretário-geral do partido, se recusou a impor a lei marcial em 20 de maio e foi demitido do cargo por desunir o PCC.

³⁵ A Praça da Paz ou Praça Tiananmen é considerada como símbolo da sede oficial do governo.

Jiang Zemin assumiu o cargo com o posicionamento favorável a repressão por meios militares (GOLDMAN, 2008, p. 391). Conforme explana a autora norte-americana, a repressão foi feita devido a pressão da ala mais antiga do Partido ver tais manifestações como uma ameaça ao Partido, inclusive como uma réplica das manifestações de quatro de maio de 1919³⁶.

O episódio ficou marcado como uma clara demonstração de que a liderança e a estrutura política do país não se modificaram muito, diferente do que ocorreu com o pensamento da sociedade chinesa (GOLDMAN, 2008, p. 391). Além disso, comprovou que apesar da estrutura leninista ter sido deixada de lado, a mesma ainda funcionava dentro da ala mais conservadora do PCC, visto que qualquer atitude em posição de discordância que ameaçasse o poder político podia ser coibida (2008, p. 392).

De acordo com Leite (2011, p. 39), após esse episódio as relações chinesas com o exterior foram estremecidas. Como relata Kissinger (2011):

A reação internacional foi severa. A República Popular da China jamais alegara funcionar como uma democracia no estilo ocidental (e na verdade rejeitara veementemente a insinuação). Agora emergia na mídia mundial como um Estado autoritário e arbitrário esmagando as inspirações populares aos direitos humanos (KISSINGER, 2011, p. 398).

Ainda segundo o autor supracitado, a crise de Tiananmen foi uma das mais complexas na história da República Popular da China, tanto no quesito externo, uma vez que o comunismo passava por um processo delicado de desintegração em diversos países, e porque a China enfrentava uma forte reação do exterior com medidas de isolamento, como embargos³⁷ e sanções comerciais³⁸. E, internamente, devido à inquietação depois do episódio de quatro de junho de 1989 (KISSINGER, 2011, p. 424). É com uma China conturbada que Jiang Zemin passa de secretário do Partido em Xangai para o cargo de secretário-geral do PCC.

Vale salientar que Jiang possuía o que se pode considerar como desvantagens em relação à Deng, que refletiam substancialmente nas decisões enquanto secretário-geral do Partido. Diferentemente de Deng, Jiang não tinha forte relação com os militares. Desta forma, Jiang concedeu promoções do mesmo modo que aumentou o orçamento do setor

³⁶ As manifestações de quatro de maio de 1919 foram protestos realizados por 3 mil estudantes em Pequim, que protestavam contra a decisão no quadro do Tratado de Versalhes, que transferia para o Japão tanto os interesses quanto os direitos que os alemães tinham em Shandong. Este ato foi considerado como um enfraquecimento da soberania chinesa (GALY, 2009, p. 400).

³⁷ Depois do episódio de 4 de junho, os Estados Unidos e a União Europeia anunciaram um embargo sobre o comércio de armas.

³⁸ No contexto do incidente da Praça da Paz Celestial, os Estados Unidos – justificado pela violação grave aos Direitos Humanos – retirou o status da China como nação mais favorecida.

(GOLDMAN, 2008, p. 393). Outro fator importante é que Deng tem um grande peso simbólico, devido a sua participação na Revolução do começo do século, assim como Mao.

Favorável à abertura, mas não ao controle da economia, Jiang ofereceu uma base para o desenvolvimento das cidades costeiras, com foco na sua produção industrial, visando a exportação (LEITE, 2011, p. 40). Apesar do esforço, a harmonia entre o desenvolvimento da área urbana e da área rural não ocorreu. Conforme Goldman (2008, p. 380), isso ocorreu devido à extinção do sistema de permanência dos camponeses em seus vilarejos, implementado na Era Mao. Consequentemente, o número de camponeses saindo das áreas rurais para as áreas urbanas – principalmente para as ZEEs - procurando uma maior qualidade de vida aumentou³⁹. É relevante destacar que essa concessão era apenas por motivos de trabalho. Ainda em conformidade com a autora, essa medida foi um dos pontos que proporcionaram maior liberdade e flexibilidade à sociedade chinesa.

Destarte, uma alternativa que foi feita por muitas famílias chinesas foi o que Barry Naughton cunhou de “uma família, dois sistemas”. O modelo consistia em uma organização familiar na qual um dos membros da família trabalhava para o setor estatal, que lhe concedia o direito à residência subsidiada, assistência médica, pensões, bem como benefícios em educação, enquanto outro membro se empregava na economia de mercado (NAUGHTON, Barry *apud* GOLDMAN, Merle, 2008, p. 380). Em conformidade com Goldman (2008, p. 380) “além de promover melhorias no padrão de vida, esse modelo gerou um acréscimo na poupança familiar que afluiu para o sistema bancário e, assim, gerou fundos na economia para investimentos posteriores”.

Outra importante medida tomada no mandato de Jiang refere-se à privatização das indústrias estatais. Conforme aponta Goldman (2008, p. 380), diferentemente do modelo socialista russo, a China não executou tal privatização logo no início das reformas. Essa atitude era reprovada pela ala mais conservadora do Partido por ser uma medida contrária ideologicamente e porque geraria uma onda de demissões.

Assim, a medida tomada foi o incentivo da expansão do setor privado, das *joint-ventures*, das ZEEs, bem como de empresas coletivas privadas e locais, com o objetivo de que a competição sujeitaria a uma reformar do setor estatal (GOLDMAN, 2008, p. 380). Entretanto, não ocorreu o que se esperava. À medida que o setor privado acelerava o seu desenvolvimento e expansão, o setor estatal não acompanhou na mesma velocidade.

³⁹ Conforme aponta Merle Goldman, a autorização para residir permanentemente na área urbana era de difícil acesso (2008, p. 380).

Goldman (2008, p. 380) indica que o lucro das companhias do setor estatal diminuiu de 6% do PIB no início da década de 80 para menos de 1% em 1996.

No que tange à sua projeção internacional, nata-se que no decorrer da década de 1990, houve certa expansão da abertura chinesa que objetivava sua inserção para o exterior. A aproximação chinesa a diversos países, fóruns regionais e a outros atores internacionais é visível durante o período supracitado, ao visar proporcionar uma maior participação chinesa no sistema internacional.

De acordo com o Carmo e Pecequillo (2014, p. 39), a ascensão pacífica chinesa possui dois pilares, sendo ele o político estratégico e o econômico. Dentre as inúmeras alianças, em primeiro lugar vale citar a relevância da manutenção das relações sino-americanas logo após o incidente de quatro de junho de 1989. Segundo Carmo e Pecequillo (2014, p. 39), essa relação é um importante componente da reinserção chinesa na área político estratégica. Como elucida Leite,

(...) tanto um lado quanto o outro começaram, ao longo da década de 90, a reconhecer a importância da estabilidade em suas relações em âmbito internacional. A meu ver, na década de 90, a abertura econômica e a interdependência dos mercados, trazem uma maior consideração nas atitudes externas de ambos os países (LEITE, 2011, p. 152-153).

Outro ponto que merece destaque é a maior participação e direcionamento para políticas regionais. O cenário temporal estava marcado pelo Japão que apresentava um significativo crescimento econômico no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial - o conhecido “milagre econômico japonês” - incentivado por subsídios norte-americanos, somado às medidas intervencionistas do governo japonês.

Todavia, o período de extraordinário crescimento japonês viu seu fim com o estouro da bolha nos preços dos ativos do país, no ano de 1991. Dando seguimento ao período que posteriormente seria conhecido como “década perdida”, outros atores apareceriam no cenário com grande força: os Tigres Asiáticos. Grupo este formado por Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan. Neste sentido, as atenções que outrora permaneciam no Japão como um grande ator na economia política internacional foram voltadas para esse grupo de países, e não para a China que ainda estava em um estágio não tão avançado de participação internacional.

Porém, com os impactos da Crise Financeira Asiática, em 1997, os Tigres que detinham grandes índices de participação no sistema político econômico mundial, viram a ascensão de um novo ator: era a vez da China representar o poder asiático.

Apesar da literatura da década de 1990 focar nos dois atores asiáticos supracitados, o período é um momento relevante da China no que concerne ao seu crescimento econômico e seu engajamento em diversos fóruns. Como apontado por Visentini “gradualmente a China foi emergindo como pólo articulador da região, com base na economia e no resgate de seu papel histórico e a Ásia concentra vários núcleos de poder, que constituem as bases para um sistema mundial multipolar” (VISENTINI, 2014, p. 85).

A China passou a se engajar nas áreas tanto de cooperação econômica quanto de segurança. Da primeira área podem-se citar os acordos formados com países da ASEAN - grupo de países unidos em prol de um processo de integração e desenvolvimento – que iniciaram no final da década de 1990 em decorrência da Crise Asiática, mas que se concretizaram como um processo de integração econômica entre os países da ASEAN, com Japão, Coreia do Sul e China: o ASEAN+3 (NOGUEIRA, 2008, p. 01).

Outra aproximação no setor econômico ocorreu com a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico⁴⁰ (APEC), no qual aderiu ao bloco em 1991. Tal bloco tem como propósito a promoção do desenvolvimento das economias dos países-membros, firmado em três pilares de ação: a liberalização do comércio e dos investimentos; facilitação dos negócios; e cooperação técnica e econômica.

Já no que se refere à área de segurança, vale destacar a participação da China na Organização de Cooperação de Xangai. Criada em 1996, período pós Guerra Fria, a organização é composta por China, Rússia, Cazaquistão e Tajiquistão e Uzbequistão. Vale destacar que a organização visa promover a segurança coletiva na região - e não uma aliança militar - desta maneira, foca em diversos problemas, dentre eles nos que Gao Fei chama de “três males” da região: Terrorismo internacional, separatismo e extremismo (GAO, 2010, p. 05). Além disso, como acrescentado pelo autor,

Furthermore, cross-border crimes such as drug trafficking, the proliferation of weapons and illegal immigration also posed threats to the security and stability of the region. The maintenance of Central Asia's peace and stability required regional cooperation (GAO, 2010, p. 05).

Em fevereiro de 1997, o grande ícone das reformas e da abertura econômica chinesa faleceu. Contudo, Deng se mostrou um líder com grande habilidade para pensar em longo prazo não somente na articulação e execução de todas as mudanças ocorridas após a morte de Mao, mas por ter arquitetado para que Jiang Zemin continuasse a reger o

⁴⁰ Bloco de cooperação econômica criado em 1989, que ligaria os países asiáticos aos países da América banhados pelo Oceano Pacífico.

caminho chinês em direção ao seu desenvolvimento. Conforme explana Goldman, Jiang e seus companheiros governaram o PCC por aproximadamente oito anos antes da morte de Deng. Deste modo, apesar da morte do grande líder ter debilitado o Partido, não deixou um vácuo em termos formais (GOLDMAN, 2008, p. 392). Na visão da especialista norte-americana,

Deng deixou como legado um novo sistema econômico, uma sociedade pluralista, o início de uma mudança política básica e um Congresso Nacional do Povo que periodicamente discordava ao votar contra ou ao abster-se de seguir diretivas do partido (GOLDMAN, 2008, p. 392).

No mesmo ano da morte de Deng, no 15º Congresso do PCC⁴¹, ocorrido em setembro, foi anunciado o fechamento de uma boa parte das indústrias estatais. Entretanto, as indústrias primordiais, a exemplo das de recursos naturais e setores estratégicos tal como a de armamentos, energia e distribuição de grãos foram mantidas (GOLDMAN, 2008, p. 380). Mediante o sistema de “título de propriedade pública”, as empresas estatais foram privatizadas⁴².

Assim, é possível constatar que a privatização das indústrias estatais só começou após quase vinte anos de progresso do setor privado (GOLDMAN, 2008, p. 381). Tal medida trouxe consequências substantivas para a sociedade e para a economia chinesa. Um fator que não poder ser desconsiderado é o projeto de reforma do sistema legal, realizado por Zhu Rongji, que se alinhava às mudanças econômicas do país, não somente em âmbito interno⁴³, mas também no que concerne à sua inserção internacional (GUTHRIE, 2006, p. 21).

Goldman aponta que entre os anos de 1996 e 1997, o setor estatal compreendia em dois terços da força de trabalho urbana. Apesar do grande crescimento do setor privado possibilitar o acolhimento de boa parte dos empregados advindos do setor estatal, o número de demanda era bem maior, uma vez que tinham não apenas o amplo número dos empregados advindos do setor público, mas também os que decorriam da área rural - 120 milhões - e outros milhões que se introduziam no mercado de trabalho todos os anos - aproximadamente 13 milhões.

⁴¹ Congresso realizado a cada cinco anos pelo PCC.

⁴² Merle Goldman explica que “a maior parte das indústrias estatais seria vendida por meio de um sistema acionário no qual os administradores das fábricas e os empregados, assim como investidores privados poderiam adquirir ações” (GOLDMAN, 2008, p. 381).

⁴³ Conforme argumenta Leite (2011, p. 45), dentro dessas reformas estavam “as leis de reforma do sistema trabalhista, as novas leis empresariais, as reformas penais, as leis de compensação, a lei de patentes e todo o aparato institucional criado em conformidade com estas mudanças (...). Assim, vê-se que as melhorias do sistema legal procuravam trazer maior segurança jurídica não só para os cidadãos chineses como também para a comunidade internacional”.

Ainda segundo a autora, em 1999, foram fechadas 435 empresas do Estado de médio e grande porte, 31 minas pequenas de carvão e 70 refinarias pequenas de petróleo (GOLDMAN, 2008, p. 381). Com isso, diversos protestos por parte dos trabalhadores marcaram o ano de 1997, devido à perda não apenas dos empregos, mas também dos benefícios que o setor estatal proporcionava.

Desta maneira, pode-se afirmar que as principais características do governo Jiang foram: I) educação; II) aceleração da urbanização; III) elevação da participação no fluxo de comércio mundial através de destaque regional, IV) manutenção no plano de desenvolvimento econômico nacional e V) melhor distribuição de renda, bem como a criação de mais empregos por meio da liberalização de sua economia, como a permissão da entrada de empresas estrangeiras tal como a política de atração de investimento externo direto na China.

2.4 Século XXI: O estabelecimento chinês como *global player*

Com um modelo que dá continuidade ao modelo de crescimento econômico de Deng, versar a respeito da primeira década do século XXI torna-se indispensável para compreender o que se conhece como a segunda maior potência econômica mundial.

Apesar das mudanças ocorridas no final do século XX – como o incidente na Praça da Paz, a ascensão de Jiang, a morte de um grande ícone da história do desenvolvimento chinês, as medidas tomadas pelo novo Secretário Geral do PCC e suas consequências sociais - a transição de Jiang para a quarta geração foi uma das mais pacíficas, segundo elucida Goldman (2008, p. 417).

Membro do Politburo desde 1992, Hu Jintao ocuparia os mais importantes cargos na década seguinte. Em 1997 – com a morte de Deng -, Hu Jintao logrou alguns cargos de prestígio dentro do partido. Já em 2002 tornou-se Secretário-Geral do Partido. No ano seguinte torna-se presidente da China e dois anos mais tarde chefe da Comissão Militar Central. A estratégia marcada desta quarta geração - diferentemente da terceira geração que visou o desenvolvimento das cidades costeiras e focou no desenvolvimento industrial exportador - era o desenvolvimento do interior chinês, bem como a diminuição das desigualdades existentes entre a área rural e a urbana (GOLDMAN, 2008, p. 417).

Para lograr tal objetivo, Hu diminuiu os impostos que eram cobrados aos fazendeiros, da mesma forma que diminuiu impostos agrícolas. Além disso, outras medidas atreladas à redução de impostos foram implementadas, como a educação na área rural e incentivos para os fazendeiros (GOLDMAN, 2008, p. 417). Segundo Nolan (2004,

p. 88), *“The incentive structure for the management of the rural “collectively owned” non-farm sector changed dramatically. The most important institutional innovation was the contract between the enterprise and the local government”*.

Ademais, o governo de Hu visou o fortalecimento do PCC, tendo em vista sua maior eficácia. Outrossim, reforçou a doutrina ideológica socialista bem como uma maior disciplina dentro do Partido, com forte ênfase no combate à corrupção. No que concerne às medidas referentes à opinião política, a quarta geração é marcada pelo maior controle a fim de conter os dissidentes políticos, assim como reivindicações contrárias ao seu governo (GOLDMAN, 2008, p. 417-18).

No que se refere à sua inserção internacional, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, no final de 2001, caracteriza a efetivação de um dos pontos necessários para seu desenvolvimento com foco na transição de uma posição isolacionista para *global player* internacional. Vale destacar que algumas práticas, a exemplo da abertura para o comércio exterior já era realizada antes da entrada do país na organização, ainda na década de 1990 (BRANSTETTER; LARDY, 2008, p. 633).

Com sua maior participação regional iniciada na década de 1990, a China buscou fomentar acordos e alianças com países da região. Um importante acordo que vale destaque é a Área de Livre-Comércio firmado em 2002 com os países da ASEAN, que entrou em vigor apenas em 2010. Ademais, destinou esforços para maior consolidação de seu posicionamento político econômico nos fóruns que participa. Como citado por Carmo e Pecequillo, buscou a promoção do lançamento da Cúpula do Leste Asiático que funcionaria como um mecanismo diferente para coordenação e debate de políticas, além de intercâmbios com a Península Coreana e sua atuação na questão nuclear com a Coreia do Norte (2014, p. 51).

Além disso, a China voltou-se para uma maior relação com os países emergentes. Como é ressaltado por Visentini,

Enquanto sua projeção para a Ásia Central se tornou mais complicada pela Guerra ao terrorismo comandada por Washington, Beijing simplesmente aprofundou com intensidade a internacionalização de sua economia para a África e América Latina (VISENTINI, 2011, p. 89).

Desta forma, após os atentados do onze de setembro e o foco norte-americano voltado ao Oriente Médio e ao combate ao terrorismo, a China passou a ocupar espaços deixados

pelos EUA, abrangendo a África e a América Latina⁴⁴ (CARMO; PECEQUILO, 2014, p. 50). Ainda segundo os autores, a partir de 1999 o governo chinês passou a investir de “forma sólida e sustentada na abertura de novos espaços em nações pertencentes ao Sul”:

Esta movimentação assume caráter estratégico para o reposicionamento da China em nível regional e global, com a criação de fatos novos a partir de uma diplomacia afirmativa de alto perfil. A identificação da China como uma nação de Terceiro Mundo e a sua agenda de demandas ao Norte com teor similar a de seus parceiros (reforma do multilateralismo e defesa do multipolarismo no âmbito das Nações Unidas, do G20 financeiro e da Organização Mundial de Comércio) são elementos que favorecem esta aproximação, em contraponto à hegemonia dos Estados Unidos, e a percepção de ameaça e unilateralismo a ela relacionadas (CARMO; PECEQUILO, 2014, p. 51).

É a partir desse momento que a China propõe uma significativa aproximação com diversos países do continente africano. Dentre os diversos exemplos, menciona-se a fundação, em 2000, do Fórum para Cooperação entre a China e a África (FOCAC). Conforme argumentam Carmo e Pecequilo, a institucionalização do Fórum tem transformado a face dos países africanos participantes por meio de grandes investimentos em infraestrutura e ajuda financeira, principalmente de projetos agrícolas e industriais (2014, p. 53).

Da mesma forma como ocorreu na África, as relações entre China e América Latina se estreitaram no século XXI em busca de fornecedores de matérias primas e de novos mercados compradores de seus produtos industrializados, tanto de baixo, médio e alto valor agregado (CARMO; PECEQUILO, 2014, p. 60).

Já com o foco transregional, em 2003 houve a institucionalização do Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, de cooperação e desenvolvimento dos países membro. Outro exemplo é a implementação do BRICS, conjunto de países que possuem características em comum, que atuam em conjunto em alguns fóruns internacionais, a citar a OMC, ONU, Banco Mundial, FMI e o G-20 financeiro, locais estes onde é defendido o multilateralismo e a multipolaridade (CARMO; PECEQUILO, 2014, p. 51).

Os dados apresentados por Rocha (2014, p.35) indicam um crescimento do comércio internacional chinês impressionante. De acordo com o autor,

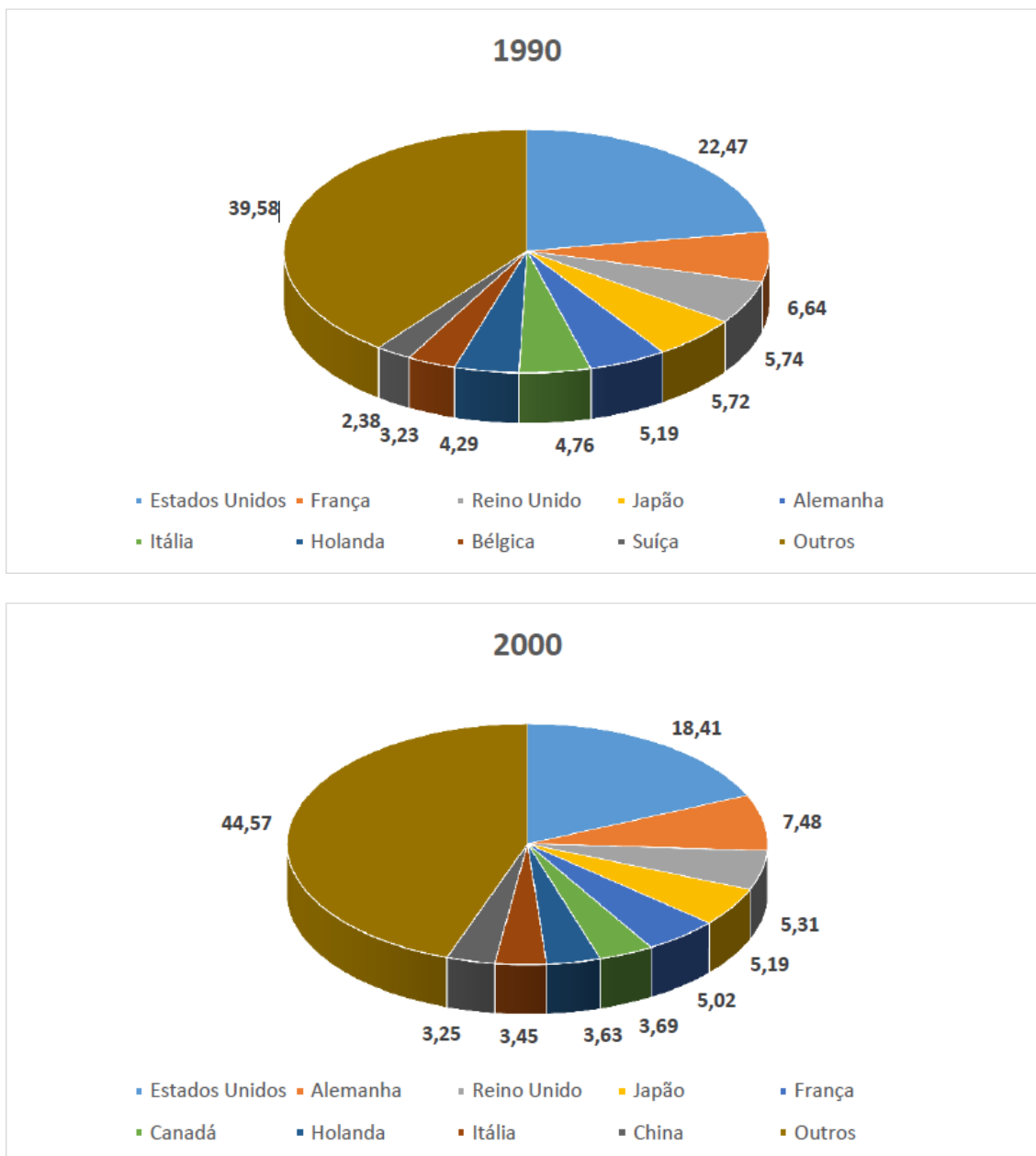
As exportações chinesas cresceram em média 16,3% ao ano entre 1980 e 2013, apresentando taxas de crescimento anuais médias superiores a dois dígitos nas

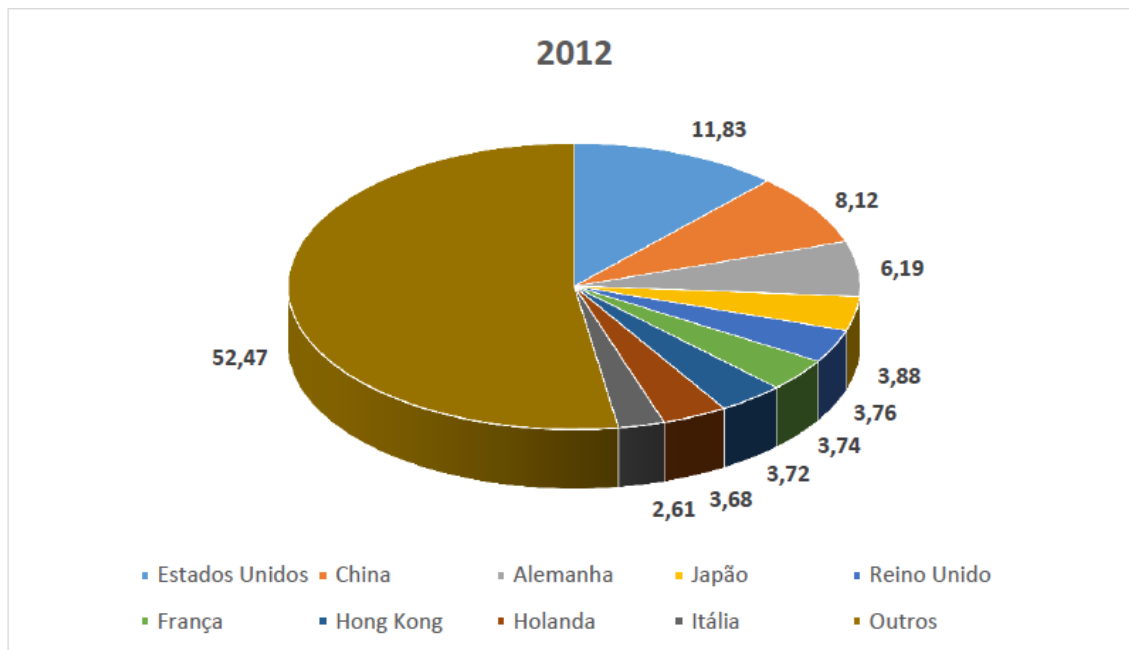
⁴⁴ Vale ressaltar que os autores deixam claro que essa ocupação de vácuos deixada pelos EUA ocorre apenas nesses casos. Já no que se refere ao Leste Asiático e na Ásia Central, os autores classificam como contenção dos Estados Unidos.

décadas de 80, 90 e 2000 – destaque para a última, onde as exportações cresceram em média 21,3% ao ano (ROCHA, 2014, p. 35).

Como é capaz observar nas seguintes figuras, em menos de 30 anos a China tornou-se o segundo maior exportador mundial de produtos. Enquanto em 1990 a China nem sequer aparecia no ranking dos dez maiores países exportadores, na década seguinte já é responsável por 3,25% das exportações e em 2012, ocupava 8,12% das exportações de mercadorias mundiais:

Figura 2 – Maiores exportadores de mercadorias em %





Fonte: ROCHA, Erico (2014).

É a partir desse momento que

These reforms led China's foreign trade to soar from \$21 billion in 1978, when China at best was a marginal player in global trade, to more than \$1.1 trillion in 2004, when China became the world's third largest trading economy (National Bureau of Statistics, 2005, p. 161; World Trade Organization, 2005, p. 16).

Assim, na quarta geração é possível vislumbrar não apenas a implementação de medidas que seguem a mesma linha do plano lançado por Deng, mas também resultados almejados de uma nação detentora de grande poder. A meta de atingir o desenvolvimento é composta por fatores tanto econômicos como políticos. Com os planos de desenvolvimento desde o século XX, percebe-se que a China dá preferência às suas ambições econômicas internas e faz da arena internacional um método para alcançá-los.

Enquanto no âmbito internacional, os planos são resultados do âmbito interno, pelo processo de inserção internacional, investimento em seu crescimento bem como a promoção de suas capacidades. Infere-se que há um plano em execução que combina ações internas e externas, econômicas e políticas, em prol do desenvolvimento. Nesse cenário, a China já participa dos fóruns e debates mais importantes do cenário internacional e obteve crescimento a uma taxa média anual – até o ano de 2013 - de 10,2 % de acordo com dados do FMI – World Economic Outlook (2016).

A quarta geração encontrou alguns desafios a serem enfrentados, a exemplo da questão ambiental, uma vez que seu desenvolvimento industrial acelerado contribuía de forma negativa para a poluição do ar, bem como o aumento da emissão de gases

poluentes; ademais a poluição do ar, conforme explana Goldman (2008, p. 425), rios e lagos estão sendo cada vez mais poluídos, há uma diminuição de lençóis freáticos, desertificação, além de uma perda dos recursos da terra⁴⁵.

Apesar disso, pode-se entender que a instituição de uma lógica estratégica de Deng, a partir de 1978, bem como o seu segmento nas outras gerações posteriores à Deng, atrelado ao pragmatismo político - característica esta essencial para a boa execução das medidas tomadas em âmbito econômico, político e social - somada à utilização de políticas pensadas para serem executadas de forma gradual e progressiva, foram primordiais para o desenvolvimento chinês e sua inserção no cenário internacional. O século foi marcado pelo Estado com papel de protagonista nas transformações econômicas do país.

Além disso, houve certa descentralização no que concerne as decisões administrativas, bem como buscou-se aumentar a autonomia dos governos locais, melhorando sua eficiência. Houve também uma reforma referente à burocracia do Estado.

O “*China’s Peaceful Development Road*”, documento produzido pelo governo em 2005, aponta as estratégias necessárias para se tornar uma potência. O documento ressalta que é necessário se basear em uma tradição pacifista, marcado pela ideia de cooperação e harmonia de “*win-win*” como princípios. Infere-se que a abertura do país buscou adentrar a mesa de negociação dos atores que compõe o sistema internacional por meio da seguinte lógica:

To take the road of peaceful development is to unify domestic development with opening to the outside world, linking the development of China with that of the rest of the world, and combining the fundamental interests of the Chinese people with the common interests of all peoples throughout the world (Peaceful Development Road, 2005).

Foge do escopo deste trabalho debater a natureza da ascensão chinesa, seja ela pacífica ou não. Como resultado, apesar de não classificar a quarta geração como uma das melhores nos pós 1978, Brown reconhece que a quarta geração lidou com a grande crise econômica de 2008, além do impacto nas exportações no ano posterior. O autor explica que (2014),

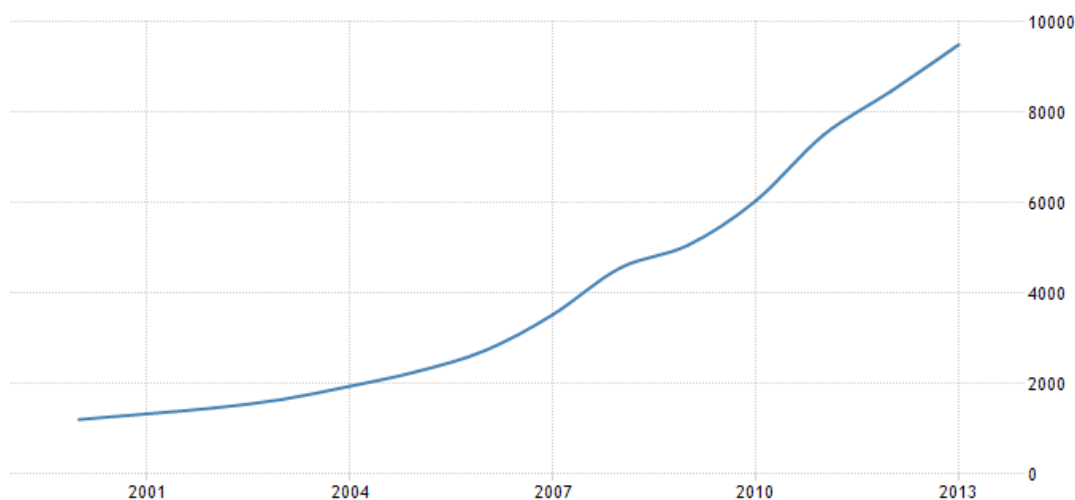
In the long term therefore we may well view the Hu and Wen period as a great success. It made China a truly wealthy and significant country, saw off the threats of the economic crisis in 2008, and managed to build up national

⁴⁵ Vale destacar que apesar da pressão internacional a respeito da questão ambiental ser mais visível, existe também uma pressão doméstica para a diminuição da emissão desses gases que afetam diretamente a vida da sociedade chinesa.

esteem and importance (...) Mr. Hu and Mr Wen were also able to maintain growth over this period in ways which were indisputable and visible.

Deste modo, em 2013, com bases dos dados do FMI, o país era a segunda maior economia, com 15,4% do PIB mundial, ultrapassando a Zona do Euro em seu conjunto. Como observado no Gráfico 2, de 2000 até 2013, o PIB chinês manteve-se em um ritmo crescente, apesar da crise de 2007-2008.

Gráfico 2 – PIB chinês em dólares (2010-2013)



Fonte: Trading Economics

Em concernência com o que Rocha (2014) argumenta,

(...) os principais condicionantes do expressivo crescimento chinês verificado nas últimas décadas são endógenos. A taxa de investimento do país é bastante elevada para os padrões internacionais e se mantém acima de 25% do PIB desde 1978, ao passo que o mercado interno chinês, além da sua magnitude absoluta devido ao tamanho da população, vem se desenvolvendo em um ritmo avassalador nas últimas décadas (ROCHA, 2014, p.30).

É notório que o crescimento chinês buscou abordar as mais diversas fontes de poder a partir da década de 1970. Baseados em um plano bem articulado e dividido nas mais diversas áreas, a China se coloca como um grande ator em constante desenvolvimento, se fazendo grande nas áreas de segurança, economia e de influência no sistema internacional.

Na condição de levar-se em consideração como parâmetro de análise do poderio chinês a teoria de poder estrutural, levar-se-á em conta as quatro estruturas descritas por Susan Strange como um exercício analítico.

No que diz respeito à estrutura de controle sobre segurança, a China tem investido em torno de 1,9% de seu PIB na área militar nos últimos anos. Assim, vem ocupando a segunda posição no ranking dos países que mais gastam nesse setor, conforme dados do

SIPRI. Isso corresponde a 13% de participação, contra 36% dos Estados Unidos. Mas não são apenas os dados que definem tal controle, mas sim a capacidade de determinar a quantidade de escolhas dos outros países. E esse papel tem sido feito pelos Estados Unidos há algum tempo, sem que o aumento nas estruturas de segurança chinesa diminua tal capacidade.

Vale destacar uma evidência da Economia Política Internacional: a estrutura de segurança é posta em perigo não pelos Estados fortes ameaçadores, mas sim quando há um desafio à autoridade e aos direitos do Estado detentor desse poder, e o desafio é aceito pelo mesmo⁴⁶.

Destarte, o risco no sistema não está na coexistência dos Estados em si, mas sim de seus resultados, a exemplo da incerteza da ambição de expansão da autoridade do Estado mais forte e, conseqüentemente, até onde um Estado mais fraco se sente na responsabilidade de resistir a essa expansão e desafiá-la. Nessesentido, Strange afirma *“This of course is why the security structure of the world economy has been weakened as much by the decline of empires or of formerly powerful states as by the rise of aggressive new states”* (STRANGE, 1994, p. 50)

No que se refere ao controle sobre a produção, vale ressaltar que a produção norte-americana muito se difere da chinesa⁴⁷. Enquanto os Estados Unidos têm uma capacidade de decidir o que é produzido, bem como a sua forma, a China não possui tal capacidade tão clara, além de sua atividade apresentar fortes oscilações. Ademais, de acordo com o Gráfico 3, pode-se verificar que a produção industrial do país apresentou queda desde 2010:

Gráfico 3 – Produção Industrial da China (2001-2015)

⁴⁶ Todavia, vale destacar opiniões distintas, a exemplo das de Organski, Gilpin e Ikenberry. Para Organski (1958) e a sua teoria da Transição de Poder, eventualmente, um país ascende em termos de poder. Com isso, duas situações podem ocorrer, variando com a satisfação do Estado ascendente em relação à ordem internacional vigente. Na hipótese do país ascendente desafiar a ordem do país dominante que pode-se assumir a possibilidade de um conflito entre as duas potências. Entretanto, conforme Gilpin (2002) e Ikenberry (1985), defensores da teoria da estabilidade hegemônica, é a resposta do *hegemon* que se sentir ameaçado que vai determinar se ocorrerá um conflito ou um reajuste econômico. Deste modo, *“the outcome depends on a crucial calculation by the challenger in the first place and the challenged in the second of the gains that might be achieved, the risks of loss involved if conflict does ensue and the costs of defending their respective authority”* (STRANGE, 1994, p. 49-50).

⁴⁷ Entretanto, conforme aponta Moreno (2015), “Não se pode negligenciar o fato de que a emergência da China tem alterado, em maior ou menor grau, as estruturas produtivas em grande parte do globo, inclusive na América Latina. Ao passar a criar dinâmicas que impulsionaram uma grande demanda de recursos naturais, a China se consagrou no posto de responsável pela alta dos preços internacionais de *commodities*, lugar que terminou por consolidá-la como motor da expansão industrial extrativa em nível mundial” (MORENO, 2015).



Fonte: Trading Economics. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/china/industrial-production>> Acesso em: 25 de março de 2017.

Com a crise mundial em 2007-2008, nota-se o impacto que o evento teve na produção industrial chinesa logo no ano seguinte, que apresentou uma queda brusca. A partir de 2009 seu crescimento voltou, apesar das oscilações. Entretanto, a partir de 2010 até 2015, nota-se um gradual decréscimo desse indicador.

No tocante à estrutura de poder de controle sobre crédito, a diferença ainda é mais visível. Ser o país central no que concerne ter sua moeda – o dólar - como principal referência monetária internacional talvez seja o fator mais facilmente visível de gerenciamento dessa estrutura. A capacidade chinesa de criação de crédito e de controle da economia capitalista se difere da norte-americana pela estrutura financeira, até então, não ser tão compatível à estrutura do sistema internacional quanto a dos Estados Unidos. Vale destacar que a criação de crédito por parte da China vem preocupando diversos atores, a exemplo do FMI, por serem consideradas “podres”, assim, representando um risco para a saúde da economia internacional⁴⁸.

E por fim, no que se refere ao controle sobre conhecimento, crenças e ideias, a prevalência do sistema de informação e comunicação, o uso da língua e dos canais não-verbais de comunicação, bem como as percepções e crenças fundamentais em relação à condição humana, logo, nos julgamentos de valor e nas decisões e políticas e econômicas, ainda estão nas mãos dos EUA. É inegável que a China vem crescendo em presença no globo, mas essas vias de ideias ainda estão caminhando em passos lentos, se comparado com os Estados Unidos.

⁴⁸ Ver mais em: < <http://oglobo.globo.com/opiniao/creditos-podres-chineses-preocupam-mundo-18611299>> Acesso em: 12 de abril de 2017.

Apesar da China crescer nas quatro estruturas, constatou-se que não ocorreu uma transição na predominância do poder norte-americano nas estruturas supracitadas. Os Estados Unidos ainda continuam prevalecendo nas quatro estruturas perante a China.

2.5 Considerações Parciais

Portanto, verifica-se que a China como um importante *player* no cenário internacional no século XXI é resultado de um plano estruturado desde a década de 1970 que perpassou as gerações seguintes. O desenvolvimento chinês ocorreu para fora de seus territórios e contribuiu para que a China alcançasse o nível de potência regional e uma futura postulante a status de potência global.

Deve-se salientar que o desenvolvimento doméstico foi essencial, mas o caminho para fora foi o que determinou e completou a trajetória chinesa para o mundo. Em contraposição a uma possível relação causal com o suposto declínio norte-americano no mesmo período de tempo, o próximo capítulo tratará da situação dos Estados Unidos como a maior potência do cenário internacional e como o eventual declínio da mesma também apresenta fatores endógenos em sua composição. Da mesma maneira que o crescimento chinês não é ditado pelo declínio norte-americano em si, o suposto declínio norte-americano pode não se dever à ascensão chinesa.

O próximo capítulo visará responder se esse crescimento apresentado tem relação causal direta nas quatro estruturas de poder, de acordo com a tese de Susan Strange, e, caso haja, se sua proporção representa o declínio da hegemonia norte-americana.

3- HÁ REALMENTE UMA CRISE DO PODER ESTRUTURAL DOS EUA?

3.1 Considerações Iniciais

Após a descrição da trajetória da ascensão chinesa desde a década de 1970, perpassando o seu articulado plano de estratégias para o desenvolvimento do país, este capítulo tratará do segundo ator em estudo. Nesse terceiro momento abarcar-se-á como os Estados Unidos encontravam-se no cenário econômico político internacional a partir do mesmo recorte temporal. É importante destacar que tal recorte também se deveu a importância do período no que consiste a reconfiguração de uma das bases do poder norte-americano pós-ruptura dos acordos de Bretton Woods, como abordado anteriormente no primeiro capítulo.

Diferentemente do segundo capítulo, o qual buscou elucidar sobre o processo de desenvolvimento chinês, este não objetiva explicar como os EUA alcançaram o patamar de maior potência do sistema internacional em poder político, econômico e militar. É de fácil constatação na literatura concernente a história norte-americana a afirmação de que no século XIX os Estados Unidos, marcados por uma política externa isolacionista voltaram-se para suas questões internas, como seu desenvolvimento, modernização interna, além de sua expansão territorial (KARNAL 2007, p. 170).

Apesar desta herança de reclusão em sua região⁴⁹, o início do século XX é marcado pelo impulso progressista, ao almejar um Estado nacional intervencionista. O país começa a dar os primeiros sinais de participação ativa em assuntos que condizem à outra região do globo. O principal sinal dessa ruptura isolacionista diz respeito à participação ímpar na Primeira Guerra Mundial, entrando no ano de 1917 ao lado da França, Reino Unido e Rússia – lado vencedor - contra o Estado alemão. E essa tendência manteve-se durante a Segunda Guerra Mundial, com a participação protagonista do país no conflito.

Com o declínio da Grã-Bretanha no contexto pós Segunda Guerra, os EUA estabeleceram-se como maior potência do sistema internacional, estabelecendo uma ordem econômica global multilateral no sistema internacional de Estados, utilizando seu

⁴⁹ Vale destacar que esse não envolvimento com a política europeia no século XIX se deu de uma lógica estratégica norte-americana do período. Segundo Karnal, na maior parte do século XIX, os Estados Unidos focaram em vivenciar os princípios da Doutrina Monroe e buscaram a aquisição de territórios a oeste do país. Em alguns casos, territórios comprados, e em outros conquistados por meio de guerra contra o México (KARNAL, 2007, p.166).

poder estrutural, apesar da contestação por parte da URSS durante a Guerra Fria (GLENN, 2016, p. 03). É baseado nesse posicionamento que o presente estudo tomará partida: do lugar de protagonista assumido pelos EUA desde então. Assim, não buscará relatar como o país alcançou tal patamar, mas sim tratar dos acontecimentos e crises que marcaram as décadas de 1970 ao século XXI.

Vale ressaltar que não é a partir desse período que surgem as especulações de declínio. Segundo Mark Mardell (2013), houve o que o autor chama de “*Sputnik moment*”, que consistia em um momento no qual houve uma forte evidência que alegava que os EUA seriam superados pela URSS. Entretanto, como o recorte temporal desta dissertação parte da década de 1970, desta maneira o será feito.

Conforme explana Susan Strange (1988), questionamentos e debates sobre o declínio norte-americano vão além das rodas acadêmicas. A autora classifica três grandes grupos desse debate: o primeiro alega que os EUA já são uma superpotência em declínio e que o país estava destinado a declinar. Em contraposição, há os que acreditam que essa visão de declínio tem sido exagerada e mal-entendida, uma vez que o quadro pode ser alterado ou revertido. E por fim, há aqueles que defendem que não há declínio, mas sim uma mudança na base do poder norte-americano (STRANGE, 1988, p. 01).

Desta forma, nota-se que os debates divergem muito em suas análises, logo, em suas conclusões. A fim de versar mais sobre esse debate que discute o futuro do poder norte-americano desde 1970, e buscar entender se o declínio norte-americano é uma realidade e se tem relação de causalidade com a ascensão chinesa já constatada no capítulo anterior, o capítulo será dividido em três partes.

Em um primeiro momento, tomar-se-á como ponto de partida o debate declinista entre os pensadores políticos norte-americanos no que concerne o futuro da grande potência norte-americana, que ressurgiu na década de 1970 com os diversos eventos desse período, com destaque para o choque do petróleo. Nesse momento, autores como Arrighi (1996), Wallerstein (2006) e Kindleberger (1973) apontam indícios de que o poderio norte-americano estivesse em queda, direcionando para o fim da hegemonia do país. Ainda na mesma parte, apresentará como a década de 1980 reagiu aos eventos do decênio anterior, bem como as teorias analisavam esse período.

A seção seguinte tratará do que se sucedeu na década de 1990, já que o cenário de declínio descrito pelos teóricos foi contradita pelo *boom* econômico das duas décadas⁵⁰.

⁵⁰ Vale pontuar que apesar de algumas oscilações, esse período é considerado como *boom* da economia norte-americana (TAVARES, 1997; FIORI, 2008; NYE, 2015; KARNAL, 2007).

E conseguinte, a retomada da força desse debate com os acontecimentos do século XXI, a exemplo dos atentados ao World Trade Center e a crise econômica de 2007-2008 que delinearão as políticas da grande potência em âmbito interno e externo.

Para tal, o instrumental utilizado neste capítulo trata-se de uma análise macro-estrutural, mediante o método descritivo bibliográfico de autores que estudam o tema central do capítulo. Não se refere apenas à mera exposição dos fatos históricos, mas uma abordagem das teorias que tratam do papel central do poderio dos Estados Unidos.

3.2 O declínio que se transformou em ascensão: estabelecimento do poder estrutural norte-americano

O cenário da década de 1970 foi marcado por inúmeros eventos que mudariam o a organização financeira-econômica do sistema mundial. Também foi o período o qual ocorreria diversas crises que desencadeariam uma série de questionamentos a respeito do poderio norte-americano.

A começar, em 1971, o presidente Richard Nixon rompe, de forma unilateral, com o sistema de gerenciamento econômico decidido em 1944, pelos Acordos de Bretton Woods (KODJA, 2009, p.129). O sistema, até então vigente, consistia na ligação entre as moedas dos outros países ao dólar. Porém, houve certa valorização de algumas das moedas em relação ao dólar, o que foi recebido pelo governo norte-americano como justificativa para a quebra desse sistema.

Dois anos após o rompimento, estouraria a primeira fase da crise do petróleo. Resultado de uma ação em represália ao apoio norte-americano a Israel na Guerra do Yom Kippur, a OPEP embargou a distribuição de petróleo. Nesse contexto, o petróleo variou de US\$1,8 para US\$ 10 por barril entre 1970 e 1974 (KODJA, 2009, p. 129). Essa grande variação no preço do barril, somado ao déficit orçamentário vivido pelo país, resultou na estaginflação⁵¹ (GLENN, 2016, p. 56).

Na área militar, durante os anos de 1965 e 1972, os Estados Unidos estabeleceram como objetivo o enfraquecimento moral do Vietnã do Norte, por meio do maior bombardeamento da história dos norte-americanos até então (KARNAL, 2007, p. 241). Porém, por volta de 1970, a maior parte dos cidadãos norte-americanos posicionou-se contra a participação do país na Guerra do Vietnã, pressionando o governo a recuar. Assim, em 1974, os últimos soldados saíram do país, tendo como saldo 57 mil soldados norte-americanos mortos, além de 300 mil feridos (KARNAL 2007, p. 242). Deste modo,

⁵¹ Aumento da *inflação*, acompanhado pela baixa no crescimento econômico (KODJA, 2009, p. 129).

a Guerra do Vietnã seria o conflito que representaria a primeira derrota em guerra dos Estados Unidos.

No final da década de 1970, devido a deposição do Xá Reza Pahlevi, iniciava-se a Revolução Iraniana. Por conseguinte, em 1979, o preço do barril do petróleo aumentou, chegando a US\$ 20 – o dobro do alcançado em 1974 (KODJA, 2009, p. 129). O episódio afetaria diretamente o preço do barril, uma vez que em 1980 daria início a Guerra entre Irã e Iraque, que disputavam território de países produtores de petróleo. Deste modo, o preço do barril alcançou os US\$ 39 em 1981 (KODJA, 2009, p. 129). Fato este que afetava significativamente os Estados Unidos por ser um grande importador de petróleo.

Com todos esses eventos que afetavam de forma direta os Estados Unidos, houve especulações de que o poderio norte-americano estava não apenas enfrentando uma fase difícil, mas também o começo de sua ruína. Como reflexão, em sua obra, “*The World Depression*”, de 1973, Charles Kindleberger busca, não somente de explicar a crise de 1929, mas também a utiliza como um alerta do que pode acontecer na década de 1970, sinalizando o começo do fim de um ciclo. Nesse contexto, o autor pontua sua teoria da necessidade de um país estabilizador no sistema econômico mundial e que essa liderança não é permanente, mas sim passageira (KINDLEBERGER, 1973, p. 304).

Na mesma linha, Immanuel Wallerstein, expoente autor da teoria dos Sistemas Mundo –teoria esta que marcou a década de 1970-, além de sustentar de que havia uma crise da hegemonia dos Estados Unidos, o autor afirma que havia também uma crise do sistema capitalista (2006, p. 77). No que diz respeito ao declínio norte-americano, três são os indicadores que o autor elenca na sua tese:

- I) O fim do padrão-ouro trouxe modificações na área financeira desencadeando uma abertura ampla da economia ao capital internacional. Consequentemente, momentos de crises inflacionárias ocorreram, o que evidenciava a incapacidade do país para lidar com crises financeiras. Logo, isso seria um sinal do começo do fim;
- II) O Choque do petróleo nada mais foi que uma decisão por parte dos países árabes em embargar a venda do petróleo tanto aos EUA como para a Europa, por conta do apoio desses países à Israel durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973. O petróleo foi utilizado como arma política, visto que o petróleo é fundamental para a manutenção do poderio dos EUA. Desta maneira, a capacidade de afetar tão fortemente os EUA demonstra certa fragilidade e dá base para seu argumento declinista, e,

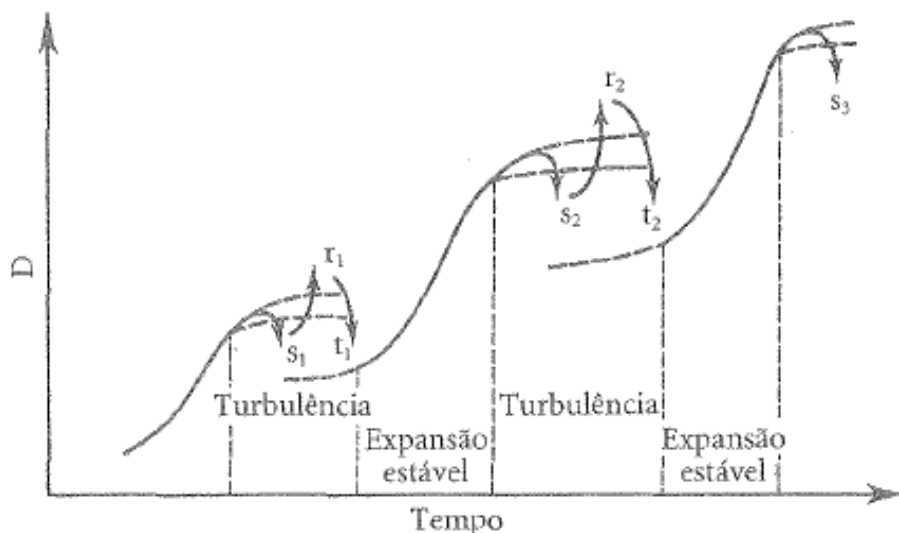
III) A Guerra do Vietnã representou um fracasso e demonstra a fragilidade do poder militar perante os *vietcongs*, algo sem precedentes na área militar norte-americana, visto que era tida como imbatível (WALLERSTEIN, 2004).

Portanto, para Wallerstein (2006), tais eventos e o impacto negativo tanto na área econômica quanto militar representam sua incapacidade em se manter na posição de liderança a partir da década de 1970.

Em contrapartida, por meio da teoria de Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Giovanni Arrighi aborda o tema do declínio norte-americano, já tratado no primeiro capítulo desta dissertação. Ao utilizar um modelo de recapitulação histórica para abordar os ciclos, Arrighi defende que o ciclo norte-americano pode estar começando a terminar, assim como os outros ciclos (ARRIGHI, 1996). Segundo o autor, a repetição dos ciclos sistêmicos de acumulação é composta por uma série de períodos de expansão estável da economia mundial capitalista, seguido de momentos de turbulência (1996, p. 241).

Vale destacar que dentro do período de expansão, crises sinalizam “os limites de expansão estável pela antiga via de desenvolvimento” além de assinalar a emergência de outra via de desenvolvimento, diferente da primeira. Na Figura 3 pode-se ilustrar a série de fases pelo qual passa a repetição de estabelecimento dos ciclos:

Figura 3 - Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação

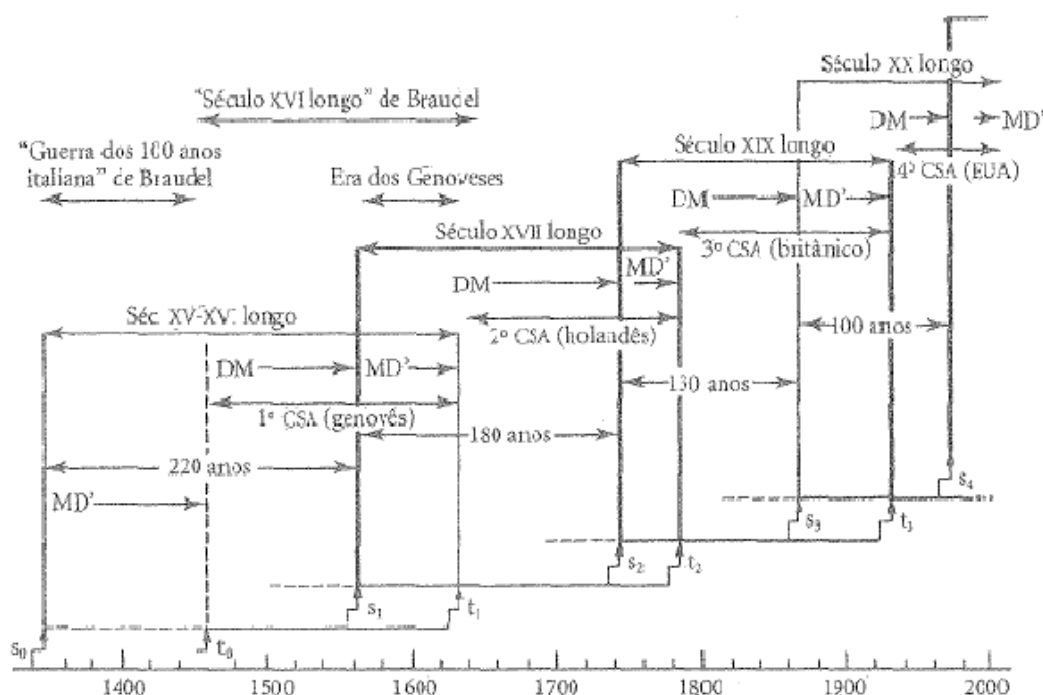


Fonte: ARRIGHI, Giovanni, 1996.

Baseado nessa lógica, Arrighi ilustra os quatro ciclos sistêmicos de acumulação que existiram, e nota-se que todos eles tiveram um padrão no que tange a expansão e

turbulência. Na figura a seguir, observam-se quatro ciclos, baseado nas obras de Braudel, Wallerstein e Hobsbawn⁵²:

Figura 4 – Séculos Longos e Ciclos Sistêmicos de Acumulação



* Picos dos "ciclos seculares" de Braudel.

Fonte: ARRIGHI, Giovanni (1996).

Como já explanado no primeiro capítulo sobre o que constitui um ciclo sistêmico de acumulação, a Figura 4 tem como objetivo ilustrar na prática quais foram os ciclos que já existiram e elucidar as suas três fases.

A primeira diz respeito à expansão financeira, que se trata do desenvolvimento de um novo regime de acumulação dentro do anterior. A seguir, há a consolidação e desenvolvimento que acrescenta o novo regime de acumulação. Nesse período ocorre a promoção e monitoramento por parte dos agentes. Com isso, beneficiando sua expansão material. E por fim, uma segunda fase de expansão financeira, no qual as contradições desse regime deixam lacunas para que algum concorrente ascenda e se torne um futuro regime dominante (ARRIGHI, 1996, p. 219). Assim, a dinâmica de formação de um novo

⁵² Para a formulação de tal esquematização, Arrighi une as ideias de Wallerstein (1974), que toma como unidade de análise a ideia de Braudel de "longo século XVI" como a 1ª etapa (formativa) da economia mundial capitalista. No que concerne o termo "Longo Século XIX" é citado por Hobsbawn (1987, p. 8-9) que considera como o período burguês-liberal do capitalismo histórico. Assim, Arrighi segue com o "Longo Século XX" e o considera como uma "moldura temporal apropriada para a análise de ascensão, plena expansão e eventual superação dos agentes e estruturas do quarto ciclo sistêmico de acumulação (norte-americano)" (ARRIGHI, 1997, p. 218).

ciclo é marcado por crises sinalizadoras para que um outro regime se torne o ciclo posterior.

Todavia, Glenn (2016) identifica um fator que falta na teoria de Arrighi:

(...) the USA's role as international architect is the key aspect missing from Arrighi Giovanni's thesis which leads him to prematurely predict the demise of the USA and the rise of China, as capital flows to this emerging Power. Such dynamics occur within a global architecture bearing the USA's hallmark (GLENN, 2016, p. 16).

Nesse sentido, apesar de reconhecer que a crise trata-se de um produto do aumento das operações financeiras de alto risco⁵³, somada a desregulamentação⁵⁴ do mercado financeiro, Paul Mattick⁵⁵ (1981), em contraposição aos declinistas, assume que as crises nada mais são que um mecanismo inerente e necessário do capitalismo. Tais crises são provocadas devido à dificuldade do setor produtivo em manter o crescimento. Por conseguinte, a depressão resultante dessa dificuldade cria condições para que a atividade produtiva cresça com novos limites, visto que os preços de certos fatores, como o trabalho, por exemplo, são diminuídos. Esse reajuste permite o crescimento do lucro e, consequentemente, propicia o surgimento de um novo ciclo econômico.

Desta maneira, no processo de desenvolvimento do capitalismo, as crises são base da formação de novos ciclos – e tem a tendência de se tornarem mais severas - classificando a incapacidade de sustentabilidade desse modelo de produção como insuficiente.

Como explica Susan Strange (1988), existem três proposições no argumento dos que admitem a existência do declínio norte-americano: I) o poder do país outrora predominante não o é mais, dado que outros Estados podem se igualar ou até mesmo ultrapassar seu poderio; II) o declínio de grandes potências é algo normal e explicável. Conforme essa proposição, o fenômeno é antecipado, principalmente, quando o Estado em questão tem um gasto militar pesado e III) quando o Estado está declinando, observa-se como produto a instabilidade política e a desordem econômica do sistema internacional (STRANGE, 1988, p. 02).

⁵³ De acordo com o Novíssimo Dicionário de Economia (1999), no que se refere a risco, trata-se de uma “situação em que, partindo-se de determinado conjunto de ações, vários resultados são possíveis e as probabilidades de cada um acontecer são conhecidas” (p. 532).

⁵⁴ Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia (1999), desregulação é a “tendência que surgiu durante o final dos anos 70 nos países industrializados, recomendando a redução da participação do Estado — direta ou indireta — na economia e nos mercados, baseada na tese de que as empresas, os preços e a alocação de recursos são controlados e administrados mais eficazmente pelas forças do mercado do que por regulamentos governamentais” (p. 172).

⁵⁵ MATTICK, Paul. Economic crisis and crisis theory, 1988.

Para Susan Strange (1988), uma boa parte da literatura norte-americana que defende o declínio utiliza a comparação com a queda do poder britânico. Ao utilizar esse instrumental histórico, o problema da seletividade de eventos pode prejudicar as conclusões tiradas a partir disso. Como, por exemplo, a não consideração de diversos fatores que diferenciam a Grã-Bretanha e os EUA tanto na década de 1970 - período do levantamento desse debate sobre queda - quanto nos anos 1980.

A começar pela motivação do declínio econômico britânico, que teve seu início por volta de 1880, sendo este resultado de uma negligência das tecnologias, que eram até então consideradas avançadas. Isto posto, essa negligência deixava claro o baixo *status* da indústria de manufatura tanto na política como na sociedade, desprezo este que os EUA nunca tiveram que lidar (STRANGE, 1988, p. 08).

Além disso, o efeito devastador que as duas Grandes Guerras tiveram para a Grã-Bretanha não deve nem ser comparada com o impacto do baque da Guerra do Vietnã para os EUA. Tanto no que se refere ao poder militar quanto econômico, as duas Guerras Mundiais desabilitaram o poder financeiro do sistema internacional e o período entre guerras foi curto para qualquer tipo de recuperação eficaz ou alguma tentativa de reverter o quadro (STRANGE, 1988, p. 08).

E por fim, não se pode deixar de citar a diferença entre uma pequena ilha com império territorial e um país continental, que claramente gerencia seu poder com características não territoriais (STRANGE, 1988, p. 09). Tal diferença influencia diretamente no entendimento de como o império não territorial norte-americano tem suas bases em um poder estrutural que interliga diversos setores entre os países. Conforme defende Glenn, “*the form of American Empire is markedly different because it is not an empire of territory, but an empire of capital*” (2016, p. 04). Diante disso, o autor coloca o poder territorial como menos importante no mundo contemporâneo, uma vez que os maiores benefícios se encontram no fato de ser o arquiteto da ordem internacional, que é o caso dos Estados Unidos (GLENN, 2016, p. 13).

Tal como Strange, Rosecrance (1990) pontua, a respeito dessa analogia, que o cenário político entre um e outro distingue ambos os países. Segundo o autor, a Grã-Bretanha perdeu poder relativo em um sistema “polarizado entre os propósitos autocráticos de uma Alemanha dominada pela Prússia e os propósitos republicanos da França e da Grã-Bretanha” (ROSECRANCE, 1990, p. 72). Diferentemente dos EUA, que “perdeu poder relativo num mundo que está se unindo em torno dos padrões democráticos

e de mercado que há muito defende” (ROSECRANCE, 1990, p.72). Portanto, as analogias podem ser um ponto fraco do argumento declinista.

Entretanto, Strange (1988) não nega que, de fato, o império norte-americano apresenta falhas, mas ao mesmo tempo em que elas existem, elas não são de natureza irreparável. Além do mais, são menos importantes do que a capacidade de continuidade do poder estrutural do país (STRANGE, 1988, p. 03). Ao seguir essa linha, a autora argumenta que o poder de controlar o que é produzido é maior do que o poder de produzir:

I contend that the location of productive capacity is far less important than the location of the people who make the key decisions on what is to be produced, where and how, and who design, direct and manage to sell successfully on a world market. Is it more desirable that Americans should wear blue collars and mind the machines or that they should wear white collars and design, direct and finance the whole operation? (STRANGE, 1988, p. 05).

Então, “*What matters is the share of world output—of primary products, minerals and food and manufactured goods and services—that is under the direction of the executives of U.S. companies*” (STRANGE, 1988, p. 05).

Um ponto destacado por Strange (1988) se refere à extra-territorialidade do poder dos EUA. Conforme defendido, o número de empresas norte-americanas situadas além do próprio território tem aumentado, principalmente nos setores de tecnologia, a citar as áreas de software, biotecnologia, medicina e entre outros (STRANGE, 1988, p. 06).

No que se refere a essa saída da produção apresentar um número crescente para fora do território nacional, a autora pontua que a escola declinista alega que esse fator representa uma perda de autoridade dos EUA (STRANGE, 1988, p.07). Por outro lado, o mesmo argumento vem seguido de outra crítica, até então contraditória: na década de 1980 muitas companhias japonesas se instalaram nos EUA.

Seguindo a lógica da primeira afirmação, isso seria bom para os EUA, posto que a saída de empresas do território japonês diminuiria a autoridade japonesa - que era um grande candidato no que tange ao crescente poderio frente aos EUA no período. Porém, os defensores dessa escola argumentavam que essa instalação japonesa afetava a autoridade norte-americana. O que na verdade essa saída representava era que o império norte-americano estava se espalhando além do seu limite territorial.

Ademais, a natureza insubstancial das fronteiras, na qual se encaixa esse transbordamento da produção, evidencia a consolidação de um tipo novo de império não-territorial. Destarte, “*It is that non territorial empire that is really the ‘flourishing economic base’ of U.S. power, not the goods and services produced within the United States*” (STRANGE, 1988, p. 07).

Desta forma, um Estado que comanda tais recursos, dificilmente parece estar perdendo poder:

The fact that the United States is still the largest and richest (and mostly open) market for goods and services under one political authority means that all successful foreign companies will want to produce and sell there and will deem it prudent also to produce there, not simply to avoid protectionist barriers but in order to be close to the customers. And the worldwide reach of U.S.-controlled enterprises also means that the capacity of the United States to exercise extraterritorial influence and authority is also greater than that of any other government (STRANGE, 1988, p. 07).

À vista disso, a autora supracitada sustenta que a dinâmica das décadas de 1970 e 1980 não se trata de declínio, mas sim de decisões de gerenciamento, segundo Strange, de sabedoria duvidosa que contribuíram para a desordem financeira e monetária. A análise estrutural conclui que o poder americano não declinou, muito pelo contrário, apresentou um crescimento na década posterior à década de 1970 (STRANGE, 1988, p. 13).

Do mesmo modo, para o economista José Luis Fiori, a crise ocorrida na década de 1970, na verdade teve o efeito contrário de fortalecimento do poderio norte-americano. Concepção esta que divergia ao dos autores declinistas, a exemplo de Wallerstein e Kindleberger, que apontavam o período como ponto de partida do declínio dos Estados Unidos. Consoante ao autor, foi nesse contexto que apesar do país passar ao status de devedor, isso não foi tão nocivo internamente, enquanto externamente agiu como um motor. Além disso, a substituição do padrão dólar-ouro pelo dólar flexível possibilitou um controle monetário e financeiro internacional pelos Estados Unidos jamais conquistado por nenhum outro país.

A despeito da derrota no Vietnã representar um grande fracasso militar, logo após o ocorrido, China e Estados Unidos fecharam uma parceria estratégica fundamental para o fim da URSS e consequentemente, da Guerra Fria. Isto posto, o economista defende que a crise de 1970 não representou uma queda no poderio norte-americano, mas sim uma mudança estrutural na arena internacional, bem como o aumento do poder norte-americano (FIORI, 2005).

Concernentemente, Maria da Conceição Tavares (1997), autora que trata da posição de centralidade ocupada pelos EUA no cenário internacional, reconhece o impacto do fim do padrão dólar-ouro, o fracasso no Vietnã e as decisões da OPEP para os Estados Unidos, mas discorda da afirmação de que representam o começo do fim.

Na sequência, na década de 1980, no que se refere ao cenário interno, os EUA enfrentavam uma crise inflacionária que perduraria até 1982, alcançando os 13,5% em

1980 (KODJA, 2009, p. 129). Segundo Cortez, Carvalho e Cunha (2015) é possível observar certas fragilidades na economia norte-americana na década de 1970, como: I) elevadas taxas de inflação; II) aumento da taxa de desemprego, III) queda do produto e IV) instabilidade nos mercados de câmbio e commodities. Apesar de ter que lidar com as questões da década anterior, é nesse período que são estabelecidas as bases para que o desempenho norte-americano se diferenciasse dos outros líderes que o sistema internacional já teve.

Como alega Tavares (2004), no período de transição (1973-1985), os Estados Unidos pararam de se responsabilizar internamente pelo fardo da desregulamentação no que ela chama de “mercados flexíveis” – o dólar e o petróleo. Eles assumiram uma economia de comando, passando a agir de forma unilateral tanto nas intervenções preventivas⁵⁶ quanto nas corretivas, desprovidas de regras gerais ou até mesmo desconsiderando algumas regras dos organismos internacionais (nos quais o próprio país participa e/ou participou de sua criação). Assim, “os norte-americanos, com seu intervencionismo preventivo, expandiram como nunca o seu poder global” (TAVARES, 2004).

A começar pelo papel dos novos mecanismos de taxas de câmbio flexíveis, aplicados pós-ruptura do padrão monetário internacional, que abriram o caminho para sistemática especulação com moedas. A deliberação unilateral quanto ao fim do padrão dólar-ouro produziu uma crise econômica mundial, fazendo com que diversas empresas e países periféricos fossem prejudicados. O dólar, entre os anos de 1980 e 1985 foi valorizado em 60% (GILPIN, 2002, p. 178).

A partir desse momento, os EUA começaram a pressionar os países parceiros a valorizarem sua moeda, em razão de estimular a competitividade das indústrias norte-americanas em relação aos produtos estrangeiros (CORTEZ, CARVALHO, CUNHA, 2015, p. 13). Nesse contexto, os EUA pressionavam os outros países, principalmente os industrializados, a executar um “ajuste recessivo e a uma crescente sincronização de suas políticas econômicas deflacionistas, confirmada pelos acordos Plaza-Louvre que deram suporte a uma nova desvalorização do dólar” (TAVARES, 2004). Deste modo,

A forte mudança na política monetária e os juros altos foram decisão do Fed de Paul Volcker, em outubro de 1979, ainda no governo Carter e tinha como

⁵⁶ No que tange as intervenções preventivas, a autora alega que, por exemplo, na área militar os EUA intervieram no Oriente Médio em todos os conflitos e também agiram unilateralmente com o Egito e com Israel, forneceram apoio ao Xá do Irã. Além disso, na década de 80 foram responsáveis pelo armamento do Iraque de Saddam Hussein na guerra pós Revolução Islâmica (TAVARES, 2004).

fundamento básico a contenção da inflação elevada nos EUA, ou seja, esteja focada em problemas internos norte-americanos. A forte valorização do dólar daí resultante atraiu capitais do mundo todo e reafirmou a posição central do dólar, a tal ponto que os EUA conseguiram retomar seu poder de coordenação monetária com o histórico Acordo Plaza, em 1985, em que Alemanha e Japão concordaram em orientar suas políticas monetárias para permitir a desvalorização “suave” do dólar, medida necessária para sustentar a recuperação econômica dos EUA e da economia mundial (CORTEZ, CARVALHO, CUNHA, 2015, p. 27).

Segundo Tavares (2004), tal medida, somada aos Acordos de Plaza-Louvre, em 1985, contornaram a instabilidade do dólar. Em conformidade com o defendido por Cortez, Carvalho, Cunha (2015),

O acordo de Plaza marcou a volta desse poder às mãos do governo estadunidense à medida que esse conseguiu forçar a cooperação internacional a fim de desvalorizar o dólar e diminuir as pressões que o Congresso vinha sofrendo por parte da indústria interna do país. O Acordo do Plaza gerou maior competição entre as principais economias da época, e principalmente reduziu o rápido crescimento da principal ameaça à liderança econômica norte-americana no cenário internacional naquele momento, o Japão (CORTEZ, CARVALHO, CUNHA, 2015, p. 14-15).

Após esse rompimento, com o desequilíbrio comercial, foram adotadas políticas monetárias e cambiais, que resultavam numa desvalorização lenta, entretanto contínua da moeda norte-americana (TAVARES, 1997). Além disso, a diplomacia do dólar forte – promovido através do choque de juros pelo presidente do FED, em 1979⁵⁷ – colocou de volta o dólar para uma posição central do sistema financeiro.

Como expõe a autora,

A diplomacia do dólar, bem ao contrário do que então se supunha, tem sido, em todos os seus movimentos, o corolário de um esforço estratégico bem-sucedido para restaurar a posição dominante dos EUA, em termos econômico-financeiros e tentar impor uma "Ordem Unipolar" à Economia Internacional (TAVARES, 1997).

Somado a isso, como aponta Tavares,

Os déficits americanos (fiscal e de balanço de pagamentos) tornaram-se estruturais e, a partir dos anos oitenta, converteram-se paradoxalmente nos únicos elementos do precário "equilíbrio" macroeconômico global. A crescente dívida pública dos EUA passou a ter um peso tão grande nos ativos dos bancos e dos fundos de pensão que se tornou o principal instrumento de "regulação" dos mercados monetário e financeiro internacionais, comandada pela política conjunta do FED e do Tesouro norte-americano (TAVARES, 1997).

⁵⁷ “Ao manter uma política monetária dura e forçar uma sobrevalorização do dólar, o FED retomou na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulou em seu proveito os interesses do rebanho disperso (...) A partir daí o sistema de crédito interbancário passou a ficar sob o controle da política monetária do FED, que dita as regras do jogo” (TAVARES, 1997, p. 34).

Apesar de reconhecer como fator importante que a economia dos EUA tem o poder de constantemente modelar os mercados globais (FRIEDMAN, 2012, p. 34), George Friedman acredita que o “poderio norte-americano surgiu sem intenção e muito menos planejamento”. De forma que “esse arranjo não planejado foi uma consequência de eventos, poucos deles sob o controle norte-americano” (FRIEDMAN, 2012, p. 30). A presente pesquisa defende que o poderio dos EUA foi não só pensado, mas como muito bem executado e articulado para chegar ao nível de estrutura que o mesmo possui.

Ao seguir essa linha, Tavares assume que é possível vislumbrar que, no período de transição da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980, os norte-americanos demonstraram “sua capacidade maléfica de exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países, através da recessão, ao seu desiderato” (TAVARES, 1997, p. 37). Como elencado pela autora, há diversos aspectos controvertidos, a citar:

- I) Os Estados Unidos iniciaram o seu processo de recuperação, bem como os países latino-americanos e o Japão, nesse período através do crédito de curto prazo, somado ao endividamento externo e déficit fiscal. Diferentemente desses grupos de países, os Estados Unidos, por possuir moeda hegemônica e sobrevalorizada, não sofrem com inflações que ameacem tal estratégia.
- II) A influência da taxa de juros sobre o investimento, uma vez que os cidadãos “estão substituindo o tradicional endividamento de longo prazo (através da emissão de debêntures, *equities*, etc.) por crédito de curto prazo ou utilizando recursos próprios e de capital de risco externo” (TAVARES, 1997, p. 39).
- III) As relações econômicas dos Estados Unidos com os outros países. Primeiramente, alcançaram a capacidade de dobrar o seu déficit comercial a cada ano na década de 1980. Em segundo lugar, houve a melhoria das relações de troca assim como a redução dos seus custos internos, posto que suas importações eram as mais baratas e as de maior qualidade (TAVARES, 1997, p. 39). Com isso,

Sem fazer qualquer esforço intensivo de poupança e investimento, sem tocar em sua infra-estrutura energética e de transportes, sem tocar na agricultura, sem tocar na velha indústria pesada, os EUA estão modernizando a sua indústria de ponta com equipamentos baratos de último tipo e capitais de empréstimo e de risco do Japão, da Alemanha, do resto da Europa e mesmo do mundo periférico (TAVARES, 1997, p. 40).

Ademais, os *déficits* tornaram-se um instrumento para a captação forçada de liquidez internacional. Foi utilizado na década de 1980 com a finalidade de canalizar o

movimento do capital bancário do Japão - com o desenvolvimento japonês acelerado - e da Europa em direção ao mercado monetário norte-americano (TAVARES, 1997, p. 35).

Em contrapartida, é uma ferramenta de aplicação segura e de alta rentabilidade “para o excesso de recursos financeiros dos principais rentistas à escala mundial”. Deste modo, a despeito das críticas que os *déficits* recebem, segundo Tavares, ele se converteu, em questões práticas, no “único elemento de estabilização temporária do mercado monetário e de crédito internacional” (TAVARES, 1997, p. 35).

Com isso, foi criado o que a autora denomina de “equilíbrio do terror”. Este funciona como um instrumento de submissão dos outros países perante a diplomacia do dólar forte, bem como o ajustamento progressivo das suas políticas econômicas monetárias e fiscais de maneira mais restrita, somado ao objetivo de obter *superávites* comerciais crescentes, de forma a compensar a situação de *déficit* norte-americano. Com isso, promovendo a estabilidade global do sistema (TAVARES, 1997, p. 36).

Nesse sentido, como apontado por Kodja (2009, p. 172), a sociedade norte-americana também participou do que a autora denomina de “festim licencioso de consumo e especulação”. Desta forma, “a liberalização econômica norte-americana, ocorrida ao final do século XX, concedeu aos cidadãos certos benefícios, relacionados, especialmente as taxas de juros minoradas e acesso a créditos adicionais”.

No que concerne aos créditos, vale destacar que o mesmo teve início na era Carter, porém é no governo de Reagan que ele apresenta significativo crescimento (KODJA, 2009, p. 173). Com a elevação do volume do crédito rotativo⁵⁸, uma vez que estava havendo uma baixa dos créditos não rotativos, o crédito rotativo representava 10% - US\$ 2,3 trilhões - dos créditos concedidos, enquanto na década seguinte passou a 21% - US\$ 13, 3 trilhões - e na década de 1990 já representava 35% - US\$ 47,3 trilhões (KODJA, 2009, p. 173).

Conforme explana Kodja,

no período de 1977 a 1981, dois decretos marcaram o processo de desregulamentação do mercado financeiro norte-americano e o incentivo à cessão de crédito para o público, considerado “*subprime*”, cujas avaliações de crédito, denominadas de “*credit scoring*”, atribuíam classificações de moderado e alto risco de inadimplência (...) A concessão ampliada de empréstimos hipotecários gerou a criação de um novo mercado, onde os recebíveis passaram a ser loteados, precificados e revendidos no mercado financeiro global (KODJA, 2009, p.175-176).

⁵⁸ Linha de crédito que se renova automaticamente, sem prazo definido para quitação do saldo devedor.

À vista disso, pode-se afirmar que o processo de financeirização da economia não tem base naturalmente espontânea das forças do mercado. Mas que foi algo pensado e articulado, visando à retomada da hegemonia norte-americana que se encontrava com seus pilares abalados depois da conturbada década de 1970. Argumento este que tem convergência ao que Fiori (2000) defende. O autor enxerga todo esse processo como uma “longa transição” executada de forma lenta, mas estrategicamente pensada, que teve seu início com Nixon, adquirindo consistência e visibilidade global e que se consagraram como nova aliança de poder, com as vitórias de Thatcher e Reagan (FIORI, 2000, p. 09).

Como bem pontuado por Tavares, a “globalização financeira” dificulta a aceitação de um padrão estável, bem como não está associado com a expansão do poder militar de determinado país. Nesta acepção, há outra lógica que rejeita as ideias de equilíbrio ou de coordenação dos outros países (TAVARES, 2004).

Nesse período, a política de *Détente* perde aprovação interna, principalmente com o debate acerca do declínio norte-americano. Destarte, em 1981 Reagan rompe com essa política e passa a adotar uma doutrina de confrontação com a URSS. Nesse contexto, há um aumento dos gastos em defesa, como pode se observar o Quadro 2.

Quadro 2 – Gastos e despesas dos EUA (1970-2000)

	Despesas Totais % do PIB		Defesa Nacional		Infra-Estrutura e Desenvolvimento		Programas/ Serviços Públicos		Serviço da Dívida (Juros Líquidos)		Dívida Bruta Federal % do PIB	
	(a)		(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	(f)	
1970	195,6	19,30%	81,7	41,80%	34,8	17,80%	64,8	33,12%	14,4	7,35%	380,9	37,60%
1972	230,7	19,50%	79,2	34,30%	430	18,50%	93,1	40,34%	15,5	6,71%	435,9	36%
1974	269	18,70%	79,3	29,50%	48,2	17,90%	120,4	44,70%	21,4	7,96%	483,9	33,60%
1976	371,8	21,40%	89,6	24,10%	74,8	20,10%	180,6	48,58%	25,7	7,19%	629	36,20%
1978	458,7	20,70%	104,5	22,80%	107	23,30%	211,8	46,16%	3,5	7,73%	776,6	35,00%
1980	590,9	21,60%	134,5	22,70%	125,9	21,30%	278,5	47,13%	52,5	8,89%	909	33,20%
1982	745,7	23,10%	185,3	24,80%	117,1	15,70%	358,3	48,05%	85	11,40%	1137,3	35,20%
1984	851,9	22,20%	227,4	26,70%	111,5	13,10%	401,9	47,18%	111,1	13,04%	1564,6	40,80%
1986	990,40	22,50%	273,4	27,60%	129	13,00%	452,1	45,54%	136	13,73%	2120,5	48,20%
1988	1.064,50	21,20%	290,4	27,30%	120,6	11,30%	501,7	47,13%	151,8	14,26%	2601,1	51,80%
1990	1.253,20	21,80%	299,3	23,90%	183,8	14,70%	585,7	46,74%	184,3	14,71%	3206,3	55,80%
1992	1.381,70	22,20%	298,4	21,60%	154,2	11,20%	729,8	52,82%	199,3	14,43%	4001,8	64,30%
1994	1.461,90	21,10%	281	19,30%	152,5	10,40%	824,8	56,42%	202,9	13,88%	4643,3	67,00%
1996	1.560,50	20,30%	265,8	17,00%	141	9%	912,7	58,49%	241,1	15,45%	5181,5	67,40%
1998	1.652,60	19,10%	268,5	16,20%	161,4	9,80%	981,6	59,40%	241,1	14,59%	5478,2	63,30%
2000	1.788,80	16,50%	294,5	16,50%	216	12,10%	1054,3	58,94%	223	12,46%	5628,7	57,90%

Fonte: Elaboração própria com base em: KODJA, Claudia C. (2009).

O percentual do orçamento destinado para a defesa nacional era de 22,7% em 1980, um ano antes de sua eleição como presidente. Enquanto em 1988, fim do seu segundo mandato, o percentual foi para 27,3%. Esse investimento em defesa propiciou a modernização dos equipamentos das forças armadas norte-americanas, investimento em pesquisa, além de servir como catalisador para diversos segmentos da economia, a citar os de alta tecnologia, ademais, reconquistava a confiança interna depois da *Détente* (CORTEZ, CARVALHO, CUNHA, 2015, p. 16).

Nesse contexto, em 1989, com a queda do Muro de Berlim, que sinalizaria o fim da Guerra Fria contra a URSS, os Estados Unidos saem vitoriosos, fato este que funcionaria como resposta à derrota na Guerra do Vietnã e alimentaria o argumento de liderança e de grande poderio dos Estados Unidos no sistema internacional. Por isto, no final dos anos 1980, como defendido por Francis Fukuyama⁵⁹ em 1989, os Estados Unidos tornaram-se vitoriosos no âmbito doméstico e no cenário internacional. Desta forma, era chegada o “fim da história”, no qual a democracia liberal Ocidental havia triunfado sob todos os outros modelos.

Entretanto, como argumenta Karnal, as políticas neoliberais norte-americanas não solucionaram em seus fundamentos a crise econômica da superprodução e da baixa taxa de lucro. Além disso, a instabilidade econômica bem como os exacerbantes gastos militares eram responsáveis pela dívida nacional sem precedentes, gerando dúvidas a respeito da economia política do país (KARNAL, 2007, p. 274).

Após esses acontecimentos da década de 1970, as decisões tomadas entre 1981 e 1985 foram responsáveis pela recuperação do tripé dos EUA na posição frente aos outros, esta composta pela “(I) liderança econômica, em especial na alta tecnologia e o dólar como principal moeda de reserva; (II) liderança militar incontestável (...) e (III) credibilidade da política externa, principalmente frente aos seus aliados” (CORTEZ, CARVALHO, CUNHA, 2015, p. 02).

Portanto, diferentemente dos anos 1970, que foi marcado por grande negativismo em relação ao futuro do poder norte-americano, a década de 1980 se mostrou como um período para o estabelecimento de bases que seriam essenciais para as próximas décadas.

3.3 Década de 1990: o período de estabilidade

⁵⁹ FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Após inúmeras crises e as diversas estratégias adotadas para que não só o poderio norte-americano não fosse afetado, mas também se expandisse, os anos que se seguiram não estavam imunes de mais eventos. A citar, com o início da Guerra do Golfo, em 1990, o preço do barril de petróleo volta a subir. Dando início à terceira fase da crise do petróleo, na qual o barril chegou a US\$ 40. Tal como nas outras fases, a crise dos anos 1990 também tem impacto na economia norte-americana, como pode ser observado na Figura 5:

Figura 5 – Variações de Preço do Óleo Bruto Importado & Recessões Econômicas (1970-2000)



Gráfico 26: Estados Unidos - Variações de Preço do Óleo Bruto Importado & Recessões Econômicas – 1970 / 2000.

Fonte 1: Energy Information Administration (2009b).

Fonte 2: Barsky e Kilian (2004).

Fonte: KODJA, Claudia C (2009).

Logo, as crises do petróleo tiveram efeito sobre os períodos de recessão econômica norte-americana, como Barsky e Kilian defendem:

This irregular pattern argues against a mono-causal role for oil, but is still consistent with the view that oil events at least contribute to recessions (...) Even if we do not necessarily accept the view that exogenous political events in the Middle East cause recessions in the United States, it is undoubtedly true that many recessions since 1972 have been associated with major oil price increases, although again the association is less than perfect (BARKSKY; KILIAN, 2004, p. 03).

Como já argumentado por Rosecrance (1990), em um texto do começo da década de 1990, existiam três tipos de visão sobre o futuro dos Estados Unidos. O primeiro se referia à ideia de que o país, do mesmo modo que a Grã-Bretanha no século XIX, estavam passando por um momento de esgotamento e consequente declínio.

Compõe esse grupo os que acreditam na tese de Paul Kennedy, apresentada em *The Rise and Fall of the Great Powers* (1987), como previsão do poderio norte-americano. Na mesma linha de pensamento eles pontuavam que tanto a Holanda do século XVII como a Grã-Bretanha tinham consciência que sua posição apontava para sua derrocada, mas não tinham como deter tal fim. Da mesma forma, os Estados Unidos poderiam se encontrar na mesma posição no século XXI.

A segunda visão alega que por mais que os Estados Unidos tenham enfrentado momentos de altos e baixos, sua posição não apresentou grande mudança. Os defensores dessa visão alegam que os Estados Unidos não declinaram ou que qualquer declínio é de natureza temporária e explicável, inofensivo ou facilmente remediado (ROSECRANCE, 1990, p. 69).

Por exemplo, em meados da década de 1960, os Estados Unidos eram responsáveis por 24% do PND mundial. O que por sua vez, nos anos 1990, apenas 22%. A alegação de que a fatia de participação norte-americana do PNB mundial diminuiu é verdadeira, mas vale ressaltar que tal porcentagem não se difere muito da apresentada em 1938 (ROSECRANCE, 1990, p. 69). Ou seja, pode ser algo recuperável.

Vale salientar que dentro dessa segunda visão existe um subgrupo, que aceita em partes a teoria declinista, mas reconhecem que o argumento foi longe demais. A exemplo do que Aaron Friedberg (1988) argumenta - contradizendo o argumento de que o exacerbante valor de investimento militar por parte do governo norte-americano é causa de seu declínio – esse também não é o motivo dos declínios das grandes potências do passado e que sim o fardo com os gastos com defesa acentuaram os problemas de países que já enfrentavam fraqueza econômica (ROSECRANCE, 1990, p. 70).

Enquanto a terceira perspectiva defende que os Estados Unidos apresentam fatores de declínio, mas que tem capacidade de voltar à posição anterior, a qual se encaixa a visão de Richard Rosecrance (ROSECRANCE, 1990, p. 67). Em conformidade com tal visão, são irrefutáveis as evidências do declínio norte-americano. Antes mesmo de seu ápice no que concerne à liderança no contexto pós Segunda Guerra, em 1929, “*the United States claimed more than 43 percent of world manufacturing production. Today, it claims only 22 percent*” (ROSECRANCE, 1990, p. 71).

Apesar disso, o autor alega que se poder é a capacidade de fazer com que os outros sigam os propósitos que o país poderoso deseja, os Estados Unidos usaram desse poder para administrar o pós-Guerra. Segundo Rosecrance,

After World War II, America created a world community in which it deliberately shared its economic and industrial power in order to encourage other countries to adopt its purposes: more open political systems and more competitive economic markets. Today, all of the world's industrial countries, many developing ones, and even the socialist countries are democratic and market-oriented or struggling to become so. America now has less relative economic power, to be sure, but it also needs less to promote its most basic political and economic purposes (ROSECRANCE, 1990, p. 72).

Deste modo, Rosecrance alega que os que defendem o declínio norte-americano tendem a focar em medidas estreitas de poder industrial e econômico e a ignorar que tal poder material é exercido no campo político (ROSECRANCE, 1990, p. 72).

Tais visões eram fortes no início dos anos 1990, com as sucessivas crises. Como destaca Corsi, dentro da dinâmica de acumulação de capital, as crises são partes componentes, servindo como soluções momentâneas de suas contradições (CORSI, 2014, p. 271). A despeito de ser conhecido como a década do *boom* econômico do país, por ser um ator com dimensões globais, vale destacar que não se tratou de um período anti-crise, principalmente pelo capitalismo ser instável em si (HARVEY, 1990, p. 196).

Como descreve Corsi (2014), apesar da crise estrutural que ocorreu na década de 1970 e as diversas crises⁶⁰, o capitalismo foi reestruturado. Conforme o autor,

No centro, iniciou-se um processo de desmonte do Estado de Bem-Estar Social. A emigração para países centrais, a reestruturação produtiva (toyotismo, novas tecnologias) e a realocação espacial de vários segmentos produtivos, que incorporou milhões de trabalhadores da Ásia à economia mundial remunerados com salários diminutos, colocaram em xeque as conquistas do movimento operário nos países desenvolvidos e recompuseram o exército industrial de reserva em escala global (CORSI, 2014, p. 273).

Ademais, a reestruturação do capitalismo para Ásia também contou com transformações internas dos países da região, com políticas de desenvolvimento. Em sua maior parte, contou com políticas que fomentavam a industrialização com finalidade de exportação, que produziu a inserção desses países na economia mundial (CORSI, 2014, p. 273). Consequentemente, houve um aumento no fluxo de capitais para a região, sustentando suas elevadas taxas de acumulação, principalmente para a China.

Como pode ser visto na Figura 6, a partir da década de 1990, houve uma intensificação dos fluxos de IED para o país. Como ressalta Cunha e Xavier (2010, p.

⁶⁰ Crise da superprodução, crise do sistema financeiro internacional, estabelecido em Bretton Woods, crise energética e crise de hegemonia dos Estados Unidos.

497), com a segunda etapa das reformas econômicas da China, tal crescimento ascendeu até 2005. Assim, a China era o maior receptor do Leste Asiático, contando com mais de 50% de participação.

Figura 6 – Fluxos de IED na economia chinesa (1980-2006)

	1980/ 1992(a)	1993/ 2001(a)	2002	2003	2004	2005	2006
IDE China (US\$ milhões)	2.696	39.906	52.743	53.505	60.630	72.406	69.468
Participação no total (%)							
Mundo	2,4	6,2	8,5	9,5	8,2	7,7	5,3
Países em Desenvolvimento	10,5	23,6	31,7	29,9	21,4	23,0	18,3
Ásia e Oceania	17,6	41,0	53,6	46,4	35,5	34,6	26,7
Leste Asiático	44,2	61,6	77,9	73,6	57,0	62,3	55,2

(a) Média simples

Fonte: UNCTAD, World Investment Directory (2007).

Fonte: CUNHA e XAVIER (2010).

De acordo com Corsi, “a dominância do capital financeiro gerou uma dinâmica econômica instável, baseada em bolhas especulativas”, estas se tornando “padrão de acumulação do capitalismo globalizado” (CORSI, 2014, p. 274). A citar, houve o período de recessão norte-americana em 1990 com estabilização em 1991.

Outrossim, ocorreram as crises de 1994 no México, três anos depois no Sudeste asiático e em 1998 e 1999, as da Rússia, Brasil e Argentina, todas relacionadas à bolhas especulativas. Desta maneira, no final da década de 1980, as crises direcionaram-se para a periferia, na direção do fluxo de capitais especulativos, somado ao de investimento direto.

Independentemente desse cenário, os Estados Unidos continuaram a crescer. Em conformidade com o que Cezar (2009, p. 70)⁶¹ explana, tratou-se do período mais longo sem recessões nos Estados Unidos em 150 anos. Foi nesse período que houve o crescimento das empresas de alta tecnologia, de internet e telecomunicações.

Outro fator importante é a liderança da política econômica de Alan Greenspan, o então presidente do FED, somado à criação do Nafta, que aumentou o comércio de seus produtos para o Canadá e o México. Ademais, segundo Cezar, “além de sua importância

⁶¹ Apesar do “conhecimento da maturação de uma bolha nos últimos anos da década de 1990” (CEZAR, 2009, p. 70).

intrínseca, a bolsa de valores assumiu o papel ‘keynesiano’ de ‘estabilizar a economia doméstica e a internacional que se encaminhava para uma crise” (CEZAR, 2009, p. 70).

Como é capaz de serem observadas, as taxas de desemprego caíram nesse período. Com exceção dos anos 1990 e 1991, que foram afetados pela recessão desses anos. Como resultado, em 1992, a taxa chegou aos 7,5% enquanto em 2000, alcançou a marca de 4,0%.

Figura 7- Taxa de desemprego (1970-2000)

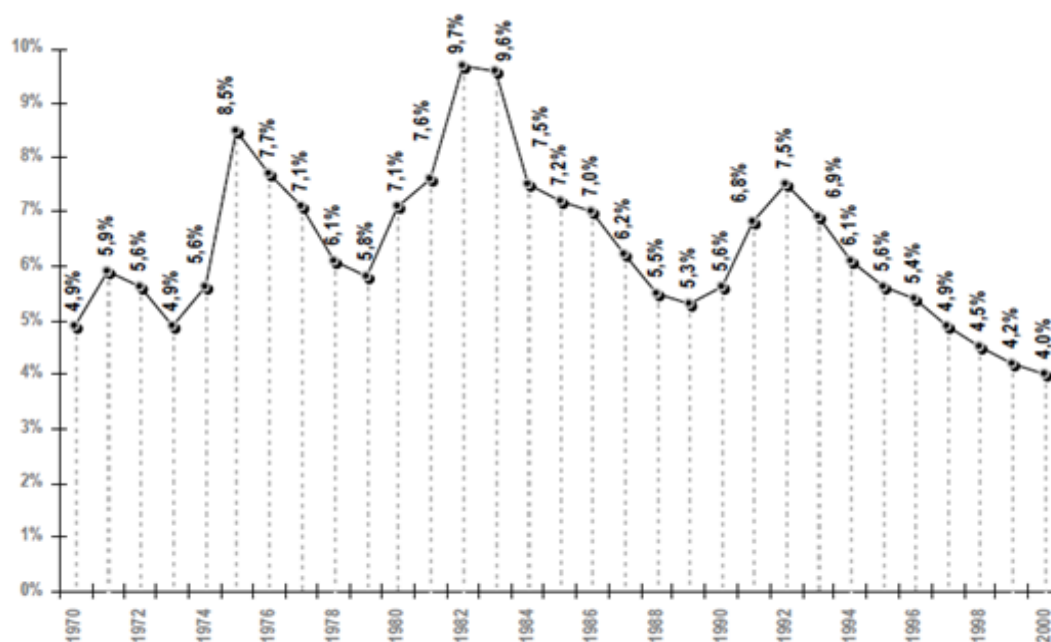


Gráfico 25: Estados Unidos - Taxa de Desemprego – 1970 / 2000.
Fonte: United States Department of Labor – Bureau of Labor Statistics (2007b).

Fonte: KODJA, Claudia C. Crise Econômica ao final do século XX. 2009, p. 124.

Além disso, a partir de 1990, a produção industrial apresentou crescimento, com ressalva no início da década devido à recessão:

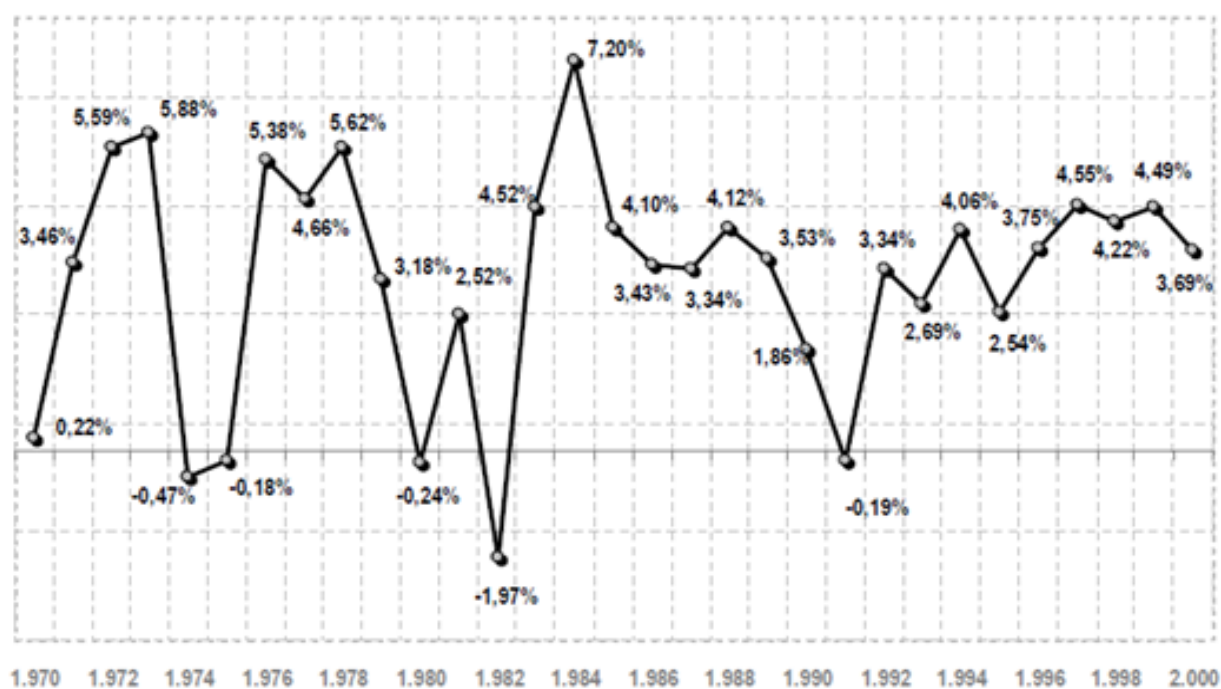
Gráfico 4 – Produção Industrial dos EUA (1990-2000)



Fonte: Trading Economic. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/united-states/industrial-production>> Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

Já em referência ao PIB, observa-se que, de acordo com a Figura 8, o período a partir dos anos 1990 apresenta estabilidade em relação às décadas anteriores, saindo de -0,19% em 1990, para 3,34% em 1991 e fechando a década com 3,69% de crescimento.

Figura 8 – Crescimento do PIB em % anual (1970-2000)



Fonte: KODJA, Claudia C. Crise Econômica ao final do século XX. 2009, p. 217

Nas Figuras 9 e 10 abaixo, pode-se observar a evolução do PIB e do PIB *per capita* norte-americano, em dólares, nas três últimas décadas do século XX:

Figura 9 – PIB norte-americano em US\$ (1970-2000)

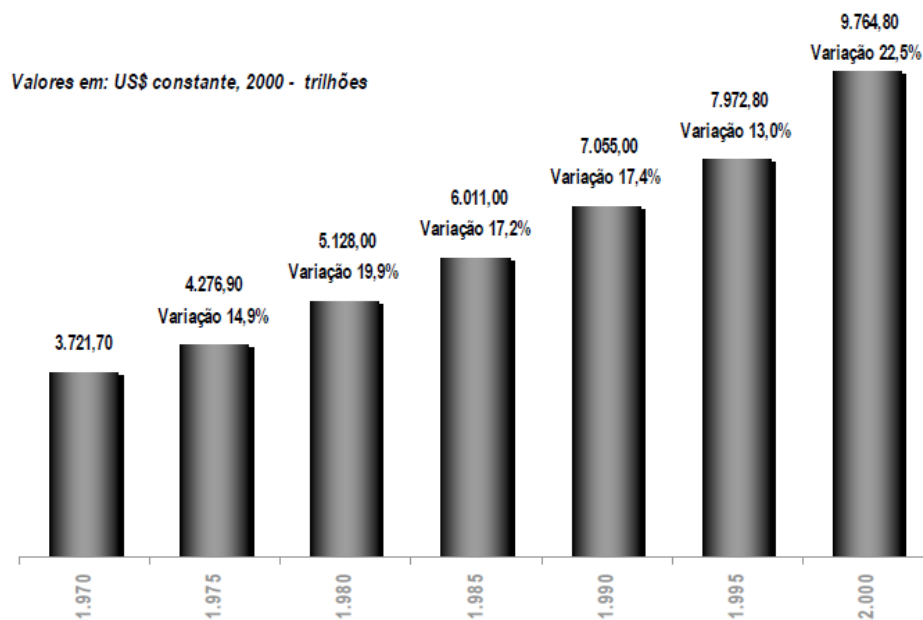


Gráfico 43: Estados Unidos - PIB – 1980 / 2000.
Fonte: Banco Mundial (2007).

Fonte: Banco Mundial. Dados retirados de KODJA (2009)

Figura 10 - PIB *per capita* norte-americano (1970-2000)

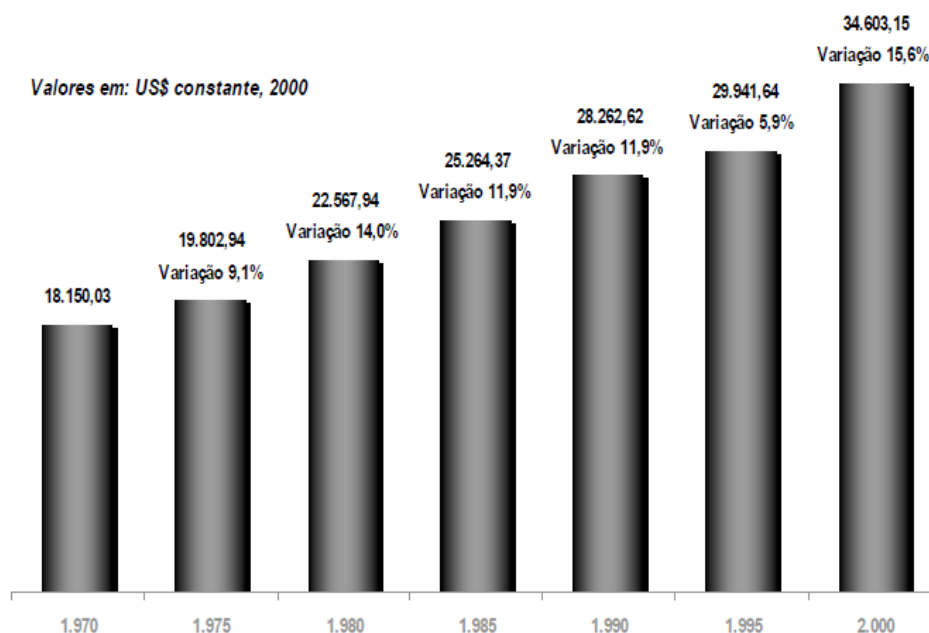


Gráfico 44: Estados Unidos - PIB *per capita* – 1980 / 2000.
Fonte: Banco Mundial (2007).

Fonte: Banco Mundial. Dados retirados de KODJA (2009)

Diferentemente dos anos anteriores, a década de 1990 é marcante para os Estados Unidos no que concerne a retomada do status de grande potência do sistema internacional (KODJA, 2009; TAVARES, 2004). Com bases diferentes do seu estabelecimento pós Segunda Guerra Mundial, o país passaria a exercer o seu poder a partir de estruturas de segurança, de produção, financeiro e de conhecimento sem precedentes. Contudo, o século XXI traria novos desafios a serem superados.

3.4 O retorno dos questionamentos

Após o período do *boom* da economia norte-americana, como já foi destacada, outra crise estava se formando. Com a queda dos lucros, que já se manifestava em meados de 1990, no final de 2000 estourou a bolha especulativa com ações das empresas de tecnologia da informação e comunicação, que apresentavam excesso de capacidade produtiva (CORSI, 2014, p. 278).

Como a economia norte-americana possui ligação direta com a economia de diversos países, o estouro da bolha provocou uma crise que afetou a economia do sistema internacional. Devido à retração apresentada na economia dos EUA, esta afetou,

principalmente, as economias do Japão e da Europa, provocando o baixo crescimento das mesmas⁶². Apesar disso, o estouro da bolha da Nasdaq não teve consequências catastróficas, como algumas previsões apontavam. O FED adotou medidas com a finalidade de estimular o consumo nesse contexto de crise, como a diminuição de juros e a ampliação de crédito. Contudo, tais medidas possuem ligação direta na formação da bolha imobiliária que estouraria no final da década, assunto a ser tratado mais a frente.

Entretanto, um evento em setembro de 2001 traria novos desafios a serem enfrentados. Trata-se de um evento de dimensão sem precedentes que teria como palco o símbolo da maior economia mundial. Situado no centro financeiro do país, o World Trade Center, seria palco do maior atentado terrorista dentro do território dos Estados Unidos.

No dia 11 de setembro, quatro aviões comerciais em rota para a Califórnia, seriam utilizados como instrumentos para os atentados daquele dia. O Boeing 767 da American Airlines foi o primeiro avião a ser sequestrado e dominado pelos terroristas. As oito e quarenta e seis daquela manhã a torre norte das Torres Gêmeas seria atingida, entre os andares 93 e 99. O segundo avião, um Boeing UAL175, também sequestrado e controlado por terroristas, colidiu com a torre sul do World Trade Center, às nove e três da mesma manhã. Como ambos os aviões estavam carregados de combustível, eles serviram como catalisador para que as chamas destruíssem os edifícios. O número estimado de pessoas nos edifícios no momento dos ataques, segundo o National Institute of Standards and Technology era de mais de 17 mil pessoas⁶³. Equipes de emergência foram enviadas ao local, mas duas horas depois ambas as torres vieram a ruir, prejudicando também os prédios próximos ao local dos atentados.

Além das Torres Gêmeas, a fachada do Pentágono – sede do Departamento de Defesa e do Comando das Forças Armadas - também foi atingida por um Boeing naquela manhã⁶⁴. Ademais, outro avião, que continham terroristas que controlaram a cabine de comando foi arremessado em um campo vazio na Pensilvânia, local próximo à capital. Todos os atentados foram atribuídos pela rede Al Qaeda, ligada a Osama Bin Laden.

A partir dessa série de atentados, a política externa norte-americana tomaria rumos distintos do planejado. A resposta do país seria a nova empreitada, denominada de Guerra

⁶² Vale destacar que, devido às políticas adotadas pelos países asiáticos em prol da redução de sua vulnerabilidade externa, mediante a acumulação de crescente volume de reserva, tais países não foram tão afetados quanto o Japão e os países europeus (CORSI, 2015, p. 279).

⁶³ *Final Reports of the Federal Building and Fire Investigation of the World Trade Center Disaster* (PDF). [S.l.]: National Institute of Standards and Technology (NIST). Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

⁶⁴ Disponível em: <<http://history.defense.gov/impact911.shtml>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

ao Terror. Assim, houve a invasão ao Afeganistão, em busca de Osama Bin-Laden – líder da rede terrorista Al-Qaeda.

Ademais, fazendo uso da nova empreitada da Guerra ao Terror, os Estados Unidos invadiram o Iraque, alegando que o país fabricava armas de destruição em massa. Diante disso, os gastos militares subiram significativamente. Em 2000, os gastos militares norte-americanos representavam 2,9% do seu PIB, enquanto em 2003 subiu para 3,6% e em 2010 alcançou a marca de 4,7%, de acordo com o Stockholm International Peace Research Institut (SIPRI). O Gráfico 5 a seguir mostra em bilhões de dólares os gastos militares do país:

Gráfico 5 – Gastos militares dos EUA (2000-2012)



Fonte: SIPRI

Assim, tais medidas, somadas aos cortes tributários e os gastos militares após os atentados e à Guerra ao Terror, funcionaram como um impulso na economia norte-americana no contexto de recessão.

No período entre 2003 e 2007, a economia norte-americana caminhava bem, e um aspecto importante desse sucesso está atrelado ao mercado imobiliário. Como já citado, as medidas do FED ao injetar liquidez na economia – reduzindo os juros e aumentando o crédito - além de provocar o estímulo do consumo como solução do estouro da bolha⁶⁵

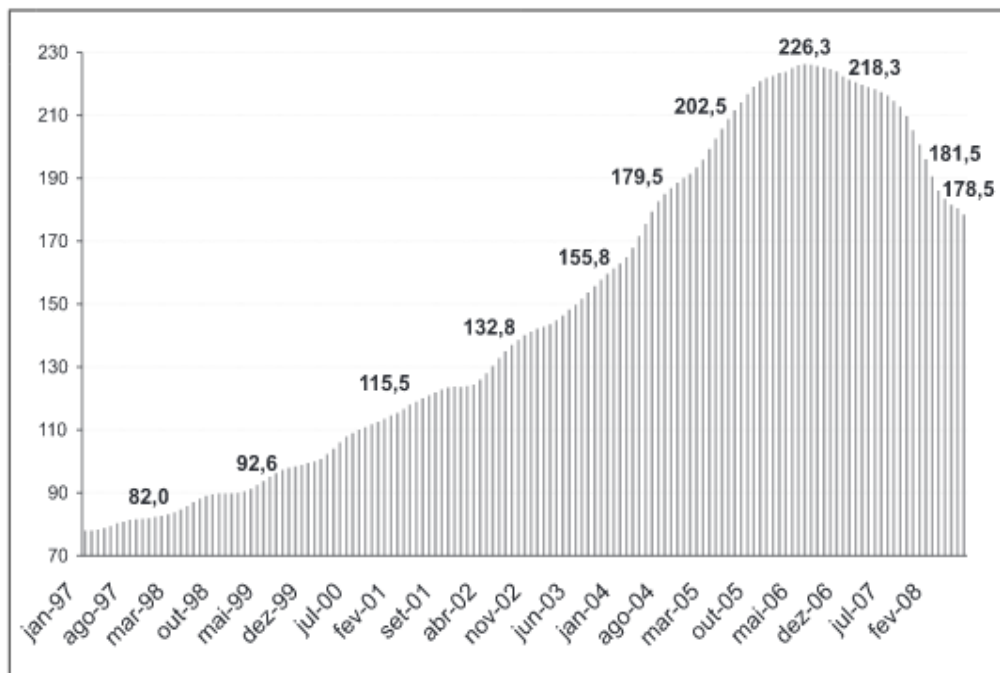
⁶⁵ Vale pontuar que ao explicar sobre as contradições da economia norte-americana, John Kenneth Galbraith (1974) destaca dois fatores, dentre eles, o sistema especulativo do país. Segundo o autor, os lucros produzidos pelas empresas não eram investidos em atividades produtivas, mas sim em mais atividade especulativa. Portanto, os períodos de *boom* especulativo eram facilmente derrubados devido a sua artificialidade (GALBRAITH, 1974, p. 156).

do começo da década, contribuiu para que a bolha no setor de imóveis crescesse de forma exacerbada (CEZAR, 2009, p. 74).

No que se refere à redução de juros, principalmente sobre as hipotecas, houve o crescimento da demanda de imóveis, e consequentemente o aumento dos preços dos mesmos (Ver Figura 11).

Figura 11 – Evolução do Índice de Preços dos Imóveis nos EUA (1997-2008)

Evolução do Índice de Preços dos Imóveis nos EUA de 1997 a 2008
(Jan. 2000 = 100 – Dados até Agosto de 2008)



Fonte: *S&P/Case-Shiller Home Price Indices*.

Fonte: Borça Jr e Torres Filho, 2003.

Com isso, houve o endividamento das famílias, uma vez que nesse período, segundo Corsi (2014, p. 280), cerca de 85% dos empréstimos feitos por elas eram hipotecas para a compra da casa própria. Ainda em conformidade com o autor, a especulação imobiliária a partir de 2003 é uma das bases da recuperação do crescimento norte-americano, por conseguinte, fomentando o crescimento mundial, alcançando 5% no período entre 2003 e 2007.

Conforme elucida Borça Júnior e Torres Filho (2008, p.135), o mercado de hipotecas foi responsável pela movimentação de - em média anual - 3 trilhões de dólares no período entre 2001 e 2006. De acordo com os autores, isso se deve ao fato da participação de agentes econômicos antes não incorporados de tomadores de financiamento no ramo imobiliário, que não se encaixavam nas regras de concessão de

crédito das instituições tanto privadas quanto públicas. Isso acontecia pela crença de que esse grupo não conseguiria arcar com o financiamento, os chamados *subprime*, que são empréstimos cedidos às pessoas sem histórico de crédito, ou até mesmo, com histórico de inadimplência.

Além disso, outro fator se refere à crescente securitização dos créditos *subprime*, em que a dívida dos bancos era securitizada e comercializada no mercado de derivativos:

As instituições financeiras, mediante a utilização de modelos do tipo Originação & Distribuição (O&D), atuavam como originadores das operações ao concederem financiamentos imobiliários e, simultaneamente, como distribuidores do risco ao securitizarem tais créditos e vendê-los no mercado de capitais a investidores institucionais – fundos de pensão, companhias de seguro, *hedge funds* etc. Havia, nesse sentido, não apenas maior grau de alavancagem das instituições financeiras, mas também a disseminação dos riscos em escala sistêmica (JÚNIOR; FILHO, 2008, p.136).

No entanto, em 2006, com a desaceleração da economia norte-americana, os juros apresentaram significativo crescimento, e, conseqüentemente, as pessoas começaram a não realizar o pagamento. Nesse sentido, o mecanismo conhecido como *walk away*⁶⁶ era aplicado. Segundo Harvey (2011, p. 09), até o final de 2007, cerca de 2 milhões de pessoas haviam perdido suas casas. Com essa série de “calotes”, o retorno não aparecia.

Desta forma, os detentores destes títulos buscaram se desfazer dos mesmos. Com isso, a liquidez foi fortemente afetada, visto que os bancos não tinham dinheiro o suficiente para saldar seus compromissos, pois a quantidade de títulos securitizados era alta, e o dinheiro disponível não era suficiente para liquidar os compromissos. Estava instalada a grande crise do século XXI.

A decadência das instituições financiadoras e de títulos afetou o sistema financeiro, devido à estrutura de suas articulações em nível global. Um dos pontos mais críticos refere-se à deterioração e falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro e outubro de 2008. Houve rápida ação, por parte dos bancos centrais, relacionada a injeções de liquidez, a fim de evitar um colapso de liquidez no sistema financeiro, e diminuir o avanço da crise (HARVEY, 2011, p. 226).

Não obstante, a crise teve efeitos globais, se transformou em uma crise global de crédito, atingiu a produção e o emprego em grande parte do sistema internacional. De acordo com Corsi (2014, p. 283), a segunda onda da crise fez com que a Europa entrasse em recessão, ao apresentar altas taxas de desemprego, cerca de 10% na Zona do Euro.

⁶⁶ Mecanismo que consiste na entrega ao banco financiador da propriedade como instrumento de liquidação do empréstimo (JÚNIOR, Borça; FILHO, Torres, 2008, p.148)

Com o desencadear de uma nova crise, o debate acerca da queda do império norte-americano ressurgiu, à medida que novas evidências do fenômeno apareciam. Para Wallerstein (2004), o onze de setembro marca o início do declínio da hegemonia norte-americana, uma vez que a Guerra do Iraque, em 2003, não foi um projeto aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU, o que coloca em cheque a capacidade hegemônica do país (ARRIGHI, 2008).

Ainda segundo Jisi, as denúncias de abuso contra prisioneiros, exercida por parte norte-americana no Iraque e em outras localidades, mancharam a retórica de direitos humanos defendida pelo país. Assim, demonstra que o *Soft Power* dos EUA vem enfraquecendo (KAGAN, 2012; JISI, 2005).

Conforme elucida Kagan (2012), essa percepção de declínio torna-se compreensível devido à grande crise de 2007-2008 e aos grandes *déficits* fiscais. Além disso:

There have been the difficult wars in Iraq and Afghanistan, which many argue proved the limits of military power, stretched the United States beyond its capacities, and weakened the nation at its core. Some compare the United States to the British Empire at the end of the nineteenth century, with the Iraq and Afghanistan wars serving as the equivalent of Britain's difficult and demoralizing Boer War (KAGAN, 2012).

Para o autor supracitado, com essa concepção de declínio, qualquer atitude que não seja o sucesso norte-americano contribui para que haja uma impressão de que seu declínio é certo. Como, por exemplo, o fracasso nos acordos de paz entre árabes e israelenses, o Irã e a Coreia do Norte se recusando em cessar seus programas nucleares, a China não aceitando sua moeda subir. Com isso, a impressão de que os EUA não lideram mais o mundo se torna mais evidente.

Nesse sentido, Kagan (2012) alega que essa impressão se deve a uma premissa muito difundida de que houve um tempo no qual os Estados Unidos conseguiam tudo o que queriam, moldando o mundo de acordo com seus interesses, quando na verdade, isso não passa de uma ilusão. É bem verdade que em muitos casos, o predomínio norte-americano se fazia realidade, a exemplo do período pós-Guerra com o Plano Marshall, a aliança da OTAN, as Nações Unidas e o sistema econômico de Bretton Woods como importates instrumentos de seu poderio.

Entretanto, nem tudo saiu como o almejado, a citar: o triunfo da Revolução Comunista na China em 1949; o ataque da Coreia do Norte ao Sul em 1950; o resultado da guerra civil chinesa fora do controle do país; o ataque norte-coreano à Coreia do Sul e a intervenção norte-americana, em 1951, que resultou em mais de 35 mil mortos e

aproximadamente 100 mil feridos, que no final das contas não mudou muito o cenário anterior à guerra; a aquisição soviética da bomba atômica, em 1949; o reconhecimento, por parte de diversos aliados, da China comunista, em 1949; o fracasso ao tentar impedir que britânicos, franceses e israelenses invadissem o Egito em relação ao fechamento do Canal de Suez; o colapso do Consenso de Washington com a crise asiática em 1997; o insucesso em impedir o desenvolvimento de programas de armas nucleares tanto da Coreia do Norte e do Irã.

O objetivo não é demonstrar que os EUA não são um grande poder no sistema internacional, mas sim elucidar que a influência norte-americana não é intacta e é passível de frustração. *“From World War II onward, the United States was indeed the predominant power in the world. It wielded enormous influence, more than any great power since Rome, and it accomplished much. But it was not omnipotent — far from it”* (KAGAN, 2012). Portanto, para avaliar o declínio norte-americano é necessária uma linha de base razoável para tal atividade.

Então, para o autor, a medição do poder relativo de um país é algo complexo, mas que possui alguns indicadores básicos, sendo eles: I) o tamanho e a influência de sua economia quanto aos outros, II) a magnitude do poder militar em comparação aos seus adversários e III) o grau de influência política que exerce no sistema internacional. Por isto, os julgamentos que prevem um declínio baseado em um curto espaço de tempo e os eventos ocorridos dentro dele podem ser problemáticos, uma vez que

A great power's decline is the product of fundamental changes in the international distribution of various forms of power that usually occur over longer stretches of time. Great powers rarely decline suddenly. A war may bring them down, but even that is usually a symptom, and a culmination, of a longer process (KAGAN, 2012).

Desta maneira, por esses argumentos aparecerem no contexto pós crise, eles não são tão potentes para Kagan. Isto posto, induz-se que *“Just as one swallow does not make a spring, one recession, or even a severe economic crisis, need not mean the beginning of the end of a great power”* (KAGAN, 2012).

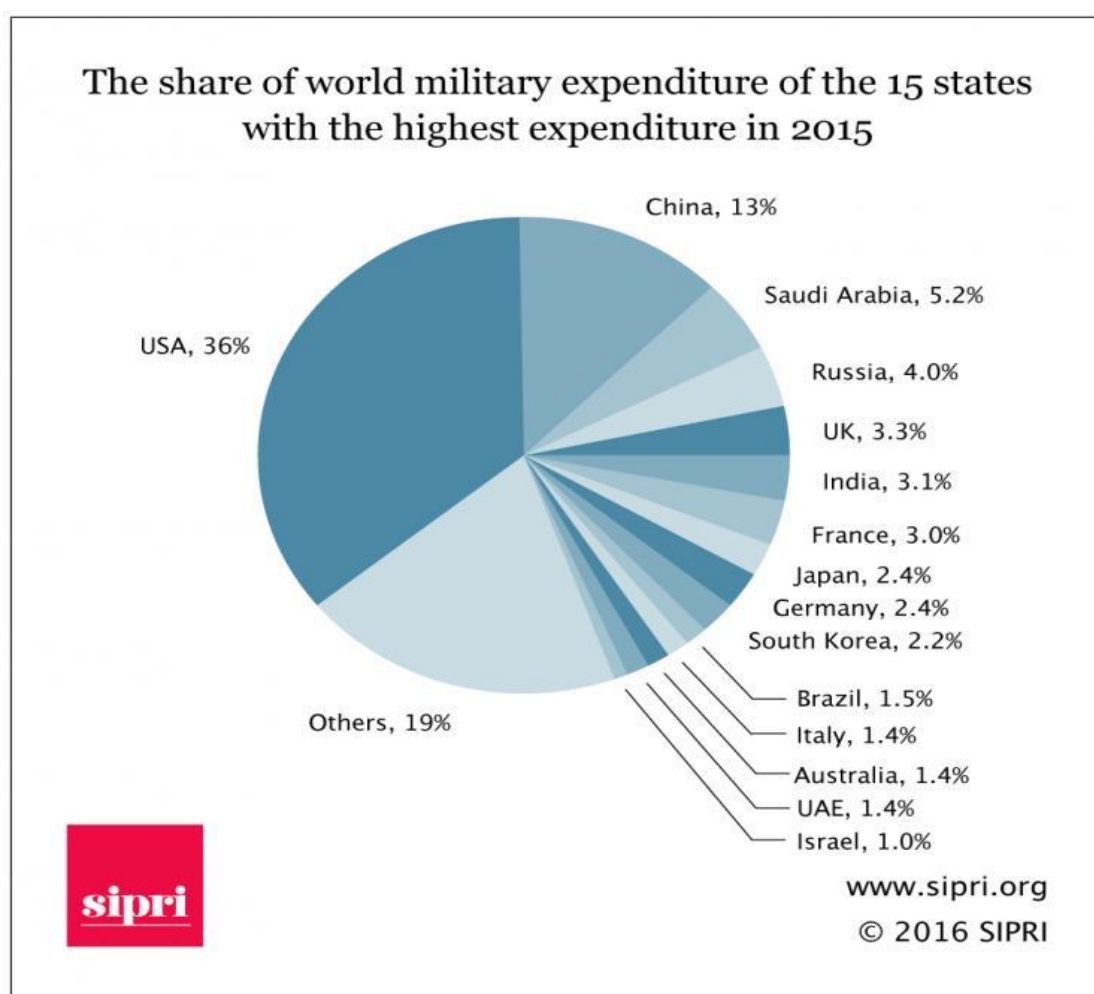
Ao partir de uma análise de longo período de tempo e não na esteira da crise de 2007-2008, Kagan alega que em termos econômicos, apesar dos altos e baixos, com períodos de grande *boom* econômico e outros de recessão, a posição do país não apresentou grandes mudanças. No tocante à parcela do PIB mundial, nas quatro últimas décadas manteve-se estável, permanecendo no posto de economia mais rica do sistema internacional. Em 1969, por exemplo, os EUA era o país responsável por um quarto da

produção econômica mundial. Posto este que permanece próximo ao que é tido como anos de ouro norte-americanos.

Para o autor, o fato das outras nações estarem em um período de crescimento não significa que a posição norte-americana esteja em declínio. Após a Segunda Guerra Mundial os EUA se tornaram o principal “*security guarantor*” (2016, p. 13). Além disso, no que se refere ao poderio militar, nenhuma outra nação está perto de alcançar o investimento anual nessa área e nem em números reais de seu arsenal.

De acordo com os dados do SIPRI, no que diz respeito aos gastos militares, os Estados Unidos são responsáveis pelo maior percentual de gastos militares no mundo, com 36% no ano de 2015. A diferença entre o segundo lugar ocupado pela China - 13% - é de 23%. Não só os Estados Unidos já eram considerados como a maior potência militar em dados reais, como também investem mais que os outros países e com uma diferença significativa para a manutenção dessa primazia. Constata-se isso na Figura 12 abaixo:

Figura 12 – Divisão dos gastos militares mundial dos 15 países com os maiores gastos em 2015



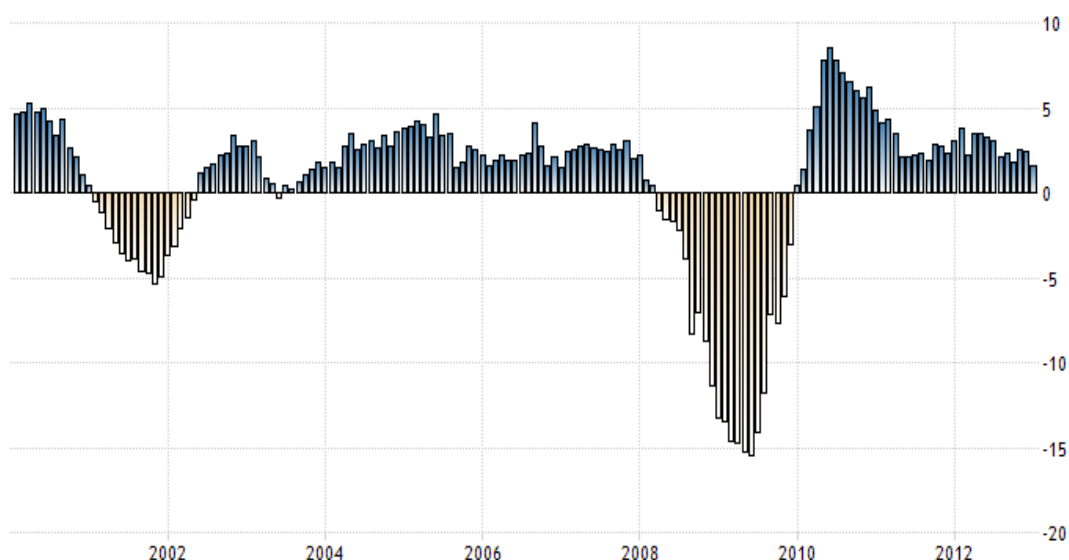
Fonte: Fonte: SIPRI. Disponível em: <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-military-spending/military-expenditure>> Acesso em: 20 de março de 2017.

Conforme explica Fiori (2008), os autores que defendem a crise de 2007-2008 como sinal do fim da hegemonia norte-americana não conseguem responder como a crise dos anos 1970 resultou no fortalecimento do poderio norte-americano, nem porque essa crise não pode ter o mesmo resultado da anterior. E, caso seja realmente uma crise terminal, qual país assumiria o papel dos Estados Unidos no sistema monetário e financeiro internacional (FIORI, 2008). Desse modo, para o autor, a crise de 2007-2008,

(...) não será a crise terminal do poder americano, nem muito menos, do capitalismo. Por enquanto, não é provável uma "fuga do dólar", porque o euro, o yuan e o yen, não tem fôlego financeiro internacional. E acreditar na criação de uma moeda supranacional é fugir para o mundo da fantasia, desconhecendo o sistema mundial em que vivemos (FIORI, 2008).

As figuras a seguir demonstram pontos importantes do poderio norte-americano nos anos seguintes à crise de 2007-2008. No que concerne aos dados de produção industrial, no período pós-estouro da bolha da Nasdaq, pode-se perceber uma recessão, mas de 2003 até 2007, o crescimento é contínuo, chegando à aproximadamente 5% de crescimento. Após 2008, os dados despencaram, ultrapassando a marca dos -15%. Entretanto, o período pós 2010 foi de significativo crescimento, alcançando seu maior crescimento nos últimos 10 anos (Figura 13).

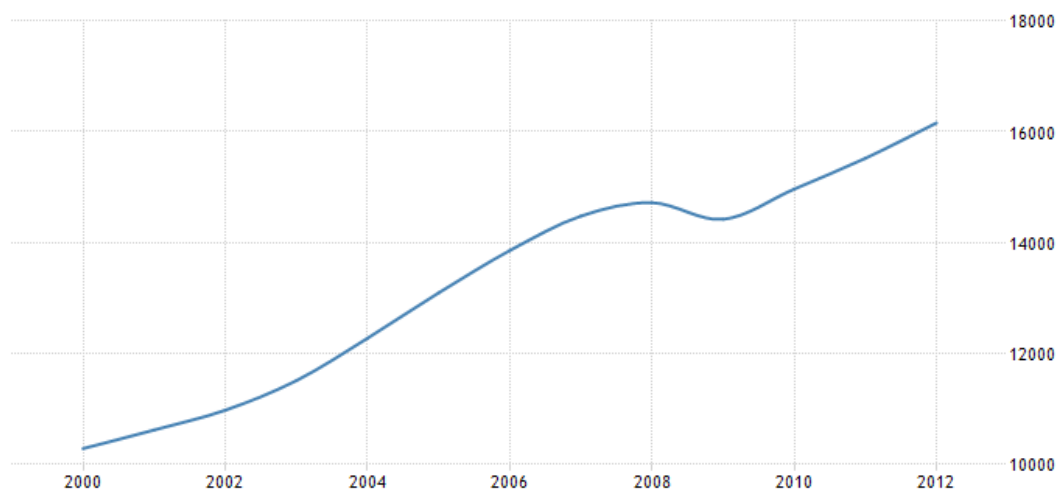
Figura 13 - Produção Industrial dos EUA em % (2000-2012)



Fonte: Banco Mundial.

Já no que diz respeito ao PIB, a partir de 2000, houve um crescimento exponencial, apresentando uma queda após 2008, mas recuperando seu ritmo de crescimento logo em seguida (Figura 14).

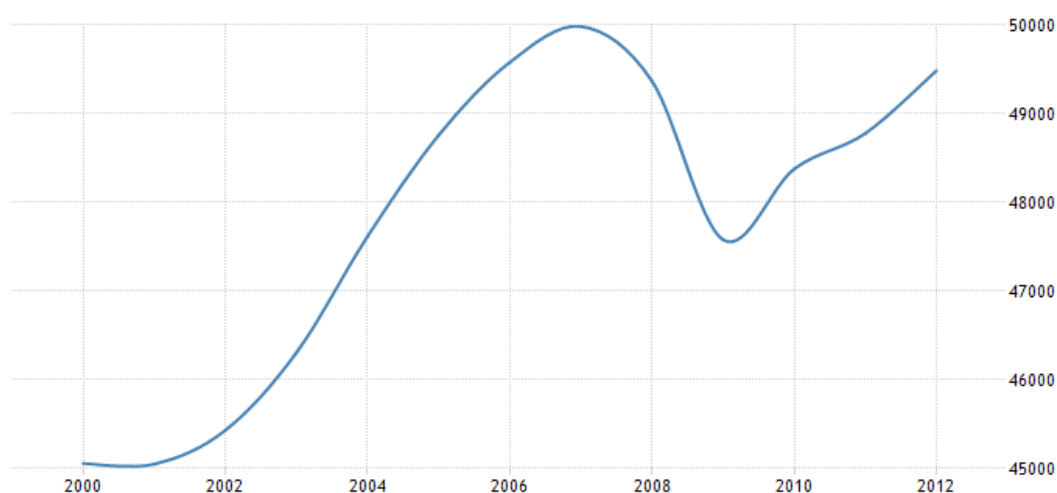
Figura 14 – PIB dos EUA em US\$ (2000-2012)



Fonte: Banco Mundial.

Em relação ao PIB *per capita*, o período de recuperação atingiu números próximos ao pico em 2007. Assim como nos dados anteriores, o período após a crise de crédito *subprime* foi marcado pela recuperação também desse aspecto.

Figura 15 – PIB *per capita* dos EUA (2000-2012)



Fonte: Banco Mundial.

E por fim, os dados referentes aos gastos militares mostram que desde o ocorrido no 11 de setembro, os gastos tenderam a aumentar (Ver Gráfico 5).

Desta forma, apesar do grande teor da crise de crédito *subprime* e todo o seu impacto sobre a economia internacional, é possível notar que em diferentes setores norte-americanos houve, até então, uma rápida recuperação.

Deve-se salientar que além disso, as análises atentam para o crescimento chinês e o efeito desse crescimento na posição dos EUA. Como já explanado no segundo capítulo, é perceptível que o poderio chinês tem bases constituídas desde a década de 1970, que contemplam diversas áreas. No setor econômico, como segundo maior PIB mundial, bem como as inúmeras parcerias e acordos comerciais com outros países, sendo eles de sua própria região ou do continente africano ou da América Latina. Ademais, o alto valor de investimento militar chinês e a aliança, também militar, da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), colocam a China em uma importante posição militar-estratégica. Participante de diversas mesas de negociação nos mais variados temas, indo de discussões comerciais a meio ambiente. Entre outras grandes características, a China realmente está crescendo em presença no globo. A questão é se esse crescimento ocorre em detrimento da redução da participação ou da redução do poder norte americano.

Conforme elucida Ferguson, o século XXI pertencerá a China (2011, p. 09). De acordo com o historiador, o argumento não se refere apenas à ascensão chinesa, mas ao declínio dos EUA, bem como o declínio do Ocidente (FERGUNSON, 2011, p. 13).

Ademais, a crise financeira de 2008 mudou o papel da China na economia mundial. Antes desse período, o país era competidor de mercados emergentes no que diz respeito à participação de mercado em economias desenvolvidas como, por exemplo, os EUA. O país era exportador de produtos baratos e se sobressaía perante os outros devido aos baixos preços. Com o desencadeamento da crise, as economias desenvolvidas entraram em depressão.

Desta maneira, a China passa do posto de mero competidor dos mercados emergentes e passa a ser seu principal mercado, além de ser o mais dinâmico. Para o autor, “numa incrível reviravolta do destino, os padrões comerciais do mundo inteiro mudaram, e os vizinhos asiáticos da China (...) depararam com uma nova China, que já não era um concorrente, mas um mercado para o qual eles podiam vender” (FERGUNSON, 2011, p. 38).

Já para Fareed Zakaria, a China não será o país dominante do século XXI devido ao fator econômico, político e geopolítico. O primeiro se refere ao fato de que a ascensão não se dá em linha reta sempre. Nesse sentido, o Japão já esteve na mesma posição de nação ascendente economicamente, alcançou também o posto de segunda maior

economia, no entanto, o seu crescimento foi desacelerando com o passar do tempo. Para o autor, não se trata de uma grande crise chinesa, mas que “a China seguirá aquela lei de grandes números no início e depois retornará, em algum momento, a uma taxa de crescimento lenta, talvez um pouco mais tarde do que outras nações, porque é um país muito maior” (ZAKARIA, 2011, p. 17).

Além disso, o autor aponta que o crescimento chinês é ineficiente e que, segundo um relatório da ONU, a China passará por um colapso demográfico. No que se refere à economia, Zakaria (2011) ressalta que ainda que a China alcance a posição de maior economia do mundo, tal *status* é baseado na “paridade do poder de compra”. Assim, o PIB chinês inflou-se devido aos baixos preços em relação aos outros países.

Todavia, para Zakaria (2011), o poder internacional não depende desse preço baixo, mas sim “de ajuda externa, petróleo, investimento internacionais, porta-aviões, e é necessário possuir uma moeda forte para tudo isso, o que modifica um pouco os números” (ZAKARIA, 2011, p. 18). Ademais, por mais que a China alcance o status de maior economia, a dúvida a respeito de sua capacidade de exercer liderança se faz presente em suas análises.

Da mesma maneira, para Henry Kissinger (2011, p. 26), há certa dificuldade em imaginar um mundo dominado pela China. O desafio que o país terá que enfrentar internamente com o seu rápido desenvolvimento tomará tempo e esforço da China para sua adaptação. Apesar disso, Kissinger admite que os EUA e China são ambos pilares indispensáveis da ordem mundial,

De modo notável, historicamente ambos têm dado mostra de uma atitude ambivalente em relação ao sistema internacional do qual são peças fundamentais, afirmando seu compromisso com o sistema, ainda que mantenham restrições quanto a aspectos de sua estrutura (KISSINGER, 2015, p. 227-228).

Apesar de concordar com a previsão de desaceleração da economia chinesa, David Li compara as condições de crescimento dos dois países. Em seu argumento, ele afirma que os Estados Unidos não tiveram um crescimento tão rápido no seu período de desenvolvimento se comparado ao período de desenvolvimento da China. Além disso, passaram por uma desaceleração antes mesmo de se tornarem o poderio de hoje. O que não significou que eles estavam parando de crescer. Da mesma forma, a China pode passar por esse mesmo processo sem afetar o fato de seu crescimento (LI, 2011, p. 33).

Já Nye (2015) argumenta que mesmo com a China sendo a maior economia em uma década, isso não significa, necessariamente, o fim do século americano. Para

defender sua afirmação, o autor esclarece que o poder é “a habilidade de afetar os outros a fazer o que você quer” e que possui três dimensões. As duas primeiras são a coerção e o suborno, ambas como forma de *Hard Power*. Enquanto a terceira trata-se da atração, como forma de *Soft Power*. Deste modo, se for levado em consideração essas três dimensões, o crescimento econômico da China não representa o fim do século americano.

Em concernência ao argumento de Kissinger (2015), Nye (2015) ressalta que apesar do desenvolvimento do poder econômico chinês, com o passar do tempo enfrentará alguns obstáculos. Primeiro porque a economia chinesa não será igual em composição e sofisticação. Somado a isso, há as inúmeras dificuldades que o país tem que superar, a exemplo do crescimento desigual, a degradação ambiental, a migração interna massiva, a corrupção, a maior demanda por participação política e o futuro problema demográfico.

O segundo ponto citado é o poder militar, que a despeito dos altos investimentos, não se iguala ao americano. Outro ponto citado pelo autor é o *Soft Power*. Nye (2015) critica a forma com que o *Soft Power* chinês vem sendo executado, alegando que o erro é achar que apenas o governo é responsável por sua execução. Desta maneira, Nye infere que a ascensão global da China é um processo que levará tempo e que ainda está longe de significar o fim do século americano.

Além disso, apesar de reconhecer que o país tem vários problemas, isso não quer dizer que ele esteja em declínio absoluto. Para Nye (2015), a entropia do sistema internacional representa um desafio maior que a China para os EUA, devido à difusão de poder. Para ele, os analistas devem parar de usar clichês sobre unipolaridade e multipolaridade, e terão que aprender a conviver com os dois ao mesmo tempo. Portanto, os EUA precisarão fazer escolhas espertas tanto internamente como internacionalmente para manter sua posição. O século americano continuará por várias décadas, mas parecerá diferente (NYE, 2015).

Como defende Corsi (2014):

A economia chinesa, que tem apresentado altas taxas de crescimento, está estimulando a partir de suas importações de commodities, vastas áreas da periferia, que começam a gravitar em torno de sua economia e a inserirem-se nos elos de menor valor agregado das cadeiras produtivas centradas nesse país. Também ganham importância crescente as exportações de capital chinesas. Entretanto, ainda é cedo para descartarmos a hegemonia norte-americana (CORSI, 2014, p. 285).

Como exposto, variadas são as visões a respeito do possível declínio norte-americano e a ligação que esse crescimento chinês tem ou pode ter futuramente com o país. Contudo, não obstante da ascensão chinesa ser um fato incontestável, o declínio

norte-americano não o é. Ao variar de acordo com os pressupostos e com a concepção do que realmente é poder, os Estados Unidos apresentam fatores que levantam questionamentos sobre a manutenção de seu poder.

Porém, é necessário visualizar, antes de tudo, como o poder norte-americano foi constituído de forma a garantir sua capacidade hegemônica por meio do seu próprio poder estrutural nas áreas da segurança, produção, finanças e conhecimento, ultrapassando a compreensão rasa de ascensão e declínio por meio de uma relação de causalidade (STRANGE, 1987, p. 565). Ademais, conforme alega Glenn (2016), “*the USA has successfully managed the rise others states through its global architecture to ensure that no such challenger has arisen*” (GLENN, 2016, p. 13).

O poder de gerência dos Estados Unidos é algo constituído com o passar dos anos. Enfrentou diversas crises que levantaram por inúmeras vezes o questionamento a respeito de seu declínio, mas o que foi observado em seguida foi um crescimento de seu poderio. O que leva a refletir se o cenário de crise do século XXI também não poderia significar um renascimento ou até mesmo uma adequação do poderio dos EUA. De acordo com Harvey (2011),

In history, it is traditional to chart rise and then decline. Historians have assumed that nations, like biological organisms, rise to power and then age and wither. But decline can be the prelude to rebirth. Indeed, for important countries (though not yet for the greatest powers) decline and loss have frequently preceded economic revival. In The Rise and Decline of Nations (1982), economist Mancur Olson argues persuasively that countries need a jarring shock to free themselves from old habits and institutions and to regenerate growth (2011, p. 74).

À vista disso, em conformidade ao defendido por Tavares, conclui-se que “a questão da hegemonia é muito mais complexa do que os indicadores econômicos mais evidentes são capazes de demonstrar” (TAVARES, 1998, p. 28). A capacidade de gerência norte-americana de diversas estruturas de poder do sistema internacional o coloca em uma posição mais complexa a ser analisada e, conseqüentemente, mais difícil de ser superada.

3.5 Considerações Parciais

Como é possível observar no decorrer deste capítulo, o estabelecimento dos EUA como grande potência se deu no momento posterior à Segunda Guerra Mundial. Todavia, na década de 1970 apareceram questionamentos acerca de seu declínio. Isso se deve ao fim do sistema de Bretton Woods, as duas fases da crise do petróleo e a derrota no Vietnã.

Analistas apontaram esses eventos como sinais do começo do fim da predominância norte-americana.

Kindleberger (1973) alegava que o sistema internacional necessita de um país estabilizador para a estabilidade do sistema, no entanto, essa posição seria passageira. Logo, era esse período de transição que os EUA estariam começando a passar naquele período. Wallerstein indica os eventos como sinais do declínio do país. Enquanto Arrighi, baseado na teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, argumentava que já era chegado o momento delicado dos EUA nesse longo ciclo.

Porém, Paul Mattick (1988), mesmo reconhecendo as crises da década de 1970, ressalta que se trata de uma característica inerente ao sistema capitalista. Nessa linha, Susan Strange argumenta que os que defendem o declínio norte-americano se baseiam em comparações históricas com a Grã-Bretanha e que essa comparação não é válida pelas diferenças entre ambos os países. O poder de gerência norte-americano é diferente do poder britânico no século XIX. Desta forma, Fiori alega que após a década de 1970, não ocorreu o enfraquecimento do poder do país, mas sim o fortalecimento do mesmo. O que Tavares delimita e cunha de “período de transição”, que vai de 1973 até 1985.

A despeito dos eventos ocorridos na década de 1970, é capaz vislumbrar que a década de 1980 foi um período que não comprovou a tese de declínio, mas sim que foi um período de reorganização das bases do poder norte-americano. É durante esses 20 anos que os Estados Unidos conseguiram obter uma estrutura financeira e monetária diferente das outras hegemonias do sistema internacional, que estariam diretamente ligadas às estruturas de produção, segurança e conhecimento do país.

Um sinal dessa afirmação se refere ao *boom* econômico ocorrido na década de 1990. Tratou-se de um período de estabilidade, com ressalvas apenas para 1990 e 1991, afetados pela terceira fase da crise do petróleo. Como sugere Tavares (1997), tratou-se da retomada da hegemonia norte-americana.

Entretanto, outras crises surgiram e colocariam em xeque a posição norte-americana. A começar pelo estouro da bolha especulativa da Nasdaq, que apesar de não ter tido um impacto tão grande dos EUA, estaria diretamente para a formação de outra bolha no final dos anos 2000. Em seguida, os ataques às Torres Gêmeas, em setembro de 2001, levantariam debates acerca da estrutura de segurança norte-americana. E em 2008, a crise imobiliária causada pelo estouro da bolha desse setor, esta com dimensão e efeitos globais.

Desses eventos, novos debates surgiram, assim como em 1970, que apontariam para o declínio norte-americano. Porém, de acordo com a análise por meio das estruturas de poder do país, os EUA não trocaram muito de posição.

A partir disso, pode-se inferir que não há um declínio do poder estrutural norte-americano. As explicações a respeito do declínio estão voltadas para uma análise de poder relativo, e não ao poder de determinar a estrutura que envolve os Estados do sistema internacional. A análise estrutural analisa longos períodos e demonstra que períodos de crise e recuperação são algo inerente ao sistema atual de Estados, como já foi visto na década de 1970, que também foi um período de grande especulação de declínio norte-americano, em decorrência tanto dos eventos externos que afetaram os EUA, como pela a ascensão de países, a exemplo do Japão ou da URSS no período da Guerra Fria.

Conforme aponta Glenn (2016), um ponto importante da análise por meio da teoria de poder estrutural se refere a

(...) ability to frame and reframe the economic and political order at the international level while using the institutions and regimes that emerge from this international order to mediate power on a quotidian basis. Using this structural power, the USA established general political and economic principles that would serve as the foundational elements of a new international order in the areas of production, finance, trade, security, and knowledge(GLENN, 2016, p. 15).

Portanto, esse capítulo buscou questionar se o declínio dos EUA é uma realidade concreta devido aos acontecimentos externos e às crises desencadeadas, ou se essas dinâmicas significam apenas um período conturbado de desaceleração do crescimento do poderio norte-americano.

A primeira constatação é que, o sistema internacional, composto por unidades dinâmicas, possui atores subindo e descendo em seu poderio, ou seja, Estados que estão em ascensão e em declínio. Que a China está em ascensão, isso é fato. Porém, afirmar que os EUA estão declinando obrigatoriamente devido à ascensão chinesa é algo que precisa ser analisado com mais cuidado.

É comum que no período de ascensão, a China apresente indicadores de crescimento maiores que os Estados Unidos, pelo mesmo já ser um poder estabelecido e já ter passado por essa fase de grandes índices. Os números vão desacelerando com o passar do estabelecimento do poder de um país. Tais números não significam que o crescimento chinês esteja provocando o declínio norte-americano. Mas sim que o planejamento de crescimento e desenvolvimento chinês está apresentando dados positivos, assim, atingindo seus objetivos.

Assim sendo, defende-se a ideia de que a há sim ascensão chinesa, entretanto, não em decorrência, nem simultaneamente e menos ainda provocada pela queda norte-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, algumas breves conclusões e perspectivas a respeito do impacto da ascensão chinesa em relação ao poderio norte-americano devem ser consideradas. Em primeiro lugar, foi possível constatar que o conceito de poder apresenta diversas variações devido a fatores divergentes. Dentre eles estão: os diferentes interesses e valores de quem o define; o debate no que concerne a sua mensurabilidade, e o questionamento a respeito do foco apenas nos recursos materiais ou se o poder é constituído por fatores não mensuráveis. Além disso, em contrapartida, há os que adotam o conceito de poder voltado para o poder relacional dos Estados. Ao trazer outra perspectiva, Susan Strange volta-se para a Economia Política Internacional e seu conceito de poder estrutural.

O poder estrutural explanado por Strange está baseado no foco para capacidade de moldar e determinar as estruturas de controle sobre segurança, produção, crédito e conhecimento, crenças e ideias (STRANGE, 1994, p.26). Dentre as definições apresentadas, optou-se para tal teoria a fim de avaliar o movimento de ascensão e declínio dos países em questão, tornando-se a base analítica da presente dissertação.

Nesse sentido, pôde-se notar que o debate é deveras extenso, fazendo necessário a recapitulação histórica para ilustrar as modificações do conceito também com o passar do tempo, além de acompanhar as transições ocorridas. Nessa recapitulação, buscou-se, na obra de Arrighi, a sequência histórica das grandes potências, focando na hegemonia da Grã-Bretanha e a mudança desse posto para os Estados Unidos.

Para melhor compreensão do processo de ascensão e queda de uma grande potência, o primeiro capítulo também abordou como ocorreu o estabelecimento de potência norte-americano após as duas grandes Guerras, perpassando as instituições base desse poder e como o país se tornou responsável pela reestruturação do sistema após o cenário do conflito. Bem como o seu período de mudança no contexto de ruptura dos acordos de Bretton Woods, mudança essencial para o poder na estrutura de controle de crédito.

Deste modo, é necessário compreender que a desestabilização de uma grande potência do porte dos EUA requer muito mais do que ultrapassar o PIB do país, ou outros indicadores econômicos. Requer também tomar o lugar na gerência norte-americana que vem sendo realizada há mais de 60 anos.

Em segundo lugar, a ascensão chinesa tem bases distintas no que concerne à gerência. Pelo segundo capítulo foi possível observar que as reformas pós Mao, e principalmente com Deng Xiaoping, o país foi marcado pela aplicação de estratégias que não só buscavam o seu crescimento, mas também que melhorassem o padrão de vida de seus cidadãos.

Nessa perspectiva, o foco voltou-se para o desenvolvimento econômico, a reforma política e a abertura para o exterior do país. A partir disso as “Quatro Modernizações” foram essenciais para o cumprimento dos objetivos supracitados. Em seguida, houve a abertura da China para o exterior, assim, sua maior participação regional e em outras partes do globo, a citar a África e a América Latina.

Obstante seu crescimento acelerado desde a década de 1970 e do seu êxito em manter as estratégias mesmo com as mudanças na liderança do partido, infere-se que a ascensão chinesa ocorreu, de fato, como fruto de um planejamento bem executado pelas lideranças chinesas. Entretanto, os espaços ocupados não foram tomados dos Estados Unidos. Em alguns casos, foram espaços que não eram mais o foco norte-americano ou espaços nem sequer ocupados pela grande potência. Desta maneira, para maior suporte para tal afirmação, era necessário averiguar se houve não só o aumento da participação chinesa, mas se a mesma ocorreu devido a diminuição da norte-americana. Para isso, o terceiro capítulo tratou do tão debatido declínio dos Estados Unidos.

O terceiro ponto que merece destaque, a despeito dos grandes debates que existem acerca do declínio utilizando como base teórica o poder estrutural, é o fato de que não se pode afirmar ainda que o declínio norte-americano tenha uma data de início. Por conta das recuperações em crises passadas e pela diferença de cenário nas quais as analogias históricas se baseiam, é normativo afirmar que a crise de 2007-2008 represente um marco

de início do declínio dos EUA. Como foi possível verificar, as crises são mecanismos normais do sistema capitalista, que é uma das bases formada pelos Estados Unidos desde o século XX.

Além disso, pôde-se constatar que o poder estrutural do país reside nas quatro estruturas tratadas por Susan Strange. Desta forma, os EUA exercem controle - no sentido de ameaçar ou preservar - a segurança das pessoas. Ademais, controla o modo de produção de bens e serviços indispensáveis. Além do mais, desempenha forte poder sobre o controle da oferta e da distribuição de crédito. Segundo a autora, tal controle torna-se importante visto que é por meio dele que o comando do poder de compra se manifesta. E por último, os EUA agem na estrutura do conhecimento e crenças, que se refere ao poder de limitar - total ou parcialmente - e decidir as suas condições de acesso.

Conforme Strange (p. 28), existem hipóteses de que os Estados Unidos perderam boa parte do seu poder estrutural. Entretanto, infere-se que, por meio da teoria de poder estrutural, não pode-se afirmar categoricamente que o poder norte-americano nas estruturas de poder perderam força ou participação. Apesar das mudanças no sistema internacional, pode ocorrer o que aconteceu na década de 1970: uma reconfiguração da maneira como esse poder era exercido.

Portanto, uma vez que a ascensão é constatada como verdade e o declínio norte-americano não, a presente dissertação não sustenta o argumento de que a ascensão chinesa dá-se em decorrência do declínio do poder estrutural norte-americano.

A contribuição do presente trabalho na área das Relações Internacionais se refere a um olhar pautado em uma análise que trouxe elementos de Economia Política Internacional para estudar ascensão e queda de grandes potências. A constatação que, ao partir de uma abordagem da teoria de poder estrutural, a ascensão chinesa não tem relação causal com o sugerido declínio norte-americano, uma vez que, em primeiro lugar, não há declínio confirmado.

A partir disso, concluiu-se que apesar do crescimento chinês ter sido bem planejado desde a década de 1970, ter alcançado os resultados almejados visíveis de desenvolvimento e também de projeção no cenário internacional, o mesmo foi resultado não da diminuição do poderio norte-americano no nível estrutural, fato que esta dissertação defende ser fator importante na afirmação de declínio de uma grande potência.

Por meio desse arcabouço teórico, parte-se do pressuposto de que o poder estrutural se adéqua à análise de ascensão e declínio de nações, haja vista que é composto por elementos mais concretos e que alega que uma ruptura não se dá repentinamente pelo

crescimento de um país, mas sim no impacto sobre a predominância da grande potência nas estruturas de poder.

Nesse sentido, não é possível sustentar que apenas do fato de um poder ser ascendente, obrigatoriamente, represente uma ameaça voltada ao declínio de outra. Ele torna-se uma ameaça a partir do momento que seu crescimento afeta diretamente o país e faz com que seu poder, ou seja, sua dominância nas estruturas de poder apresente decréscimo. Caso este que não foi confirmado no decorrer dos capítulos.

O objetivo da presente dissertação era verificar se existe uma relação de causalidade entre a ascensão chinesa e o suposto declínio norte-americano, por meio de um trabalho não só teórico, mas também analítico. Desta maneira, a hipótese a ser testada foi de não causalidade entre as duas potências. Pelo poder dos EUA apresentar certa complexidade no processo do estabelecimento de suas bases, torna-se uma tarefa difícil para qualquer outro *challenger* - mesmo no nível o qual a China se encontra – impactar tanto a ponto de fazer com que os EUA declinem.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: UNESP/Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Boitempo, 2008.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Decisions and non decisions: an analytical framework, **American Political Science Review**, 57, nº 3, 1963.

BALDWIN, David A. "Power and International Relations", in Handbook of International Relations. Disponível em: <[http://www.princeton.edu/~dbaldwin/selected%20articles/Baldwin%20\(2012\)%20Power%20and%20International%20Relations.pdf](http://www.princeton.edu/~dbaldwin/selected%20articles/Baldwin%20(2012)%20Power%20and%20International%20Relations.pdf)> Acesso em: 23 de setembro de 2016.

BBC. **Will the rise of the rest mean the decline of the US?** Mark Mardell. Disponível em: < <http://www.bbc.com/news/world-us-canada-22319136>> Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 11-20, fev. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>> Acesso em: 14 de outubro de 2016.

BELUZZO, L. G. M. O dólar e os desequilíbrios globais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, V. 25, n. 3, 2005.

BERTONHA, João. **As fontes do poder americano e seus desafios no século XXI**. In: Diniz, Eugênio. (Org.). Estados Unidos? Política externa e atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: Editora da PUCMIAS, 2009, p. 109-122.

BORÇA, JR., G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analisando a crise *subprime*. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 30, dez. 2008.

BRANSTETTER, Lee, LARDY, Nicholas. China's embrace of globalization. In: BRANDT, Loren, RAWSKI, Thoms G. (ed). **China's Great Economic Transformation**. NY: Cambridge University Press, 2008.

BROWN, Karry. **What did Hu Jintao and Wen Jiabao do for China?** BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-china-21669780>> Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

CARMO, Corival A; PECEQUILO, Cristina S. A CHINA, O SISTEMA INTERNACIONAL E O SUL: ASCENSÃO PACÍFICA? **Brazilian Journal of International Relations**. Volume 3, 2014.

CLAUDE, Inis L. **Power and International Relations**. Nova York: Random House, 1962.

CHANG, Haa Joon. **Instituições e Desenvolvimento Econômico: a “boa governança” na perspectiva Histórica**. In: Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004, p. 123-188.

CORSI, Francisco Luiz. **As crises do capitalismo global**. In: Economia Política Internacional. São Paulo: Saraiva, 2014.

CORTEZ, Ana Claudia Salgado; CARVALHO, Carlos Eduardo; CUNHA, Patrícia Helena Fernandes. **O PERÍODO DE 1981 A 1985 DO GOVERNO REAGAN E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS EUA COMO PRINCIPAL POTÊNCIA MUNDIAL**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2015.

CUNHA, Samantha Ferreira e; XAVIER, Clésio Lourenço. Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 30, n. 3, p. 491-510, Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-315720100003000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

DAHL, Robert A. “Power” in David A. Sills, ed., **International Encyclopedia for the Social Sciences**. Vol 2, Nova York: Free Press, 1957.

FAIRBANK, John K. GOLDMAN, Merle. **China: Uma nova história**. Tradução: Marissa Motta. Porto Alegre: L&PM Editores. Verão, 2008. 3ª d.

FERGUSON, Niall. **Empire: The rise and demise of the British world order and the lessons for global power**. Nova York: Basic Books, 2004.

FERGUNSON, Niall; KISSINGER, Henry; LI, David; ZAKARIA, Fareed. **O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FIORI, José Luís. **Sobre o poder global**. Novos Estudos, São Paulo, n. 73, nov. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a05n73.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2016.

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2004.

FIORI, José Luís. Crises e Hecatombes. **Carta Maior**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Crises-e-hecatombes/20846>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2017.

FRIEDBERG, Aaron. **The Weary Titan Britain and the Experience of Relative Decline**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1988.

FRIEDMAN, George. **A próxima década**. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2012.

GALBRAITH, J. K. **Dias de Boom e de Desastre**. In: ROBERTS, J. M História do século XX, 1974.

GAO, Fei. The Shanghai Cooperation Organization and China's New Diplomacy. Disponível em: <https://www.clingendael.nl/sites/default/files/20100700_The%20Shanghai%20Cooperation%20Organization%20and%20China%27s%20New%20Diplomacy.pdf> Acesso em: 30 de setembro de 2016.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GLENN, John G. **China's Challenge to US Supremacy**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

GOLDMAN, Merle. Epílogo: **A China no Início do Século XXI**. In: FAIRBANK, John K. GOLDMAN, Merle. China: Uma nova história. Tradução: Marissa Motta. Porto Alegre: L&PM Editores. Verão, 2008. 3ª d.

GOODMAN, David S.G. **Deng Xiaoping and the Chinese Revolution: a political biography**. Londres: Routledge, 1994.

GUTHRIE, Doug. **China and Globalization: the social, economic, and political transformation of chinese society**. NY-London: Routledge, 2006.

HARVEY, D. Los limites del capitalismo y la teoria marxista. México: Fondo Cultural, 1990.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HURRELL, Andrew; SENGUPTA, Sandeep. Emerging Powers, North-South Relations and Global Climate Politics. **International Affairs** nº 88, 2012.

IKENBERRY, John G. **Liberal Order and Imperial Ambitions: Essays on American Power and World Politics**. Cambridge, Polity, 2006.

JAGUARIBE, Anna. China: estratégias de modernização alternativa. **Revista Desenvolvimento em debate**, v. 2, Nº 2, maio-agosto, 2011.

JENKINS, Rhys. La expansión global de China y su impacto en América Latina. **La expansión de China en América Latina**. Equadro: Sebatían Mantilla Baca-Centro Latinoamericano de Estudios Políticos (CELAEP), 2015.

JISI, Wang. **China deserves more respect as a first-class power**. Disponível em: <<http://ajw.asahi.com/article/views/opinion/AJ201210050003>> Acesso em: 14 de maio de 2016.

KAGAN, Robert. **Not Fade Away: Against the Myth of American Decline**. New Republic. Disponível em: <<https://newrepublic.com/article/99521/america-world-power-declanism>> Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KARNOW, Stanley. **East Asia in 1978: The Great Transformation. Foreign Affairs, 1978**. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/31968/staley-karnow/east-asia-in1978-the-great-transformation>.

KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the Great Powers**. New York: Random House, 1989.

KINDLEBERGER, Charles. **The World in Depression, 1929-39**. Berkeley: University of California Press, 1973. Disponível em: <<https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/depress.htm> > Acesso em: 10 de novembro de 2016.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KODJA, Claudia C. **Crise econômica ao final do século XX – 1970 a 2000: Advento de uma nova organização social e financeira**. Tese de Doutorado em História Econômica – entregue à Universidade de São Paulo, 2009.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**, 2ª Ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

LEITE, Alexandre César Cunha. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês – 1978/2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – linha de pesquisa em Relações Internacionais, entregue à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

LISENG, Deng. O sistema político da China: operação e reforma. In: BELLUCCI, Beluci (org.). **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA – Universidade Cândido Mendes, 2004.

MEARSHEIMER, John. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva. 2001.

NOGUEIRA, Isabela. **A política regional da China e os processos de integração na Ásia**. Artigo apresentado na III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional “Conferência sobre a China”. Rio de Janeiro- Palácio do Itamaraty, FUNAG, 2008. Disponível em: www.funag.org.br

NOLAN, P. **Transforming China: globalization, transition and development**. Londres: Anthem Press, 2004.

NYE, Joseph. **American Strategy after Bipolarity**. International Affairs , Vol. 66, No. 3, 1990.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para compreender as principais questões políticas do mundo**. São Paulo: Gente, 2009.

NYE, Joseph S. **Is the American century over?** Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

NYE, Joseph S. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

ORGANSKI, A.F.K. **World Politics**. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

PILLSBURY, Michael. **China Debates The Future Security Environment**. National Defense University Press Washington 2000.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 2000.

ROCHA, Érico Rial Pinto. **A Ascensão da China na economia global e seus impactos sobre a América Latina: evolução recente e perspectivas futuras**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, 2014.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. A avaliação de poder nas relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 46, p. 119-134, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

ROSECRANCE, Richard. **Must America Decline?** The Wilson Quarterly, Vol. 14, 1990. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40258514> Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

SANJUAN, Thierry. **China Contemporânea**. São Paulo: Almedina Brasil, 2010.

STRANGE, Susan. International Economics and International Relations: a Case of Mutual Neglect. **International Affairs**, Vol. 46, Nº 2, 1970.

STRANGE, Susan. The Future of the American Empire. **Journal of International Affairs**, Vol. 43, v. 01, 1988.

STRANGE, S. **States and Markets**. Second edition. London: Pinter Publishers, 1994.

TAVARES, M. A retomada da hegemonia americana. In TAVARES, M; FIORI, J.L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

TAVARES, M. 2004 O poder americano depois de 1970. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2006200408.htm>> Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

TAVARES, M. **Hegemonia Norte-Americana: A Estratégia Global**. Publicado em: 14/09/97. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo19.htm>> Acesso em: 01 de abril de 2017.

TSAI, Kellee S. **Capitalism without democracy: the private sector in contemporary China**. Nova York: Cornell University Press, 2007.

WEI-WEI, Zhang. **The allure of the Chinese model**. New York Times. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/11/01/opinion/01iht-edafrica.3357752.html>> Acesso em: 12 de setembro de 2016.

SIPRI. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/2015/13-apr-2015-us-military-spending-falls-increases-eastern-europe-middle-east-africa-and-asia-says>> Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

NETO, Júlio Gomes da Silva. **O Sistema Monetário Internacional**. In: Economia Política Internacional. São Paulo: Saraiva, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Emmanuel. **World Systems Analysis**. Londres: Duke University Press, 2006.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

World Bank, (2016). Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=1988&locations=CN&start=1978>> Acesso em: 10 de outubro de 2016.

ZAGORIA, Donald S. China's Quiet Revolution. **Foreign Affairs**. Primavera, 1984.

ZHENG, Lu. **O Caminho do Desenvolvimento Econômico Chinês**. In: **Abrindo os olhos para a China**. Belucce Bellucci (Org.). Rio de Janeiro: Educam, 2004.

